

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO CEFD/UFSM**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA O PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFD/UFSM DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Marcus Minervini Fuchs

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO CEFD/UFSM**

por

Marcus Minervini Fuchs

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), curso especialização em Educação Física Escolar, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Física Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maristela da Silva Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Curso de Graduação em Educação Física Licenciatura**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Conclusão de Curso de Especialização

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO CEFD/UFSM**

elaborada por:
Marcus Minervini Fuchs

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Física Escolar

COMISSÃO EXAMINADORA

Maristela da Silva Souza, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Roberto Borges Lisboa, Mestre (UFSM)

Vicente Cabrera Calheiros, Mestre (UFSM)

Santa Maria, 12 de Setembro de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos trabalhadores e trabalhadoras do mundo que, cotidianamente estão submetidos a condições cada vez mais desumanas, e que sem eles, não há humanidade.

Neste trabalho quero fazer uma dedicação a uma pessoa muito importante em minha formação, uma das melhores professoras que tive no CEFD/UFSM, tanto na graduação quanto na especialização. Dedico este trabalho principalmente à Professora Carmem Marques, que foi vítima das condições desumanas do capital. No início deste ano a perdemos, uma professora incrível, e que deixei, muitas vezes, de fazer estas homenagens enquanto estava viva, deixei de falar o quão bom tinha sido suas aulas quando deveria ter falado. Mas tenho certeza de que ela está viva em cada aluno e aluna que teve, pois seus ensinamentos são eternos, pois passarão de geração em geração.

Com saudades, dedico este trabalho a ti Professora Carmem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha companheira Tamires Roque que sempre me apoia e, acima de tudo, constrói, junto a mim, um amor mútuo que tende, e tenta, superar as contradições postas pelo capital cotidianamente. Obrigado por toda ajuda, amor e compreensão.

Agradeço as pessoas mais importantes da minha vida, meu avô Nilton Minervini e avó Teresinha Minervini. Sem esses dois, não teria chegado aonde cheguei.

Aos meus pais Marcius G. Fuchs e Miriam Minervini. Principalmente à minha mãe. Apesar dos problemas que tivemos em determinado tempo de nossas vidas, criou dois filhos, cumpre o papel de pai e mãe. Mãe solteira, médica, exercendo jornadas triplas de trabalho e dando todo seu suor para que eu e meu irmão tivéssemos tudo do melhor sempre. À minha irmã Biara Fuchs que, a cada dia que passa nos tornamos mais próximos. Além de tudo, me deu suporte na língua inglesa para realização deste trabalho.

Aos colegas de trabalho e, principalmente a todos meus alunos da Escola Estadual de Educação Básica Professora Margarida Lopes que me ensinam diariamente como ser um melhor professor e ser humano.

A todos os companheiros a nível nacional do PSOL, da Insurgência, da revista “O Viés”, do MEEF/ExNEEF, da LEEDEF, dentre outros que não atuam nestas organizações, mas que contribuem para a construção do comunismo e complementam minha formação humana, sendo estes parte do que sou hoje. Especialmente Mathias, Henrique, Roberto, Rafael, Ju, Leticia, Panka, Alcir, Alice, Poliana, Violeta, João Victor, Israel, João Damian, Yuri, Marina Martinuzzi, Carolina Barin, Rafaela Drey Costa e Marcos Moura, Bibiano, Miotto, Felipe, Gian, Gica, Fran, Ane, Gizi, Dudu (17), Guilherme Lovatto, Vaca, Maíra, Caroline Roque, Mica, Vico, Isa, Geová, Professora Celi Taffarel, Guilherme (minerin), Yousef, Lari, Ecléia Vanessa, Vilmar, Dário, Adriana, Evandro Both.

Às melhores amigas do mundo Laura Gheller, Sarah Quines e Larissa Drabeski. À galera da Banda Outubro Vermelho Francis, Carlo, Rafa e Jéssica. À galera da Minu Fighth Tem de Santa Maria principalmente Leandro, Lelo, Lisi, Kevin e Rudy. Estes compreendem minha ausência e torcem por mim diariamente.

E por fim, à minha orientadora Maristela, que há 7 anos me orienta, dá conselhos. A ela só tenho a agradecer todo conhecimento e ensinamentos. E assim termino os agradecimentos, agradecendo a todos os trabalhadores da UFSM que fizeram possível esta caminhada formativa.

FRAGMENTOS

Mauro Luis Iasi

Ali estávamos,
partidos em mil pedaços,
estilhaçados em mil partidos.
Ali estávamos.

Foi quando
minha dor encontrou a tua,
ali doendo em minha alma,
alma que havia se exilado em ti
sentindo minhas dores.

Foi então que não sabia
se sentia tuas dores em minha alma
ou tua alma em minhas dores
Eu no outro, o outro em mim

E antes que nos apercebêssemos
ao nos perceber um ao outro
nossos dores em um só corpo
nascíamos unidos de novo.

RESUMO

Monografia

Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal de Santa Maria

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO CEFD/UFSM

AUTORA: MARCIUS MINERVINI FUCHS

ORIENTADORA: MARISTELA DA SILVA SOUZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de junho de 2014.

Este trabalho teve como objetivo Analisar as políticas públicas educacionais e suas intervenções no processo de formação de professores em Educação Física no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria e sua relação com o período dos governos do PT de 2002 até os dias atuais. Para isso, buscou apontar os atores sociais da relação políticas educacionais e formação de professores em educação física principalmente no período dos governos PT, as problemáticas estruturais e de currículo dos atuais cursos de Educação Física da UFSM e relacionar as problemáticas da formação com o mundo do Trabalho. Como método de análise, baseou-se pelo materialismo histórico dialético, pois é capaz de cometer um real diagnóstico da realidade, este parte do plano concreto e não decai em análises mecânicas, ou desconexas da sociedade vigente. Como técnicas foram usadas o resgate bibliográfico e a análise documental. Os documentos analisados foram leis, decretos, os currículos de educação física de 2005 e 2006 da UFSM, poucas atas de reuniões de conselho de centro e das comissões que formularam os currículos, e do processo que culminou a comissão paritária para se construir um currículo de formação unificada em 2009. Apesar da dificuldade de acesso aos documentos necessários para a pesquisa, foi possível apontar que as atuais políticas educacionais edificam no CEFD/UFSM uma formação mais precária voltada às demandas de mercado e em um patamar ideológico elevam-se concepções pós-modernas de pedagogias das competências, potencializando assim a lógica da empregabilidade resultando em um professor de educação física fragmentado, sem identidade com sua área, polivalente, flexível, precarizado, acrítico e que não consegue pensar projetos educacionais e de sociedade para além das especificidades de problemáticas do agora, traçando uma prática que nega a história.

Palavras-chaves: Mundo do Trabalho; Universidade; Políticas públicas educacionais, Formação de professores de educação física.

ABSTRACT

Monograph
Program Graduate Center of Physical Education and Sports
University Federal de Santa Maria

PUBLIC POLITICS AND EDUCATIONAL TEACHER EDUCATION IN EDUCATION PHYSICS IN CEFD / UFSM

AUTHOR: MARCIUS MINERVINI FUCHS

GUIDANCE: MARISTELA DA SILVA SOUZA

Date and Location of Defence: Santa Maria, June 10, 2014.

This study aims to analyze the educational public policies and its interventions in the process of the teachers' formation in Physical Education at the Centre for Sports and Physical Education of the Federal University of Santa Maria and its relation to the period of the governments of PT from 2002 to present days. For this, the study reached to indicate social actors regarding the educational policies and teachers' formation in physical education especially during PT governments, the structural problems of the current curriculum and courses of Physical Education of UFSM and relate the problems of formation with the field of work . As a method of analysis, it was based on the dialectical historical materialism, because it can make an effective diagnosis of the reality, such as it starts from the concrete plan and it does not fall in mechanical analysis or disjointed analysis of current society. As techniques it was used the bibliographic rescue and documentary analysis. The analyzed documents were laws, ordinances, curriculum of physical education from 2005 and 2006 of UFSM, a few protocols of council meetings of the center and committees that formulated the curriculum, and the process that culminated in the confederate comitee to build a curriculum of standardized formation in 2009. Despite the difficulty of access to documents needed for the research, it was possible to point out that current educational policies built on CEFD/UFSM a more precarious formation focused on the demands of the market and that post modern conceptions pedagogies of competencies were elevated to an ideological level, thus potentializing the employability logic and resulting in a fragmented physical education professional, with no identity of the area of studies, multipurpose, flexible, precarious, uncritical and that can not think of society and educational projects beyond the specifics of the current problematic of, drawing a practice that denies the story.

Keywords: Field of Work; University; Educational politics; formation of physical education teachers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 Metodologia	11
2 DISCUSSÃO TEÓRICA	15
2.1 O ser social e a sociedade que irei tratar	15
2.1.1 O Trabalho, a chave para a compreensão do ser social	15
2.1.2 O desenvolvimento das sociedades e a luta de classes	17
2.1.3 O capitalismo, o capital e suas contradições	19
2.1.3.1 A contradição entre capital e trabalho	22
2.1.3.2 A estrutura, a superestrutura e o Estado	25
2.1.3.3 A reestruturação produtiva do capital e a crise estrutural	30
2.2 Universidade e formação humana: Transformações e a luta de classes	40
2.2.1 O neoliberalismo, as políticas públicas para o ensino superior e os governos FHC/PSDB, Lula & Dilma/PT	44
2.3 A formação de professores de Educação Física no Brasil: processos atuais e seus atores sociais	54
2.3.1 Década de 90 e anos 2000: A articulação dos intelectuais orgânicos da área para o seu trunfo na formação inicial de professores em Educação Física	57
2.3.2 As consequências das diretrizes curriculares e a proposição dos movimentos de resistência aos ataques do capital	59
2.4 Os processos de reestruturações curriculares do CEFD/UFSM: Correlações de forças, consequências e a resistência	65
2.4.1 As reestruturações curriculares que culminaram nos currículos de 2005 (Licenciatura) e 2006 (Bacharelado): Atores sociais e consequências.....	66
2.4.2 A (contra)Reforma Universitária no CEFD e a luta pela Licenciatura plena de caráter ampliado	78
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
4 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	91
5 ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

Estamos situados em uma sociedade de classes. Marx e Engels, 2008, caracterizam a mesma por ser constituída por uma classe dominante e uma dominada. A Dominante possui os meios de produção, explora a força de trabalho e constrói um monopólio da riqueza nas mãos da minoria da sociedade, esta se pode denominar Burguesia. A segunda pode-se denominar de Trabalhadora, pois possui sua força de trabalho para vender e atender suas condições de vida, ela é a maior parcela da sociedade.

Marx, 2008, afirma que assim nossas relações sociais são determinadas por uma estrutura econômica da sociedade do capital. Esta está sustentada por uma esfera política e a jurídica, que privilegia a exploração exacerbada da natureza e a exploração do homem pelo homem, em uma lógica destrutiva do mundo que vivemos. Assim consegue-se manter um pensamento hegemônico em prol da classe dominante. Por isso Marx e Engels, 2008, afirmam que o pensamento hegemônico é o da classe dominante.

Com isso, a cada passo que o capital dá, criam-se necessidades para mantê-lo em expansão. Na década de 70, os estados capitalistas garantiram as políticas necessárias para a segurança do capital, já que o mesmo passava por uma crise e criou uma nova face do capital, o neoliberalismo. Este se caracteriza pela “minimização” do Estado na economia, retirada dos direitos sociais e trabalhistas a nível mundial e a transformação dos mesmos em mercadoria. Esta nova face anuncia valores altos de individualismo, consumismo e de incredulidade nas transformações sociais. Assim, começa-se a ver um novo modelo de trabalhador, que antes era caracterizado pela especialização, agora é pela polivalência e flexibilidade.

No Brasil, a prática deste modelo principiou fortemente ao final da década de 80, entrada da de 90, com forte ingerência do Banco Mundial e outros organismos internacionais (LEHER, 1999). Nesta década, pode-se ver a nova constituição federal, a LDB¹, entre outras políticas públicas. Podemos afirmar que o governo que iniciou esta implementação foi o de Collor/PSDB (e Itamar Franco pós impeachment). Porém mais a fundo foi o Fernando Henrique Cardoso/PSDB. Foi um governo marcado por várias privatizações, greves e ataques aos direitos trabalhistas.

¹ Lei de Diretrizes e Bases N°9394/96

A educação institucionalizada vem servindo não só para formar trabalhadores com conhecimentos necessários à manutenção do capital. Além disso, serve para gerar e transmitir valores que mantêm interesses da classe dominante. Com a queda do Muro de Berlim, impôs pensamentos de que não há alternativa, e que a sociedade é imutável. Assim, a educação servindo de aparato da classe dominante para manutenção do *status quo*.

Essas políticas são vistas nos governos Lula/Dilma/PT² (que se dizia de oposição à política do PSDB) que deu continuidade às reformas Neoliberais de FCH/PSDB, implementou de forma muito mais eficiente essas políticas. Podem-se ver várias políticas públicas na área da educação como a reforma universitária que vem sendo implementada em doses homeopáticas via decretos e/ou leis com o REUNI³, PROUNI⁴, dentre outras que veremos no decorrer deste trabalho. A reforma universitária é um triunfo para as políticas neoliberais no sentido da lógica da formação e na mercantilização do ensino superior.

Uma das formas de se implementar essas reformas foram através de novas diretrizes curriculares para vários cursos de graduação. Isso mudou as estruturas curriculares a nível nacional. As novas diretrizes curriculares de Educação Física possibilitaram a criação de qualquer curso que esteja no bojo da cultura corporal (DUTRA, 2010). Assim, vimos a lógica da formação para atender às demandas do capital garantida com estas políticas públicas em nossa área. No CEFD/UFSM⁵, houve uma mudança estrutural no currículo da licenciatura em 2005 e se criou o curso de bacharelado em Educação Física no ano de 2006 que coincide com as políticas públicas educacionais que começaram a ser implementadas pelo Governo Lula/PT.

Passaram-se oito anos desde a reforma nos cursos da licenciatura e sete anos do curso de bacharelado. Assim, este trabalho justifica-se 1. por apontar as consequências e a relação das políticas públicas educacionais com a formação de professores de educação física do CEFD/UFSM, 2, bem como apontar os atores sociais na implementação dessas mudanças para se ter clareza da totalidade deste processo

Logo, este trabalho estará no bojo das discussões a respeito da formação de professores em educação física. Com isso, compreende que as políticas públicas estão ligadas com as mudanças das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação. Já que a

² 2002 até os dias atuais.

³ Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais decreto 6096/07.

⁴ Programa Universidade para Todos decreto 5493/05.

⁵ Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria.

educação Física forma professores que atuam na realidade concreta das instituições de ensino, academias, clubes, etc., na sociedade. Por isso o problema a ser trabalhado neste projeto é: quais são e para que servem as políticas públicas no processo de formação de professores em Educação Física no CEFD/UFSM e quem foram os atores sociais envolvidos nesses processos?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas educacionais e suas intervenções no processo de formação de professores em Educação Física no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria e sua relação com o período dos governos do PT de 2002 até os dias atuais.

1.1.2 Objetivos específicos

- * Apresentar os atores sociais da relação políticas educacionais e formação de professores em educação física principalmente no período dos governos PT (2002 até os dias atuais);

- * Apontar as problemáticas estruturais (físicas) e de currículo dos atuais cursos de Educação Física da UFSM.

- * Relacionar as problemáticas da formação com o mundo do Trabalho.

1.2 Metodologia

Se não reunir certa quantia de materiais partindo da concretude, de meios naturais e históricos, não se consegue proceder a exames críticos, à comparações e a divisão em classes, ordens e espécies (ENGELS, 2004). Segundo Trotsky, 1939, quando houver uma transposição

de certos limites em mudanças quantitativas, elas se transformam em qualitativas, é o salto do quantitativo para o qualitativo.

Com isto, este trabalho reunirá certa quantidade de análise de materiais a partir da técnica bibliográfica e análise documental. Os documentos analisados serão leis, decretos, os currículos de educação física de 2005 e 2006 da UFSM, atas de reuniões de conselho de centro e das comissões que formularam os currículos, e do processo que culminou a comissão paritária para se construir um currículo de formação unificada em 2009. Já o resgate bibliográfico contribuirá para apontar os fatos e consequências das políticas públicas em educação na formação de professores de educação física do CEFD UFSM. Esta técnica se constitui por análise de materiais já publicados (SILVA E MENEZES, 2005) e Gamboa (2007) afirma que, na área educacional classifica uma série de novos estudos a fim de repensar a prática da pesquisa pedagógica. Averiguam a qualidade, o tipo de pesquisas, conteúdos desenvolvidos, utilidade, etc.

O Método de análise será o Materialismo Histórico Dialético. Este é capaz de construir um real diagnóstico da realidade. Parte do plano concreto e não decai em análises mecânicas, ou desconexas da sociedade vigente. O pensamento dialético analisa todos os fenômenos em suas mudanças contínuas, pois é nas condições materiais que determina os momentos críticos em que a quantidade salta à qualidade (TROSTKY, 1939).

A doutrina de Marx é toda poderosa porque é correta. É harmoniosa e completa; dá aos homens uma concepção coerente do mundo, incompatível com qualquer superstição, com qualquer reação, com qualquer defesa da opressão burguesa. É legítima sucessora de tudo o que de melhor a humanidade criou no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LENIN, 2008, p.66).

Este método será capaz de expressar o resultado do que se quer apontar. Pois entende que só existe movimento por ele ser contraditório. Por isso, temos que trabalhar em cima das categorias do marxismo, que “refletem as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo” (KOPNIN, 1978, p.106). Assim, pode-se elevar novos resultados, que abrangem o movimento do conhecido ao desconhecido.

São as categorias que servem de critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados, a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio de sistematização que vai lhe conferir sentido, cientificidade, rigor, importância (KUENZER, 1998, p.62).

Se não compreender a dialética do universal e do singular nas categorias, que serão explicadas posteriormente, será impossível entender a essência e a relação que os conceitos que serão trabalhados possuem (KOPNIN, 1978). Então a síntese é feita desta maneira e então cria novas teorias e o movimento interpretativo de nosso objeto. Por isso precisamos ter limpidez em relação ao objeto de pesquisa, sua manifestação mais evidente, para poder analisar e compreender o todo, adentrando mais na especificidade melhorando a compreensão da totalidade (KUENZER, 1998). Ou seja, consegue-se elevar o conhecimento a um grau mais elevado e pode-se dar continuidade a novas construções desses conhecimentos.

Para isso, este trabalho percorrerá um caminho que trabalhará com as categorias mais gerais do marxismo e articulará com as categorias mais específicas referente a este trabalho de pesquisa. Estas categorias metodológicas são aquelas que dão o apoio necessário à relação pesquisador/objeto (KUENZER, 1998). São elas a Práxis:

[...] a teoria já produzida e expressa na literatura será buscada permanentemente a partir das demandas de compreensão do empírico e tomada sempre como marco inicial e provisório, a ser reconstruída e transformada na sua relação com o objeto de investigação (KUENZER, 1998. p. 64).

A categoria da Totalidade manifesta e é a manifestação das relações sociais e produtivas que se situam a patamares mais amplos (KUENZER, 1998). Com isso, o trabalho remeterá à situação mais desenvolvida da sociedade hoje, assim poderá penetrar em categorias mais particulares e singulares que constroem a totalidade.

Outra categoria é a contradição. Esta está totalmente colada ao movimento. Kuenzer, 1998, afirma que nada existe no mundo que não esteja na intermediação entre o ser e o nada, só conhecemos o claro por conhecer o escuro, não existe movimento sem contradição (PLEKANOV, 1907). Com isso, esta pesquisa remeterá constantemente a esta categoria, já que a mesma nos leva aos movimentos que passa, passou e pode vir a passar o objeto de estudo.

A categoria da mediação é aquela que inter-relaciona os fatos isolados. Para Kuenzer, 1998, tudo está correlacionado. Se na concretude nada está avulso, esta categoria é efetiva

para conseguir articular, em um movimento dialético, a singularidade com particularidade e totalidade. Por isso, ajudará a avançar na produção do conhecimento referente ao objeto de estudo deste trabalho.

Em relação às categorias de conteúdos (KUENZER, 1998), será trabalhado com as referentes à especificidade relacionada ao objeto de estudo, tais como: Mundo do Trabalho, Estado, Políticas Públicas educacionais, Formação Humana, Universidade, Formação de professores em Educação Física do CEFD/UFSM e luta de classes.

O caminho que será percorrido neste trabalho será regado pelas categorias metodológicas, o singular estará representado pela formação inicial de professores em educação física do CEFD/UFSM, o particular políticas públicas educacionais e educação, e o universal o mundo do trabalho e capital. Partir-se-á do diagnóstico da totalidade, com a contradição entre as categorias capital e trabalho. Esta contradição está no seio de uma rede de contradições que articula o sistema do capital, que são administradas em curto espaço de tempo, mas não serão superadas (MÉSZÁROS, 2003). Ou seja, o trabalho sempre está subordinado ao capital nesta sociedade.

Com isso, o trabalho relacionará a educação (categoria particular deste trabalho) e apontará a mediação das políticas públicas garantidas pelo Estado e por fim os atores sociais envolvidos na formação de professores de educação física do CEFD/UFSM. Tudo isso relacionado à totalidade da luta de classes.

Marx, 2008, afirma que não é a consciência que determina o ser, mas é o ser social que determina sua consciência. O ser é determinado pela estrutura social que vive. Por isso que se parte da materialidade para analisar os pontos mais avançados, universais, para conseguir obter uma apreciação qualitativa das especificidades das políticas públicas e formação de professores em Educação Física do CEFD/UFSM que são resultado das intervenções concretas desse ser social, o ser humano e aí sim, intervir na realidade concreta com os resultados desse trabalho.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 O ser social e a sociedade sobre a qual irei tratar

Este trabalho inicia sua análise a partir da compreensão de que os currículos dizem respeito aos caminhos que a formação irá percorrer, assim, ele tem um papel político (TAFFAREL *et all*, 1992). Com isso, deve-se compreender o homem (ser social) e o mundo (sociedade) em que vivemos para entender a relação das políticas públicas educacionais com a formação de professores em educação física, de onde vem, para que servem e por que existem. (DUTRA, 2010).

Estes entendimentos permeiam todo o processo que se irá percorrer neste estudo, pois, concordando com Marx, 2008, é o ser social que determina sua consciência, não o contrário, e este ser tem sua determinação a partir de estrutura econômica que guia nossas relações sociais.

Não temos a possibilidade de compreender a educação sem o entendimento de seus condicionantes sociais. (SAVIANI, 1997) Pois, há uma certa conexão da educação à sociedade. Se a análise apontará para a formação de professores em educação física e as políticas públicas que a determina, e tudo isso se dá na Universidade, mais um motivo para se levantar o funcionamento da sociedade para pontuarmos como se dá estas relações.

2.1.1 O Trabalho, a chave para a compreensão do ser social

Como o subtítulo aponta, o trabalho é a chave para compreender o ser social. Partindo disso, é interessante se questionar os motivos desta afirmativa. O mundo passou e continua a passar por inúmeros processos de transformações, desde seu surgimento com mudanças naturais, até os dias atuais com a ação do homem e suas formas de organização social. Mas a grande questão é, como que se desenvolveram estas formas de organizações sociais até chegarmos aos dias atuais?

A espécie humana se ergueu como um novo tipo de ser. Seu desenvolvimento não se deu apenas por necessidades biológicas ou naturais. É em sua raiz diferente, o ser social, para

além de suas demandas naturais de sobrevivência. (NETO & BRAZ, 2008) Com isso, questiona-se de onde surge este ser?

Para se responder isso é necessário compreender nossos primatas e me remeto a Engels, 2004, que afirmava que os mesmos possuíam qualidades menos ágeis e velozes comparados a outras espécies, assim, surge uma necessidade natural de sobrevivência diferente também das dos outros animais. Estes seres não voavam, não corriam o suficiente, não tinham agilidade alguma para sobreviver de predadores. E com suas características biológicas, com polegares opositores, facilitou com que esta espécie tivesse uma relação com a natureza de transformação da mesma para atender suas necessidades, colocando esta diferença central entre as outras espécies de animais.

Com o decorrer do tempo, a medida que este ser transformava a natureza, o mesmo se transformava. Há uma relação dialética deste ser com seu meio. A mediação desta relação que se denomina de trabalho. Logo, o trabalho só é exercido pelo ser humano. Por isso Engels, 2004, estava correto quando afirmou que o trabalho criou o homem e é a condição básica para a existência humana, sendo eixo fundante do ser social. E aí surgem as mediações de primeira ordem que, segundo Antunes, 2009, tem como finalidade a "preservação das funções vitais da reprodução individual e societal" (p.21.). Logo, compreende-se que os seres humanos são parte da natureza e não podem viver enquanto indivíduos, já que estas mediações levam o ser humano a depender de sua própria espécie para perpetuar todo o que foi produzido para futuras gerações.

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião - por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX & ENGELS, 2009, p.24).

Com este processo, o homem desenvolveu forças produtivas. Nestas atividades dialéticas de transformação da natureza, transformou a si próprio, desenvolvendo uma capacidade psíquica superior a dos outros animais (VIGOTSKI, 2007) que de acordo com Marx K., 2008,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (p.211).

Concluiu-se então, que o homem possui no trabalho sua dependência de existência, ao mesmo tempo que sua origem, vendo assim o trabalho no seu sentido ontológico⁶, ou seja, a nossa espécie se torna humana e social no decorrer de sua existência, por isso o termo "ser humano" ou "ser social". E as sociedades começaram seu desenvolvimento a partir disto. E compreendendo isso, fica mais fácil entender como que se deu o desenvolvimento das sociedades até os dias atuais.

2.1.2 O desenvolvimento das sociedades e a luta de classes

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem [*zu äußern*] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*äußern*] a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto com a sua produção, com o que produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX & ENGELS, 2009, p.25).

Logo, compreender os modos de produção no decorrer da história, é conhecer o homem em suas diferentes formas de organizações sociais e como se deu esse desenvolvimento que culminou na atual sociedade e no ser social que hoje existe.

Cerca de dez mil anos atrás o homem era nômade. Com o decorrer da história, desenvolveu forças produtivas capazes de fazer com que o mesmo saísse da condição de nômade e permanecesse em um mesmo local o máximo de tempo possível (MORISSAWA, 2001). Quando nômade, o ser social não havia desenvolvido a agricultura e agropecuária, ou seja, como exteriorizavam a sua produção determinava sua condição, nômade. Porém, quando desenvolveram as forças produtivas necessárias para sair da condição de nômade, então

⁶ Relacionado à ontologia. Ou seja, aquilo que é comum a essência dos seres, que determina o que cada ser é, no caso do ser humano, o trabalho.

deixavam de ser nômades. "Desenvolvendo a agricultura, a engenhosidade humana já perturba o equilíbrio da natureza. Descobrimo no plantio uma nova fonte de alimento para si e seus filhos, os homens se multiplicam." (ALBORNOZ, 1986, p.17)

Então começa-se a desenvolver a noção de propriedade e de produto excedente (ALBORNOZ, 1986). E nesta fase que levanta a primeira forma de propriedade que para Marx & Engels, 2009,

[...] é a propriedade tribal [Stammeigentum]. Esta corresponde a fase não desenvolvida da produção em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, quando muito, da agricultura. Pressupõe, nesse último caso, uma grande massa de terrenos não cultivados. A divisão do trabalho está nessa fase ainda muito pouco desenvolvida e limita-se a um prolongamento da divisão natural do trabalho existente na família (MARX & ENGELS, 2009, p.26).

E ainda os mesmo autores continuam

A estrutura social limita-se, por isso, a uma extensão da família: os chefes patriarcas da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. A escravatura latente na família só se desenvolve gradualmente com o aumento da população e das necessidades e com o alargamento do intercâmbio externo, tanto de guerra quanto de comércio de troca (p.27).

Nesta fase, vemos o início da organização de uma estrutura social que com o desenvolvimento dessas sociedades, alguns pontos dessas estruturas começam se fortalecer e outras a sumir.

Com o avanço dessas sociedades começou o crescimento das mesmas, necessitando uma divisão social do trabalho para que desce conta das demandas comunitárias. Porém, o que trouxe a resolução de alguns problemas criou outros. Essa divisão social do trabalho fez com que o ser humano desenvolvesse técnicas que produziam mais do que era necessário (MORISSAWA, 2001), assim, ergue-se o mercado, para possibilitar a troca, e a terra começou adentrar em uma lógica cada vez mais individualizada, o que era de bem comum, começa a ser propriedade do indivíduo.

A essa altura, já vivíamos uma progressiva individualização. A vida comunitária foi aos poucos se dissolvendo, com o poder e a riqueza minando as relações entre as pessoas e os grupos. Famílias erguiam cercas para garantir que outras não viessem "compartilhar" seus bens (MORISSAWA, 2001, p.10)

Assim, o surgimento da propriedade privada aguçou ainda mais relações de exploração do homem pelo homem e da própria natureza. Com a riqueza minando alguns setores da sociedade, os seres humanos começam a se diferenciar entre si daqueles que possuíam dos que não possuíam, dos que controlam os meios para a produção e os que obedecem. A divisão social do trabalho se potencializa, surgindo os trabalhadores que pensam e os que executam, o Trabalho intelectual e o manual. E com isso, classes sociais começam a ser traçadas e facilmente percebidas nessas sociedades. Esse é um dos legados que a propriedade privada nos deixou até hoje. E para garantir o direito de possuir propriedades e de explorar outros seres humanos, surge o Estado⁷. (ENGELS, 1884)

Com o surgimento das classes sociais, surge intrinsecamente a luta de classes. As classes dominadas sentem a necessidade de conquistarem sua liberdade e deixarem de ser exploradas, já as dominantes veem a necessidade de continuar com seu poderio e acúmulo de riquezas. Por isso que Marx & Engels, 2008, afirmam que a história de todas as sociedades até então, foi a história da luta de classes. Essas classes firmam lutas, ora mascarada, ora aberta, que sempre culminou na transformação radical de toda uma sociedade ou a destruição da classe em luta. Assim, constata-se que, a forma que a humanidade organizou suas sociedades nunca foi a mesma, sempre veio se transformando no decorrer da história.⁸

2.1.3 O capitalismo, o capital e suas contradições

Como observamos anteriormente, a história das sociedades tem sido a luta de classes. Esta luta, em certos momentos, consegue elevar um grau de desenvolvimento que coloca a inevitável transformação da antiga sociedade em uma nova, onde os dominantes caem, e os dominados assumem o poder, como relatam Marx e Engels brevemente no manifesto do partido comunista.

⁷ Sobre o Estado será aprofundado mais no decorrer do trabalho.

⁸ Sociedade escravista, modo asiático de produção, o feudalismo, até à sociedade atual o Capitalismo.

Dos servos da idade média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; a partir destes, desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia. A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia Nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (MARX & ENGELS, 2008, p.9).

E ainda

A forma tradicional, feudal ou corporativa, de funcionamento da indústria não permitia atender às necessidades crescentes, decorrentes do surgimento de novos mercados. Em seu lugar aparece a manufatura. O mestre das corporações é deslocado pelo pequeno industrial; a divisão do trabalho entre diversas corporações desaparece diante da divisão do trabalho no interior das oficinas. No entanto, os mercados continuaram crescendo e as necessidades aumentando. Então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes dos exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos (MARX & ENGELS, 2008, p.10).

Com tudo isso, podemos ver que na própria lógica feudal, se desenvolveu aqueles que derrubariam este regime, os burgueses, e com o desenvolvimento das forças produtivas dos mesmos, o feudalismo não suportara mais se manter com as demandas do mercado que a burguesia havia criado. Assim, as condições objetivas para uma revolução burguesa foram dadas, e aí surge uma nova sociedade. Porém:

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época - a época da burguesia - caracteriza-se, contudo, por ter simplificado o antagonismo de classe. Toda a sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX & ENGELS, 2008, p.9)

Com a burguesia, surgem os trabalhadores, e assim, uma relação interdependente, porém, antagônica. Interdependente, pois, a classe trabalhadora é aquela que depende da venda de sua força de trabalho para atender as suas demandas de vida, porém ela vende para ter acesso aos meios de produção, que por sua vez está nas mãos da burguesia que detém estes meios e explora a força de trabalho e busca incessantemente o lucro, que por seu acúmulo,

gera riqueza e poder a esta classe (MARX, 2006). Logo, esta relação é antagônica, pois para os trabalhadores terem sua real libertação, devem socializar os meios de produção, só que para isso, necessita derrubar a burguesia, que sem estes meios sua existência não se dá enquanto classe dominante.

Assim, está estruturada a sociedade capitalista com suas classes e a nova luta de classes que emergiu. Porém há muito mais que compõe esta sociedade. Marx, quando estruturou sua teoria do valor no *Capital*, caracterizou a sociedade regida pelo sistema de produção capitalista da seguinte forma "a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em "imensa acumulação de mercadorias", e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza." (MARX K., 2008, p.57)

Logo, se o acúmulo de mercadorias gera riqueza, e a mercadoria é feita a partir do trabalho, que na lógica do capital é explorado pela classe dominante.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX K., 2008, p.57).

Indo mais a fundo, a mercadoria na sociedade do capital exerce um duplo sentido, pois, cada coisa que utilizamos, desde um papel, até o carro para nos locomovermos possui duplo sentido. Se analisarmos uma cadeira, por exemplo, veremos que a mesma possui um valor-de-uso, ou seja, suas qualidades para atender as necessidades humanas de sentar em algo, ao mesmo tempo que há um valor-de-troca, ou seja, sua quantidade, para obtermos uma cadeira necessitamos comprar. Com isso começamos a compreender o trabalho, pois, na sociedade atual é voltado a produção de mercadorias para o acúmulo máximo das mesmas pela classe dominante, e se a mercadoria possui duplo sentido, o trabalho também. O trabalho expressa duplo caráter ligado ao valor de uso, na qualidade, que é "provedor do desenvolvimento das capacidades humanas (trabalho concreto)" (MORSCHBACHER, 2012, p.40) e "produz, concomitantemente, a alienação dos trabalhadores (trabalho abstrato)" (MORSCHBACHER, 2012, p.40). Quando relacionado ao valor-de-uso, vê-se o sentido do trabalho concreto, ou útil, pois é este trabalho que dará qualidades que diferenciam mercadoria A de mercadoria B, e o trabalhador A do trabalhador B. Para se fazer um casaco, necessitamos de alfaiates, já para se fazer uma cadeira, necessitamos de um marceneiro. Ou

seja, os valores-de-uso dessas mercadorias traçaram qual a qualidade do trabalho a ser necessário para a produção das mesmas. Ao mesmo tempo em que vemos o valor-de-troca, este refere-se a quantia do trabalho, e assim dá o sentido abstrato ao trabalho. Neste último caso, o trabalho é levado a quantificação, quanto tempo demora para produzir, quanto de matéria prima, quanto de manutenção das máquinas, quanto de investimento no trabalhador e quanto de lucro será extraído da exploração da força de trabalho para a classe dominante, ou seja, o trabalho abstrato é voltado a quantificação para o lucro da burguesia e alienação pois o trabalhador não se reconhece em seu trabalho e não se apropria daquilo que produz, só de uma parte.

Sendo assim, todas as ações capitalistas tornam-se legítimas, logo, a busca pelo lucro faz com que cada empresa capitalista individualmente busque se sobrepor e vencer suas concorrentes no mercado, afim de obter maiores lucros. A concorrência força a introdução de alterações no processo de produção, comercialização e, mais recentemente, a “indústria da propaganda”. Enquanto, os trabalhadores por sua vez, vão a reboque, sem conseguir em nenhum momento romper com as camisas de força imposta pelo capital (TORRES, 2010, s/p.).

Com isso, começa a se estruturar o início do pensamento para compreender a lógica perversa do capital e suas contradições. O duplo sentido do trabalho nos dá possibilidades de compreensão do desenvolvimento do Capital até os dias atuais e as crises geradas, principalmente pela contradição central entre capital e trabalho.

2.1.3.1 A contradição entre capital e trabalho

Para compreender a lógica perversa do capital é crucial entender sua contradição central. A contradição entre capital e trabalho. Como vimos, o capitalismo possui duas classes onde uma detém os meios de produção e explora a força de trabalho para gerar lucro a partir da produção de mercadorias, e a outra possui sua força de trabalho para vender e atender suas condições de vida. Logo, a classe dominada está condicionada as demandas do capital, e não mais às suas demandas específicas enquanto indivíduo ou classe.

Com isso, compreende-se que o capital para existir deve existir trabalho, porém, na forma de extração de mais valia, gerado no processo de produção onde o trabalho insere valor na mercadoria e o trabalhador se apropria de apenas uma pequena parte do produto final.

Muitas vezes o trabalhador não consegue comprar nem um produto produzido em um dia de trabalho. Logo, aliena o trabalho e acontece uma subordinação do trabalho concreto ao trabalho abstrato, e do valor-de-uso ao valor de troca. Isso afasta o trabalho do seu sentido ontológico, e afasta a humanidade cada vez mais de sua essência. Se no capital há esse processo de alienação, e este processo se afirma também enquanto um afastamento do trabalho em seu sentido ontológico. Podemos avistar que esta é uma contradição. O capital para avançar necessita do trabalho, porém o mesmo destrói o trabalho passo a passo, entra em uma lógica desumanizadora, uma lógica de auto destruição, uma contradição que não pode ser superada dentro dos marcos do capital.

O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana [...] “... o trabalho decai a uma mera mercadoria e à mais miserável mercadoria”, torna-se “um ser *estranho* a ele, um meio de sua existência individual” (ANTUNES, 2011, p.145).

Então, vê-se aí um afastamento gradual do homem com seu eixo fundante. Isso também eleva outro acontecimento na humanidade que, como o valor-de-uso está subordinado ao valor-de-troca, as mediações de primeira ordem, que são aquelas de sobrevivência e manutenção da espécie humana, são subordinada as de segunda ordem, aquelas que visam o lucro da classe dominante (ANTUNES, 2009). Logo, todas as esferas de nossa vida estão calcadas nessa lógica perversa de destruição da humanidade, pois, a contradição capital/trabalho está no centro de uma rede de contradições (MÈSZÁROS, 2003) que mostram a destruição da humanidade. A contradição Capital/Natureza é uma delas, esta coloca em nome do lucro, uma destruição em larga escala dos meios naturais de nosso mundo. O capital para ser capital, necessita estar em constante expansão, logo, para produzir cada vez mais e acumular mais, necessita de matérias primas em larga escala e assim coloca a natureza a este serviço, e a mesma fica refém da lógica. Assim, constata-se mais um afastamento do ser social de sua origem, pois o ser humano, ao passo que transformou a natureza se transformou, e se a destrói, destrói a si mesmo.

Porém, estas contradições são mediadas por curtos espaços de tempo. Pois de tempo em tempo o capital passa por crises e coloca a mostra sua real face. Essas crises são geradas sempre pela superprodução gerada pelas classes dominantes, fazendo com que seus lucros

caiam e a partir daí a sociedade começa a passar por uma barbárie momentânea, onde a fome cresce, o desemprego também, entre outros acontecimentos gerados por conta dos outros.

Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contra-senso - a epidemia da superprodução. A sociedade se vê de repente em uma barbárie momentânea: a fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui civilização demais, meios de subsistência demais, indústria e comércio demais. As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, seno obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida (MARX & ENGELS, 2008, p.18).

Assim, é nas crises que suas contradições ficam a mostra. "As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam agora contra ela mesma" (MARX & ENGELS, 2008, p.19), assim também produziu "os homens que usarão estas armas: os trabalhadores modernos, os proletários"⁹ (MARX & ENGELS, 2008, p.19). Mas como a burguesia consegue sair das crises? Em uma rede de relações que a sociedade possui, a classe dominante consegue destruir as forças produtivas quando tem de fazer, ou aumentar novos mercados, além de reorganizar o mundo do trabalho de modo que adapte a produção, e todas as esferas que estão em torno dela, às novas demandas do capital.

Porém é um pouco subjetivo colocar desta forma, logo, nesta próxima etapa debateremos como é esta rede de relações e como está colocado o papel de cada elemento para manter a sociedade burguesa.

⁹ Este debate sobre a classe trabalhadora nos dias atuais será feito no decorrer do trabalho, pois algumas mudanças no mundo do trabalho trouxeram algumas mudanças nas especificidades da classe trabalhadora também. Vide (ANTUNES, R.; **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho.**--2^a. ED. 10. reimp. rev. e ampl.-- São Paulo, SP: Boitempo, 2009. e ANTUNES, Ricardo.; **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho.**—15. ed.—São Paulo: Cortez, 2011.

2.1.3.2 A estrutura, a superestrutura e o Estado¹⁰

Como podemos ver, a lógica do capital gera desigualdades que confirmam a existência da luta de classes. De toda riqueza produzida no mundo, apenas 2% da população detém 50% deste montante, enquanto 50% das pessoas mais pobres do mundo detém 1%.¹¹ Uma em cada oito pessoas no mundo passa fome¹², em contradição a isso, cerca de um terço dos alimentos produzidos são desperdiçados¹³. Logo, vemos o monopólio da riqueza gerando a desigualdade. Cerca de 770 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a uma fonte de água, e 2,5 bilhões não têm acesso a saneamento básico¹⁴, a pneumonia que hoje é tratada facilmente, mata por dia 3400 crianças no mundo, mata mais do que a AIDS.¹⁵ E esses dados podem até ser maiores, compreendendo que são estatísticas.

A partir desta realidade fica o questionamento, se a sociedade do capital é a mais desumana, assassina, desigual como ela se mantém viva? Como a humanidade não põe fim a mesma? Começamos com a afirmação de Marx & Engels, 2008, que o pensamento hegemônico de toda uma sociedade é o pensamento da classe dominante. Mas como se eleva este pensamento? Marx, 2008, concluiu que há uma estrutura econômica que, em última instância, determina nossas relações sociais. Nesta estrutura há dois pilares, a exploração do homem pelo homem, e da natureza pelo homem¹⁶, nesta se dá a produção das forças produtivas. Contudo, esta estrutura não se mantém sozinha, pois o homem, um ser racional, não é explorado pelo capital e destrói a natureza de forma suicida por livre e espontânea vontade. Para isso, eleva-se uma superestrutura (MARX, 2008) que é um conjunto complexo que tem como pilares duas esferas (PORTELLI, 1977), a esfera civil que age na criação de falso consensos a partir de criação ou apropriação de instituições que irão difundir o

¹⁰ Esta parte do trabalho é crucial para o mesmo, pois, no decorrer desta obra irei levantar um debate sobre disputa da institucionalidade que é de extrema importância nos processos de reestruturação curriculares.

¹¹ Dados extraídos de http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=4339 acessado em 09/02/2014.

¹² Dados extraídos de <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/uma-em-cada-oito-pessoas-no-mundo-passa-fome-1.html> acessado em 09/02/2014.

¹³ Dados extraídos de <http://www.agendabahiacorreio.com.br/detalhe/noticia/dez-dados-alarmanetes-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-no-mundo-galeria/?cHash=8257a0f97b42588252456631fc78b2ff> acessado em 09/02/2014.

¹⁴ Dados extraídos de <http://www.onu.org.br/770-milhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-a-agua-ate-2015-tres-bilhoes-podem-sofrer-com-a-escassez-de-recursos-hidricos/> acessado em 09/02/2014.

¹⁵ Dados extraídos de <http://www.onu.org.br/3-400-criancas-morrem-por-dia-de-pneumonia-uma-doenca-que-pode-ser-evitada-e-tratada/> acessado em 09/02/2014.

¹⁶ Já debatemos anteriormente como é perversa esta relação no capital.

pensamento dominante, nesta estão inseridos a Universidade, a Escola, a mídia, a igreja, a central única dos trabalhadores, entre outras instituições. E há a esfera política que age na coerção, na dominação direta, nesta está situada as leis, as forças armadas, e o Estado.

Com a relação dialética entre essas esferas e a estrutura, forma-se a hegemonia. Porém é necessário pontuar como que o Estado age neste ponto, pois vimos anteriormente que o mesmo surge a partir da propriedade privada para dar direito aos possuidores de possuir e de explorar os despossuídos, ou seja, com a sociedade de classes elevou-se o Estado.

Para Lenin, 2007, o Estado é resultado da mostra do antagonismo das classes, que não há conciliação entre as mesmas. O Estado age no ponto em que estes antagonismos não podem ser conciliados, logo, a sua própria existência aponta que as contradições entre as classes são inconciliáveis. (LENIN, 2007) Logo, enquanto houver classes o Estado existirá. Enquanto as contradições continuarem vivas, o Estado será testemunha da desigualdade, injustiças, assassinatos do capital. (MANDEL, 1977)

Este debate é crucial, sobre o papel do Estado, Gramsci, 2005, traz uma visão um pouco mais reduzida sobre o que representa o Estado, apesar do mesmo não estar errado, ele afirma que é a representação coerciva e punitiva de regulamentação jurídica de determinado país. Porém, é muito além disso, Mandel, 1977, coloca que a classe dominante necessita de uma instituição que garanta a vida social em prol de seus interesses, mantendo assim a sociedade em suas mãos. Ou seja, é para além de questões jurídicas, as forças armadas, a polícia, os intelectuais orgânicos que ocupam o estado¹⁷, e as próprias leis. O Estado age para além da questão jurídica pois auxilia na construção da hegemonia não só com coerção, mas também exercendo papel de criar falsos consensos.

Se tudo isso é feito para manter a lógica e os interesses burgueses, é necessário compreender que houve mudanças no mundo, e assim como o mundo, houve mudanças na burguesia também. Como afirmamos anteriormente, 2% detém 50% de toda riqueza do mundo, logo, constata-se que os monopólios aumentaram. E assim como a sociedade é hierárquica, o Estado também o é.

A classe dominante para manter os Estados em seu poder cria dependências nos mesmos. Ela cria as dívidas. Como a arrecadação se dá em uma época do ano, os Estados fazem empréstimos dos grandes capitalistas, e a pesar de ser uma dívida de curto prazo, os gastos gerados são cada vez maiores, criando dívidas de longo prazo, e assim cria-se um

¹⁷ Aqui podemos pontuar Juízes, Presidentes, Secretários, Ministros, Deputados, etc.

círculo viciante. Assim, os Estados se tornam instrumentos totalmente dependentes da classe dominante e passam a atender ainda mais seus interesses. Para compreender melhor, podemos trazer para a nossa realidade onde em 2011, 45,05% do orçamento geral da União era destinado à juros e amortização da dívida, enquanto 2,99% eram destinados para a educação e 4,07% para a Saúde (FATORELLI, 2012). Em 2012 aumentou esta desigualdade, 47,19% destinava-se para juros e amortizações da dívida, enquanto 3,18% para educação, 3,98% para saúde, 0,05% para habitação, 0,12% para desporto e lazer¹⁸. Porém, mesmo o Brasil sendo um dos países mais ricos do mundo tem altos índices de desigualdade, como por exemplo, 26% dos Brasileiros plenamente alfabetizados, em 1990 o número de leitos em hospitais era de 3,71 por mil habitantes, em 2009 marcava 2,26 leitos por mil habitantes. (FATORELLI, 2012) 11 milhões de pessoas passam fome no Brasil, 4,25 milhões de crianças e adolescentes trabalham, e 710 mil trabalhadores estão em condições de subemprego nas principais metrópoles do país. Há um déficit habitacional de 8 milhões de moradias, além de ter 11,2 milhões de domicílios inadequados, sendo que 11 milhões de Brasileiros vivem em favelas, sendo que constantemente quilombolas e indígenas são atacados para saírem de suas terras para o grande agronegócio, e por fim, para o Brasil dar conta de atender a demanda de creches, precisa construir 19,7 mil creches, ou seja, as famílias, principalmente as mães desamparadas. (FATORELLI, 2012)

Logo, pode-se constatar como essas dívidas agem, pois, ao mesmo tempo que o Brasil é a 6^a economia mundial, é o 3^o pior em distribuição de renda e 84^o no ranking de respeito aos direitos humanos. Ou seja, o que é priorizados são os bancos e os grandes empresários que mantêm esta lógica. Assim, constata-se que, a classe que detém o poder econômico por deter os meios de produção, acaba adquirindo o poder político e assim pode dar rumos a sociedade. Conseguindo manter as principais instituições na esfera civil e na política, se apropria da ampla maioria dos setores sociais, constrói seu poder ideológico e garante a hegemonia para si.

Porém, o Estado gera inúmeras instituições que cumpriram papéis específicos dentro da sociedade. Como já citamos anteriormente, há o setor jurídico, forças armadas, congresso, senado, etc. Contudo, para esta administração a sociedade hierárquica do capital é refletida no aparato Estatal. Para exemplificar melhor, Mandel, 1977, traça esta lógica magistralmente de

¹⁸Fonte: <http://blogs.odiario.com/bahr-baridades/2012/03/16/voce-conhece-o-orcamento-brasil-2012/> acesso em 09/02/2014.

forma crítica na forma como são selecionados as pessoas que assumirão estes cargos, principalmente via concurso público.

[...] para ser um empregado de um ministério, é preciso passar num exame. De facto, esta regra parece ser muito democrática. Por outro lado, ninguém pode submeter-se a exame para qual quer nível de emprego. O exame não é o mesmo para o cargo de secretário geral de um ministério, ou de chefe do estado-maior do exército, ou de terceiro oficial de uma pequena repartição governamental. Também, à primeira vista, parece ser absolutamente normal.

Demonstrando a anormalidade deste processo, Mandel, 1977, continua a análise.

Mas — e eis aqui um grande mas — há uma progressão nestes exames que lhes confere caráter seletivo. O candidato tem de possuir certos diplomas, teve de seguir certos cursos para se candidatar a certas posições, especialmente às mais importantes. Um tal sistema exclui vasto número de pessoas que não puderam obter instrução universitária ou equivalente, porque uma igualdade de oportunidades de instrução não existe na realidade. Ainda que o sistema de exame para cargos públicos seja democrático superficialmente, não deixa de ser um instrumento selecionador. [...]Esta estrutura leva-nos a pôr em destaque a existência de secretários gerais, generais, bispos, etc, com o mesmo nível de ordenado e, portanto, com o mesmo nível de vida, idêntico ao da grande burguesia, de modo que participam do mesmo clima social e ideológico. Vêm depois os funcionários médios, oficiais no meio da escala, com o mesmo nível social e com o mesmo rendimento da pequena e média burguesia. Por fim, a massa dos empregados sem títulos, mulheres de limpeza, contínuos e serventes, que muitas vezes ganham menos que os operários fabris. É claro que o seu nível de vida corresponde ao do proletariado. (MANDEL, 1977, s/p)

Assim, se constata o metabolismo do Estado, a fisiologia que o mantém vivo, uma cadeia complexa que concretiza os interesses burgueses na sociedade e a manutenção do *status quo*. Porém, como utilizamos o método materialista histórico dialético para nossa análise, seria muito mecânico afirmar que o Estado não possui contradições, e que apenas serve aos interesses burgueses, e afirmando não possuir contradições afirmaríamos que não haveria movimento no mesmo e que as coisas nunca mudariam. Porém não é isto que a história nos mostra, e que não há imobilismo na história.

Toda instituição reflete a sociedade vigente (CHAUÍ, 2003), e como analisamos anteriormente, vivemos em uma sociedade de classes que uma das classes luta para manter a ordem e a outra para transformar e cada uma usa suas armas, no Estado veremos que isto também ocorre, pois a luta de classes se manifesta em todas as esferas da sociedade (FUCHS,

2013). Com isso, o Estado também age como árbitro na sociedade (MANDEL, 1977), todavia, é necessário levantar que nenhum julgamento é neutro, e como está em uma luta de classes tenderá a um lado, ou para manutenção da ordem (o que é mais comum), ou para a classe que luta pela transformação da mesma. Assim, majoritariamente, o Estado exerce uma força para manter esses confrontos e contradições.

Uma importante função do Estado em sua associação com a classe economicamente dominante é regular a LUTA DE CLASSES e assegurar a estabilidade da ordem social. O domínio de classe sancionado pelo Estado e por ele defendido assume muitas formas políticas diferentes, desde a "república democrática" até a ditadura (BOTTOMORE, 1988, p.135 grifo do autor).

E o autor continua:

[...] o Estado é essencialmente a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora. [...] o Estado tinha um papel importante nos campos cultural e ideológico, bem como na organização do consentimento.[...] Por um lado, o Estado, nesses regimes, tem de atender a reivindicações populares variadas. Por outro lado, também deve atender às necessidades e exigências do capital (BOTTOMORE, 1988, p.136).

Se tomarmos como exemplo, muitas políticas tantas vezes são traçadas a partir de concessões. A burguesia, por diversos períodos, fica encurralada, e para manter-se no poder, sede algumas reivindicações à classe trabalhadora, mas sempre com o interesse de manter a ordem. Se pensarmos que em determinada época mulheres não votavam, casamento homoafetivo nem se pensava em legalizar e em alguns países até crime era (e ainda é em alguns), que os trabalhadores tomarem o Estado¹⁹ era impensável, entre outros exemplos, podemos ver que estas contradições mantêm a luta de classes em movimento, com vitórias pontuais para os trabalhadores que ajudam a dar ferramentas para a classe dominada poder lutar por transformação radical de toda a sociedade, ao mesmo tempo que traz inúmeras vitórias para a classe dominante continuar no poder. Podemos então, comparar o Estado com uma balança, pois, ao mesmo tempo que garante políticas econômicas, ideológicas e sociais para a classe dominante, pode garantir algumas políticas para acalmar a classe dominada em

¹⁹ Apesar das experiências como na União Soviética, ou em Cuba, por exemplo, não terem êxito em longo prazo com a burocratização do Estado, ou como no Chile que Allende foi deposto e morto com um golpe militar.

médio prazo, assim, uma balança que tenta se manter equilibrada para sustentar a ordem capitalista, ao mesmo tempo que, não pode se negar que determinadas pautas são conquistas resultantes da luta da classe trabalhadora.

Concordando com Bottomore, 1988, o Estado é uma “instituição que tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (p.133), é um “agente ou instrumento cuja dinâmica e impulso vêm de fora dele” (p.134). Porém, para “administrar os assuntos comuns da burguesia” (p.135), uma certa autonomia é necessária.

Como levantamos, o Estado age para atender as demandas de manutenção da ordem burguesa, porém há contradições no mesmo como em qualquer outra instituição, e a luta de classes fica intrinsecamente expressa no Estado. Mesmo com tudo isso, a classe trabalhadora também pode tirar de dentro das instituições armas para lutar pela transformação da realidade, mas afirmo que isto é um dos meios, e não o mais eficiente, para que a classe trabalhadora possa elevar instrumentos para sua luta, estes meios não podem ser descartados de qualquer jeito, sempre deve ser feita uma profunda análise de cada instituição.

Contudo, hegemonicamente o Estado vem cumprindo o papel de manter a ordem burguesa. Para isso traça políticas, e como vimos, de tempos em tempos o capital passa por crises, e que necessita se reestruturar para continuar a acelerar o seu metabolismo e a se expandir. Por isso, vimos constantemente novas políticas que muitas vezes mudam toda uma estrutura de diferentes setores para atender as novas demandas do capital. Com a Educação não é diferente. O Estado age traçando políticas públicas para moldar a Educação e formar os novos trabalhadores necessários para o sistema metabólico social do capital (ANTUNES, 2009). Logo, compreender minimamente a atualidade da crise do capital é necessário para se entender os motivos da existência das atuais políticas públicas educacionais no Brasil.

2.1.3.3 A reestruturação produtiva do capital e a crise estrutural

Para compreendermos de onde vem as políticas públicas e sua serventia dentro do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM, é necessário que compreendamos o movimento do capital, pois a formação de professores é dada em uma instituição, e como vimos, reproduz a luta de classes e hegemonicamente atende as interesses da classe dominante. Logo, esses interesses refletem no processo formativo do CEFD/UFSM e, conseqüentemente, no egresso desta instituição. Porém, o intuito desta parte do trabalho não é

fazer uma análise profunda do processo de reestruturação produtiva do capital e suas crises, e sim, compreender minimamente este processo para ampliarmos a análise sobre a formação de professores.

Com isso, partimos da sociedade do capital em si, que, como afirmamos anteriormente, de tempos em tempo s entra em crises. Trotsky, 2008, afirma que o capital, no campo econômico, têm oscilações que podem ser classificados como auge, depressão e crise.

[...] as oscilações da conjuntura econômica (auge-depressão-crise) conformam as causas e efeitos dos impulsos periódicos que dão origem as mudanças, ora quantitativas, ora qualitativas e a novas formações no campo político. As rendas das classes proprietárias, o orçamento do Estado, os salários, o desemprego, a magnitude do comércio exterior, etc., estão intimamente ligados a conjuntura econômica, e por sua vez, exercem a mais direta influência sobre a política (TROTSKY, 2009, p.99).

Logo, quando há crises, aparecem determinações políticas para poder reestruturar o capital, assim, dá caminhos para o próximo período da história, e por consequência, gera a próxima crise. As políticas que são adotadas para continuar a alimentar o sistema metabólico social do capital erguem uma economia dotada de novas especificidades que não superaram as contradições centrais do capital, assim provocando uma nova crise mais a frente, enquanto houver o capital, sempre haverá crises, pois o mesmo é dotado de inúmeras contradições que ao mesmo tempo que o ergue, destrói a humanidade.

Assim, a lógica de acumulação do capital, que se dá pela exploração da força de trabalho para a extração de mais valia no processo produtivo, o capital tem esses ciclos de acumulação como explicado anteriormente, e por consequência a retração da taxa de lucro e as crises. (FUCHS & BRASIL, 2010)

Marx & Engels, 2008, afirmam que as crises ocorrem pelo processo de acumulação que gera a retração da taxa de lucro. Para além da questão econômica, Bottomore, 1988, afirma que as crises são colapsos no funcionamento básico de uma determinada sociedade. Se no Capital o funcionamento básico é acúmulo e lucro, quando isto não funciona plenamente, há a crise. Os capitalistas não deixam de lucrar, pelo contrário, lucram, porém menos do que anteriormente, logo, para o capital ser capital, necessita se expandir e para se expandir o lucro deve ser maior do que anteriormente, se há retração na taxa de lucro, desregula-se o funcionamento básico do capital e adentramos a uma crise.

Nestes processos, podemos apontar as crises parciais que são cíclicas que ocorrem de tempos em tempos traçando colapsos principalmente econômicos, nestas, apenas aparecem limites relativos do capital, ou seja, aqueles que podem ser superados pelo capital na sua lógica. E há crises que influem diretamente na estrutura do capital que se caracterizam pela “destruição daquelas relações sociais que determinam o alcance e os limites da transformação da (entre outras coisas) atividade econômica e política” (BOTTOMORE, 1988, p.83). Nesta crise estrutural, aparecem os limites absolutos do capital, ou seja, aqueles que, na lógica do sistema sócio metabólico do capital, não podem ser superados (DE CARVALHO, 2009). Quanto mais o capital avança e se recupera de suas crises, mais profundas vão ficando suas contradições e cada vez mais se atinge a estrutura do mesmo, podemos afirmar que o capital é um sistema auto destrutivo que, nessas crises, podemos percorrer um caminho para a transformação radical do mesmo, ou nos aprofundarmos para um caminho de destruição da vida sem volta.

Logo, a cada crise, para se reestruturar, o capital, ou destruíra forças produtivas e/ou explorava e criava novos mercados (MARX & ENGELS, 2008). E para isso, criava linhas produtivas para dar conta dos, então, estágios de desenvolvimento e dar continuidade na expansão do capital. Só vemos a história onde em determinado ponto a manufatura não dava mais conta das demandas do capital e assim foi substituída pela grande indústria e isto foi se desenvolvendo até os grandes aglomerados, até se internacionalizar o mercado.

E com o mercado a todo o vapor, nos processos produtivos, se organizavam linhas de produções hegemônicas que ditavam toda a ordem. Essas linhas de produção auxiliavam na recuperação do capital nas crises e davam conta das novas demandas do mercado. Porém, como as contradições do capital sempre existirão nesta ordem, estas linhas não duram toda a eternidade, e, assim como ajudaram a recuperar o capital, ajudam a criar novas crises, e com o desenvolvimento das forças produtivas a cima daquilo que estas linhas podem oferecer, o capital necessitará de outras linhas de produção.

O Taylorismo/Fordismo foi uma das primeiras linhas de produção. Nesta, as operações executadas pelos trabalhadores eram racionalizadas para evitar desperdício de tempo e ampliar o máximo a produção, combinando com um processo de fabricação das mercadorias onde havia uma esteira e cada trabalhador exercia uma tarefa especializada para a construção do produto final (PINTO, 2007). Para Antunes, 2009, os trabalhadores na época além de serem especializados, tinham uma maior estabilidade e uma clara identidade com a fábrica

onde trabalhavam, pois, segundo o autor, na época, mais de 70% do produto final era produzido na fábrica central, poucas tarefas eram terceirizadas para dar conta da produção. Ainda para o mesmo autor, a organização das fábricas era vertical, o trabalho era bem dividido entre os que pensavam a produção e os que executavam, e entre os que executavam também haviam hierarquias, logo, na época, a organização sindical destes trabalhadores para lutar por seus direitos também se dava com um núcleo centralizado de dirigentes que agiam de forma mais hierárquica contra os patrões. Nesta época, o Keynesianismo imperava como uma política econômica a ser seguida, onde conseguia ao mesmo tempo explorar os trabalhadores e os controlá-los com políticas intervencionistas do Estado na economia e garantias sociais com políticas públicas, conhecido como Estado de bem estar social (ANTUNES, 2009).

Porém, como vimos anteriormente, esta linha chegou a seu ápice de produção e assim não dava mais conta das novas demandas do capital e é a partir daí que surge um grande ponto na história para chegarmos aos dias atuais. "Após um longo período de acumulação de capitais, [...] o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:" (ANTUNES, 2009, p.31)

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...], dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização. (ANTUNES, 2009, p.31)

E o autor continua:

4) a maior concentração de capitais graças a fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *Welfare State* ou "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade da retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico. (ANTUNES, 2009, p.32)

Como vimos, a crise do Keynesianismo e do taylorismo/fordismo elevou políticas para que o capital se reestruturasse, e principalmente no processo produtivo que ditaria as demandas de restante de nossas vidas para dar conta de sua produtividade.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o "toyotismo" ou modelo Japonês (ANTUNES, 2009, p. 49).

Com o lento crescimento da economia, não dava meios para que se empregasse mais, nem que houvesse superprodução. Logo, começou um processo de hegemonização de uma linha de produção que iniciou no Japão chamada de Toyotismo, ou sistema de acumulação flexível. Para Antunes, 2009, esta linha de produção se caracterizava por se basear pela demanda e o seu crescimento pelo fluxo, ou seja, não poderia existir estoque em massa como no fordismo, e sim condicionada ao consumo se organizando a partir do "*just in time*".

Ainda para Antunes, 2009, ela excluiu trabalho excedente nas fábricas unificando o trabalho não produtivo com o produtivo, flexibilizando a produção, flexibilizou seus trabalhadores que começaram a tomar uma característica polivalente, multitarefa. Antunes, 2009, afirmou que os grandes capitalistas visualizaram que seus trabalhadores no tempo do fordismo tinham uma grande capacidade organizativa e criativa quando lutavam em seus sindicatos por direitos, logo, transferiram isto para dentro das fábricas toyotistas, onde o trabalho em grupo começou a ser posto em prática não explorando mais apenas o seu lado produtivo, mas sua criatividade e inteligência também, bem como, criando centro de controles de qualidade, onde este grupo de trabalhadores usa de sua criatividade e coletividade para pensar a produção, a fábrica, e com isso, também fez os sindicatos começarem a perder força política neste contexto. As mercadorias produzidas são voltadas cada vez mais ao valor de troca, e isto ocasiona a obsolescência programada, para que os produtos durem menos e as pessoas consumam mais e possa dar lógica nesta linha que se baseia no consumo. Com o advento tecnológico, as fábricas baseadas no sistema japonês amplia o trabalho morto²⁰, diminuindo o trabalho vivo²¹, colocando o desemprego estrutural cada vez mais em voga, já que um trabalhador pode exercer a função que antes era feita por 4 ou 5, além de ampliar a

²⁰ Maquinaria.

²¹ Trabalho humano.

hora semanal de trabalho, já que a tecnologia possibilita com que se trabalhe em casa também. Também, terceiriza cada vez mais a produção, onde antes no fordismo o produto final tinha 75% de sua construção nas fábricas centrais, hoje no toyotismo 25% do produto final é construído nas fábricas centrais. Com o capital globalizado, isso traça possibilidades de ampliar a extração de mais valia já que a fábrica central se responsabiliza pelos direitos de apenas seus trabalhadores que produzem 25% do produto final. Pode-se observar que quanto mais longe da fábrica central, mais precário o trabalho é, logo, possibilita a exploração da força de trabalho de países subdesenvolvidos com salários baixíssimos. Isto ocasiona a precarização do trabalho cada vez mais, segundo Antunes, 2009, cerca de um 1/3 da força de trabalho que trabalha está precarizada (desempregada ou em subemprego) no mundo hoje, e mais ainda, potencializa os setores de serviços, já que a terceirização é cada vez maior, estes setores se ampliam para dar conta das demandas criadas por esta produção e seus trabalhadores, ampliando-se assim, o mercado informal e o subemprego²².

Para dar conta dessa nova forma de produzir, políticas foram estruturadas para ampliar o enriquecimento capitalista. Dessas políticas, o modo keynesiano viria a ser substituído pelo neoliberalismo que tem como características a Estado máximo para o capital e mínimo para o social, ou seja, o *welfare state* é excluído, o Estado intervencionista não serve mais para segurar o crescimento dos grandes poderosos, pelo contrário, lhes garante políticas para explorar cada vez mais novos mercados, e isto ocasiona privatização e terceirização de direitos sociais, como educação, saúde, lazer, esporte, etc, casando-se com a ampliação dos setores de serviços levantadas pelo toyotismo. O que caracterizou de melhor forma o neoliberalismo, foi o “consenso de Washington²³”. Ele é um documento que obtém dez itens:

Os dez itens da lista são: 1) disciplina fiscal; 2) Taxas de juros para combater inflação; 3) prioridade no gasto público ou redirecionamento (eufemismo para controle do gasto e dinheiro para finança); 4) liberação do mercado financeiro; 5) taxa de câmbio competitivo; 6) liberação comercial; 7) liberação da entrada de investimento externo direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação; 10) direitos de propriedade assegurados. (DE MELO, 2011, p.114)

Junto a isso vieram as contensões de gastos, retirando-se direitos de bem-estar social, bem como a criminalização ou cooptação de sindicatos e movimentos sociais, flexibilização

²² Na linguagem popular, "bicos".

²³ Consenso de Washington foi uma reunião realizada em Washington em finais dos anos 80 para estipular planos para a reestruturação internacional do capital.

dos direitos trabalhistas, ampliação do mercado informal, entre outras políticas que possibilita a burguesia maior liberdade para elevar suas taxas de lucro. (PERGHER & NISHIMURA, 2008)

Porém, esta crise não tomava mais corpo parcial, e sim, já emanavam características de uma crise estrutural. Ou seja, limites absolutos do capital começam a surgir e a estrutura capitalista começa a entrar em choque com sigo mesma para além dos patamares econômicos. Mészáros, 2011, afirma que todo sistema metabólico tem seus limites absolutos, que não podem ser superados sem que a ordem vigente dê um salto qualitativo e se transforme em uma outra ordem com outra lógica, por isso que Mészáros, 2003, afirma que caso os trabalhadores não cumpram seu papel revolucionário de transformação radical da sociedade, estaremos fadados a destruição da vida.

De Carvalho, 2009, afirma que esta crise estrutural não atinge só a esfera econômica, mas sim, todas as esferas sociais. Se esta crise é estrutural, e como vimos anteriormente a estrutura, em última instância, determina todas nossas relações sociais, toda a vida posta no capital estará influenciada por esta crise. Esta crise acaba se originando a partir da "disritmia" de três questões funcionais do capital: a produção, o consumo e a circulação/distribuição. A crise estrutural só existe quando estes três pontos entrarem em uma disfunção rítmica e não andarem mais no mesmo passo. Com o "canto do capital desafinado" elevam-se os limites absolutos do capital.

Para Mészáros, 2011, os limites absolutos do capital estão em voga e o autor elenca 4 centrais. O primeiro diz respeito ao capital transnacional e os Estados nacionais. Como vimos, o capital global cresceu muito, e com isso, os Estados nacionais ficam cada vez mais dependentes do capital internacional, porém, isso gera uma contradição muito grande, pois o mesmo capital que torna dependente os Estados Nacionais vai de interesse inverso aos mesmos, gerando desigualdades, miséria, desemprego, e ao mesmo tempo os interesses nacionais são colocados em segundo plano. O segundo diz respeito as eliminações das condições de reprodução sociometabólicas, que dizem respeito as coisas básicas que o capital necessita para continuar se expandindo, a destruição das forças produtivas e, principalmente, a destruição em larga escala da natureza são um exemplo claro deste limite absoluto do capital, sem natureza o capital não existe, pois não terá matéria prima para produção de mercadorias, e com isso, gera a sua própria destruição.

O terceiro ponto merece uma atenção maior, pois diz respeito a liberação das mulheres ao mercado. A ampliação da exploração dos setores oprimidos (ou minorias políticas como mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais, etc.) é um dos limites mais contraditórios do capital. Com a crise do fordismo foi necessário se ampliar a exploração da força de trabalho, e com isso, girou-se as mulheres para o mercado também, porém, suas funções normalmente são de segunda ordem em relação aos homens, e ainda, muitas vezes, quando exercem a mesma função em uma mesma empresa que o homem recebem menos que o mesmo, em 2012 o rendimento médio mensal das mulheres era de aproximadamente 73% do dos homens.²⁴ Em alguns países, segundo Antunes, 2009, a proporção do número de força de trabalho de mulheres até já superou o dos homens passando dos 50%. Mas aí está a contradição, apesar de dar uma maior "Liberdade" a mulher, o capital a expõe a uma lógica exploradora machista gigantesca, e se relacionar a raça, cor, ou orientação sexual, esta lógica se amplia.

E o último ponto é o desemprego crônico. Como afirmamos anteriormente, segundo Antunes, 2009, dois dos fatores centrais que ampliam este ponto é a ampliação do trabalho morto em relação ao vivo e a flexibilização do trabalho, segundo o autor, cerca de 1/3 da força de trabalho que trabalho, ou está desempregada ou precarizada. A tendência do capital, apesar de algumas recuperações do desemprego, é sempre ampliar a taxa do desemprego para crescer sua taxa de lucro. Por isso é um limite absoluto, pois para o capital se expandir, necessita da exploração máxima da força de trabalho, logo, o desemprego amplia a oferta de força de trabalho e diminui seu preço.

Com isso, concordando com De Carvalho, 2009, o capital tem uma natureza auto-expansionista que coloca o trabalho a seus interesses e o limita a extração de mais valia. Com isso, este sistema não tem limites, não se regula, procura sempre o máximo, é como um câncer que se amplia e para continuar vivo vai consumindo tudo o que encontra em seu caminho, mesmo que isso lhe custe sua própria vida.

²⁴ Dados extraídos de <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/27/pela-1-vez-em-dez-anos-diferenca-salarial-de-homens-e-mulheres-aumenta.htm> acessado em 16/02/2014.

É o que acontece agora, no atual momento histórico por que passamos, quando estamos enfrentando uma situação de crise estrutural do capital, a qual teve início na década de 1970, quando a maioria da população mundial, se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida [...] o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza (DE CARVALHO, 2009, s/p).

Com tudo isso, vemos que o capital está em uma crise estrutural. Porém nos questionamos os motivos desta sociedade ainda continuar em pé, pois ela atinge da amplitude da estrutura do capital, até os pontos mais específicos da sociedade burguesa, como suas instituições, por exemplo, família, igreja, mídia, escolas, universidade, entre outras. Se olharmos a fundo, veremos que o povo não está tão parado, inúmeras ruas de vários países foram tomadas, como alguns países do Oriente Médio e do Norte da África em 2010, ou como na Europa em respostas as políticas para saída da última crise dos capitalistas Europeus, ou no Brasil com as Jornadas de Junho do ano passado que milhares de pessoas foram as ruas e questionaram inúmeros pontos da sociedade desde os preços das passagens do transporte público até a institucionalidade da democracia representativa burguesa.

Não aponto que com a crise estrutural não possam mais haver crises cíclicas, acho que elas podem continuar e até mais frequentes. A questão é que, com estas contradições cada vez mais difíceis de serem escondidas pelo capital, a frequência pela qual as crises cíclicas se colocam para os Estados é cada vez menor e isso apenas acelera o metabolismo do capital. E para conseguir se manter e se recuperar, os Estados cada vez mais intervém para proteger os interesses da classe dominante e assim podemos começar a compreender mais a fundo o Brasil e o que queremos deste estudo, as políticas públicas educacionais da Educação em específico aquelas que orientaram as reestruturações curriculares do CEFD/UFSM e os atores sociais envolvidos.

Para Antunes, 2003, o processo de reorganização produtiva no Brasil iniciou-se na década de 80.

Foi nessa década de 80 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nosso país, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social (e sexual) do trabalho. Observou-se a utilização inicial da informatização produtiva, principiaram-se os usos do sistema just-in-time, germinava a produção baseada em team work, nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se o início, ainda preliminarmente, dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (em verdade adesão e sujeição) dos trabalhadores e das trabalhadoras aos planos das empresas (ANTUNES, 2003, p.16).

É nesta época que vimos o início da organização, inclusive, geográfica da produção no Brasil. Podemos apontar inúmeras fábricas têxteis fechando em alguns locais do país, como no Rio Grande do Sul, pois a força de trabalho se tornou cara e necessitavam de outros locais para se explorar, abrindo fábricas têxteis no nordeste brasileiro. Ou abrindo fábricas automobilísticas em locais onde não tinham, como no sul do país. O processo de liofilização organizacional começou a ser posto em prática no país. Porém, como vimos, as linhas de produção ditam as políticas a serem adotadas para o Estado suprir as demandas das mesmas.

Mas só foi na década de 90 que o Neoliberalismo começa a ser posto em prática no Brasil. Uma reforma do Estado começa a ser feita. Já em 1988 houve a aprovação de uma nova constituição que, apesar de trazer alguns avanços, já demonstrava sua flexibilidade para atender as demandas do capital. Porém, só foi com a queda de Collor/PSDB que, nas eleições seguintes onde Fernando Henrique Cardoso/PSDB ganharia e assumiria como presidente da República, que as políticas neoliberais começaram a tomar corpo e forma mais firmemente. E com os governos seguintes de Lula/Dilma/PT que estas políticas se afirmaram a ganharam legitimidade popular.

Por fim, a classe trabalhadora passou por transformações que a deixou mais complexa. O que antes, no fordismo, era uma classe trabalhadora mais homogênia e estável, como toyotismo passamos a ter uma classe mais heterogênia. Do operário homem branco de macacão, heterossexual, passamos para uma classe que tem cores, raças, sexos, orientações sexuais, diferentes ganhos salariais, que não está mais hegemonicamente no chão de fábrica, que faz bico, que é diversa (ANTUNES, 2009). Compreender e reconhecer que a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2011) está mais ampla, é necessário para ter clareza que a sociedade passou por mudança e que tudo em torno dela também passou, e que se a classe está heterogênia, hegemonicamente, as questões mais específicas da sociedade também passam por este processo.

Logo, como esta crise atinge todos os patamares da vida, com a Educação não é diferente. Agora sim, podemos especificar mais o estudo na questão educacional e na formação de professores em Educação Física, para reafirmar que estas políticas não são idealizadas por alguém, mas sim, tem uma demanda concreta do capital para que elas sejam postas em práticas.

2.2 Universidade e formação humana: Transformações e a luta de classes

Neste trabalho, o intuito não é fazer uma profunda análise sobre a universidade. Porém, fazer um breve diagnóstico é necessário para que compreendamos para o que está servindo a instituição que forma professores de Educação Física, qual os caminhos que está tomando e quais as possibilidades de disputa da mesma. Só assim, ficará mais clara a análise do que ocorreu nos processos de reestruturação curricular no CEFD/UFSM. Por isso, começamos pela formação humana. Compreendê-la é necessário para ver em que ponto foi necessário o ser social criar instituições para que a formação possa ser feita.

Nas fases anteriores desse trabalho, vimos que o ser humano torna-se humano no decorrer de sua vida, ninguém nasce humano. As relações sociais que vivemos desde nosso nascimento com outros seres humanos faz com que aprendamos a andar, falar, transformar a natureza, ter relações humanas com outros humanos. Por isso o termo "ser humano" inicia-se com "ser", pois nos tornamos humanos em um processo de humanização, e para isso, é necessária uma formação humana. E se afirmamos que o trabalho, ontologicamente, dá origem as sociedades e aos seres sociais, o mesmo determina que tipo de formação teremos, aonde estiver o trabalho veremos a educação (MÉSZÁROS, 2005). E se as relações sociais estão determinadas, em última instância, pela estrutura econômica, e o trabalho está submetido às demandas da ordem vigente, onde as mediações de segunda ordem imperam sobre as de primeira ordem (ANTUNES, 2009), a formação humana adentra, como descrito anteriormente, na lógica destrutiva do capital.

Assim, para a humanidade, no decorrer da história, poder perpetuar o conhecimento produzido para se passar de geração em geração, dá a formação um significado histórico, que além de formar o ser e passar de gerações em gerações o conhecimento produzido, dá meios para indagações sobre culturas já produzidas e por consequência desenvolver e construir novos conhecimentos (CHAUÍ, 2003). Por isso que a humanidade passa por desenvolvimento

de tecnologias cada vez mais avançadas, onde o que começou com uma pedra afiada para caçar e cortar o que era necessário, hoje temos facas elétricas, motosserras, dentre outros inúmeros exemplos que podemos elencar. E com o desenvolver das sociedades, principalmente com o surgimento da propriedade privada e das classes, elevar instituições que diferenciavam os tipos de educação dada entre os filhos da classe que pensava e os da classe que executava foi necessário. Logo, as instituições de ensino para dar sequência nesse sentido histórico da formação, foram necessárias.

A educação entendida tanto em seu sentido amplo, de “formação humana integral” como o discurso excita promover, ou quanto em sentido estrito de instrução formal e capacitação técnica, porém, só poderá ser compreendida se referida à lógica que rege as relações sociais no tipo de sociedade vigente nos tempos modernos, ou seja, a sociedade capitalista. Isso significa que os papéis que ela cumpre, as formas que assume e os conteúdos que carrega são fortemente definidos pelo tipo de sociedade dentro do qual ela se desenvolve. (TORRES, 2010, s/p.)

Assim, como afirmamos anteriormente, as instituições produzem e reproduzem a ordem vigente. Com as universidades não foi diferente, assim como afirma Chauí, 2003:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (s/p.).

Com isso, a Universidade enquanto instituição tem influências severas da sociedade do capital. Se afirmássemos que as Universidades tem vida própria e que a sua produção do conhecimento tem autonomia total em relação a luta de classes, estaríamos sendo no mínimo idealistas, pois se existe universidades é com algum intuito dentro da sociedade na qual ela está situada. Assim, ela produz e reproduz a ordem vigente, tendo em seu seio a luta de classes e interesses conflitantes de classe, com isso, abre-se um espaço de disputas, limitado para a classe dominada, porém essencial na busca por conhecimentos para adquirir armas a seu favor nesta luta. Mészáros, 2005, é categórico quando em uma de suas principais obras coloca a quem está servindo a institucionalização educacional.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dos dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (p.35).

Com isso, pode-se constatar que a função institucional da educação, mais específico da Universidade, não serve apenas para formar força de trabalho "qualificada" para as demandas mercantis do capital, mas também age firmemente como força política e ideológica, sendo mais uma ferramenta para a construção da hegemonia. Por isso, o capital dá sempre o mínimo necessário de conhecimentos para que o trabalhador use apenas para exercer sua função laboral e mais nada, isso desde os tempos primordiais do capitalismo industrial.

Taylor fez estudos de tempo e movimento, analisou como os trabalhadores produziam, elaborou e sistematizou o conhecimento daí resultante, desapropriando os trabalhadores do saber sobre o conjunto do processo, que passou a ser propriedade privada da classe dominante. Como os trabalhadores não podem ser desapropriados, de forma absoluta, do saber, é preciso que eles tenham acesso ao mínimo do saber necessário para produzirem. A devolução na forma parcelada significa isso: devolve-se ao trabalhador apenas o conhecimento relativo àquela operação que vai desenvolver no processo produtivo. O saber relativo ao conjunto já não mais lhe pertence (SAVIANI, 2012, p.67).

Assim, nesta lógica, a apropriação pelos trabalhadores da totalidade dos conhecimentos fica difícil. É o conhecimento usado na lógica da reificação, o mínimo necessário para ser reproduzido para produzir coisas, e assim, fica a mercê do mercado. E se esta lógica de submissão do valor de uso ao valor de troca, onde as mediações de segunda ordem imperam, a formação humana é mais um ponto que adentra em uma cadeia contraditória que ajuda a adentrarmos ainda mais em um caminho de destruição da humanidade. A formação humana se afasta de sua ontologia, pois o mesmo acontece com o trabalho, e vai consumindo aos poucos a gênese humana, caracterizando mais uma vez o capital com sua lógica destrutiva.

E assim, a Universidade toma corpo como mais uma instituição da classe dominante para manter a ordem e criar sua hegemonia. Isto acontece, pois o Estado, que já relatamos seu funcionamento anteriormente, acaba mediando essas relações dos interesses burgueses com a universidade e traça políticas públicas para sempre moldar essas instituições às demandas do sistema metabólico social do capital. É neste ponto que as políticas públicas educacionais

surtem. Por isso podemos afirmar que a Universidade está situada na superestrutura do capital. A mesma serve para, além de formar força de trabalho especializada para as demandas de mercado, ajuda na construção política e ideológica de uma hegemonia e por isso que podemos apontar a mesma enquanto uma instituição situada na esfera civil da superestrutura do capital.

Se visualizarmos a história das Universidades no Brasil, as mesmas nunca tiveram um projeto tipicamente brasileiro para atender as demandas sociais nacionais, e sim, modelos eram trazidos de fora do país, até hoje. Desde 1920, quando surgiu a primeira Universidade (SGUISSARD, 2003), essas instituições já serviam para atender as demandas do capital que estavam a emergir no país. Nesta época se buscava uma urbanização e industrialização. Logo, o modelo adotado era o napoleônico que segundo De Paula, 2002, eram voltadas ao fazer, técnicas profissionalizantes, o ensino e a pesquisa eram dissociados. Ou seja, completamente voltada para as demandas de industrialização e urbanização, formando mão de obra técnica.

Com a queda do regime oligárquico, se ergueu a era Vargas e a busca da profissionalização do serviço público e da "modernização do terceiro mundo" construída pelos países centrais entrou em voga com o nacionalismo colocado por Getúlio Vargas. "A política educacional começou a ser delineada de modo a atender as necessidades econômicas e sociais de implantação do capitalismo no país". (DIAS, 2011, p.85) Assim, foram criadas novas instituições para administrar a educação como o Ministério da Educação. Mas como vimos, as disputas que ocorrem dentro das instituições aconteciam já nas universidades daquela época. Na procura de uma formação mais crítica, um outro modelo de universidade foi exportado e iniciado primeiramente nas universidades do distrito federal que buscava unidade entre ensino e pesquisa e uma formação mais crítica e política. Esse modelo era, segundo De Paula, 2002, o Alemão, ou Humbolthiano, que tinha a pesquisa como centro e articulava-se com o Ensino, tinha ênfase na formação geral humanista e tinha preocupação com a autonomia, porém, era mais voltada para as elites. Porém, este modelo era um ataque aos planos de Getúlio, e rapidamente foi combatido pelo governo impondo o modelo de universidade com traços napoleônicos. Com o tempo, projetos começaram a ser postos em choque.

Com o advento da ditadura militar, o Estado Brasileiro se tornou mais dependente do capital internacional e os organismos internacionais começaram a influir na política educacional. Nesta época, uma reforma universitária entrou em curso a partir de um

empréstimo feito pelos Estados Unidos ao Brasil em uma parceria do MEC com o USAID (ministério da educação norte americano) (DIAS, 2011). Em troca do empréstimo, além da dívida, o Brasil teve que realizar esta reforma universitária que segundo Sguissardi, 2003, estabeleceu inúmeras mudanças, dentre elas o fim da cátedra vitalícia, o regime departamental começou a ser obrigatório e a associação entre ensino e pesquisa. Pode-se afirmar que este modelo era neo-napoleônico, pois tinha características do modelo francês, porém com algumas mudanças inserindo a pesquisa e a extensão. Isso trouxe uma grande demonstração de que os países flexibilizam suas demandas, em troca de empréstimos, e assim coloca o Estado dependente dos organismos internacionais e por fim deve cumprir objetivos impostos. (LEHER, 1999)

E assim durou até meados da década de 90, quando o neoliberalismo e a liofilização²⁵ organizacional e do trabalho começaram a ser colocados em prática no Brasil, e com isso, trazendo novas demandas para o capital no país. Assim, poderemos iniciar uma análise do atual contexto da universidade Brasileira, mas já deixando alguns apontamentos, onde a mesma nunca teve um modelo tipicamente brasileiro voltados as nossas demandas e sempre voltada aos interesses do capital, principalmente, o capital internacional.

2.2.1 O neoliberalismo, as políticas públicas para o ensino superior e os governos FHC/PSDB, Lula/Dilma/PT

Com o advento neoliberal, segundo Dias, 2011, os países periféricos foram submetidos a uma liberalização econômica e um conjunto de reformas que abriram caminhos para a privatização de inúmeros setores, como a previdência, e a flexibilização de direitos, como o

²⁵ “Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, [...]. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.” (ANTUNES, 2009, p.54) “De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito, ou eliminando tanto trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalho produtivo. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação dos postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”.” (ANTUNES, 2009, p.55).

setor trabalhista. No Brasil, a Reforma de Estado começou a ser implementada mais fortemente pelo governo FHC/PSDB. O Brasil estava submetido a fazer as políticas que o capital global impunha a partir de seus mecanismos internacionais que podemos citar a materialização de alguns como o Banco Mundial e o FMI (LEHER, 2006). Esses organismos se utilizaram do consenso de Washington para traçar políticas aos países periféricos, e assim, mudanças ocorreram em vários setores, inclusive na educação (DIAS, 2011).

Ao assinar um acordo com o FMI, o país "flexibiliza" a sua soberania, chegando, até mesmo, a mudar os seus textos constitucionais para atender "as condicionalidades inscritas nesses acordos, como fizeram a Argentina, o Brasil e o México, tristes exemplos dessa situação. Em continuidade, os acordos reduzem as políticas sociais a ponto de, no limite, restringir os direitos sociais à manutenção vegetativa da vida dos miseráveis (campanhas contra a fome) e, para assegurar a governabilidade, sustentam medidas focalizadas capazes de aliviar a pobreza para assegurar o controle social, atualmente uma das maiores preocupações do Banco Mundial, em virtude da devastação social, e do conseqüente aumento na tensão social, provocado pelas políticas neoliberais (LEHER, 2006, s/p.).

Com isso, cortes de verbas nos setores sociais começaram a ser implementados e o Estado minimalista tomou corpo. Logo, todas as políticas públicas que surgissem teriam um caráter hegemônico minimalista. A LDB²⁶, prevista em constituição para ser formulada, quando aprovada estava casada com as políticas neoliberais, Segundo Saviani, 1998, o texto dessa lei tem um caráter minimalista, pois pode dar inúmeras interpretações e fortalece a lógica de tirar a responsabilidade do Estado perante a Educação. Este caráter minimalista possibilitava com que as políticas colocadas pelo governo passem com menos pressão populares, pois dá meios para que as políticas sejam feitas em doses homeopáticas, segundo Saviani, 1998, foi o que ocorreu, pois foi assim que o Ministério da Educação o fez.

Certamente essa via foi escolhida para afastar as pressões das forças organizadas que atuavam junto ou sobre o Parlamento de modo a deixar o caminho livre para a apresentação e aprovação de reformas pontuais, tópicas, localizadas, traduzidas em medidas como o denominado "Fundo de Valorização do Magistério", os "Parâmetros Curriculares Nacionais", a lei da reforma do ensino profissional e técnico, a emenda constitucional relativa à autonomia universitária, além de outras como os mecanismos de avaliação mediante provas aplicadas aos alunos do ensino fundamental e médio, e o "provão" para os universitários (SAVIANI, 1998, p.200).

²⁶ Lei de diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96.

Logo, podemos ver que a LDB está intimamente ligada ao Estado mínimo, apesar de trazer alguns avanços, a mesma está em sua totalidade ligada a reduzir encargos e gastos com o setor público e dividi-los, ou transferi-los, com a iniciativa privada, e/ou com as organizações não governamentais ou terceiros. (Saviani, 1998) Saviani, 1984, apontava uma preocupação com o ensino superior no que dizia respeito a extinção da gratuidade do ensino público superior. Nessa época, já haviam indícios do início do crescimento do setor privado e cortes de verbas para o setor público. E é isto que vem acontecendo, segundo Dias, 2011, que o que vem ocorrendo é o aprofundamento da privatização da educação pois se consolidou a possibilidade de se deslocar recursos públicos para o setor privado. Isto é um pouco da materialização da própria constituição que não prevê que os recursos destinados a educação sejam exclusivamente para o setor público. O que antes, na década de 80 eram mais de 80% das vagas destinadas pelo setor público, hoje não chegam a 20%. (FUCHS, 2011)

As estatísticas sobre a natureza das instituições de ensino superior latino-americanas organizadas pela UNESCO e os levantamentos do INEP, no caso brasileiro, confirmam que, de fato, o modelo universitário deixou de ser reivindicado pelos governos locais. Os indicadores confirmam que nas duas últimas décadas ocorreu uma forte diversificação de instituições de ensino superior na região, sobretudo no setor privado. Proliferaram todos tipos de instituições: tecnológicas, isoladas, centros universitários e até mesmo as universidades privadas, em virtude da flexibilização dos critérios para o credenciamento como universidade, são atualmente, via-de-regra, unidades de ensino quase que completamente desvinculadas da pesquisa, nada tendo de emulação humboldtiana. A natureza jurídica dessas instituições e organizações também se alterou, predominando, largamente, instituições com fins lucrativos de natureza empresarial frente às ditas sem fins lucrativos (LEHER, 2011, p.1).

Em 2001, a LDB previa a construção de um Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos. O que o governo FHC fez, foi que no fim, aprovou um outro projeto minimalista, sem uma estipulação mínima de verbas que deveria ser destinadas a Educação, mesmo com a luta dos setores organizados na época que pediam 10% do PIB para a Educação pública para os próximos 10 anos. Ou seja, mais um projeto minimalista para uma educação minimalista que possibilite a implementação de políticas que qualquer governo queira.

Com o fim do governo FHC, subiu ao poder Lula do Partido dos Trabalhadores. Fiel opositor ao governo FHC nos anos anteriores, porém, o que se viu, foi a continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais e a implementação da agenda do Banco Mundial se aprofundou ainda mais.

O PT se revelou, segundo Frogotto, *et all*, 2005, um governo contraditório as lutas sociais que o elevou ao poder. De Paula, 2011, afirma que a burocratização do PT fez dele uma máquina de ascensão econômico-social, pois tinha uma ampla inserção popular na classe trabalhadora e se aliava aos mais diversos interesses burgueses.

É neste cenário político mais amplo que devemos compreender a guinada à direita do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1990, marcada pelos seguintes eixos políticos: 1) a eliminação das referências ao socialismo e às lutas antiimperialistas como princípios e objetivos do Partido, substituídas pela tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses de classes; 2) a burocratização do Partido através da ação de funcionários contratados que substituíram a militância de base; 3) a redução das lutas dos trabalhadores à legalidade burguesa, fazendo com que o objetivo do Partido se restrinja à ocupação de cargos no Governo através de alianças oportunistas com setores da burguesia brasileira. Estes três eixos atravessam a campanha eleitoral – “Coligação Lula Presidente” – apresentando um projeto nacional de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento, e não apenas a continuidade, da agenda neoliberal para o Brasil, especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital (LIMA, K., 2013, p.83).

Ao invés de romper com a lógica, acabou sendo mais um gestor do capital no Brasil, este governo não rompeu com as bases tucanas²⁷, bem como deu sequência a sua lógica. Com a educação não foi diferente, mas com algumas peculiaridades, pois no governo FHC ele não tinha a inserção popular que Lula obtinha nos anos de luta, logo, as políticas para a educação no governo tucano tinham menor êxito de implementação pela resistência de muitos gestores das instituições, porém, Lula tinha este diferencial.

A partir do mandato de Lula da Silva a realidade é outra. Projetos que outrora foram apresentados pelo MEC e recusados pelas universidades voltaram à baila, mas agora assumidos como se de autoria das próprias universidades, retirando o MEC do foco do conflito. Assim, diferente dos períodos anteriores em que os embates eram externos à universidade, o que facilitava a unidade da comunidade acadêmica, atualmente, o cerne dos conflitos se volta para dentro das instituições, ampliando o grau de liberdade do governo para levar adiante a sua agenda (LEHER, 2011, p.2).

E o autor continua elevando outros aspectos.

²⁷ O termo Tucano dá referência ao Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, pelo seu símbolo ser o pássaro Tucano.

[...] setores mais empenhados no “capitalismo acadêmico” têm assumido um posicionamento mais ativo, protagônico, nesse processo, justo por vislumbrarem a possibilidade de mais e melhores negócios em uma universidade massificada e aligeirada, em especial por meio de cursos a distância. A este setor se somam docentes que apoiam a contra-reforma como uma tarefa política, por se sentirem comprometidos partidária ou ideologicamente com o governo de Lula da Silva, posicionamento presente em militantes petistas e de outros partidos da base governista (PC do B, PDT, PMDB, PP, PR, PSB), de distintas forças presentes na CUT e na direção majoritária da UNE. (LEHER, 2011, p.2)

Com isso, as políticas neoliberais iniciadas por FHC tomam continuidade no Brasil pela forte inserção social que o PT tem e ainda, pela desilusão que causou em uma geração inteira de militantes que saíram das lutas sociais sem um referencial para uma transformação radical da sociedade.

No que se refere à área de educação, o Governo Lula vem implementando a mesma pauta apresentada pelo BM e FMI ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância (LIMA, K., 2013, p.83).

Lula passa a tomar a linha de implementação homeopática de suas políticas, ou de políticas que dividem a classe trabalhadora como o Plano de Desenvolvimento Educacional, pois tem diferentes interesses dentro dos projetos que combinam bandeiras históricas da luta dos trabalhadores da educação, e interesses para a ampliação do capital. Dias, 2011, afirma que este plano procura horizontalizar as decisões educacionais, porém, só o que é referente a gestão e financiamento, neste último, é a busca por financiamento por fora do estado, ampliando a parceria público/privada. Ao mesmo tempo que, de forma mascarada, "democratiza" o ensino superior, abre as portas para o setor privado tomar as universidades públicas, e assim, divide a classe.

No Ensino Superior, iniciou-se a tentativa de implementar uma nova reforma universitária com o intuito de atender a agenda do Banco Mundial. Segundo Leher, 2006, esta reforma estraçalhará a concepção de universidade posta na constituição de 1988, com um tripé de atores sociais agindo para que isto aconteça, os Governos Lula & Dilma/PT, o Banco

Mundial e uma ONG francesa ORUS²⁸, por isso que o autor chama esta reforma de "Contra-Reforma Universitária". Esta Reforma constava no projeto de lei nº 7200/06.

Porém, uma reforma com o intuito de precarizar o ensino superior público e privatizá-lo não passaria sem pressões sociais. O que Lula fez foi fragmentar esta contra-reforma e passou a implementá-la em doses homeopáticas em formas de leis e decretos feitos e impostos as universidades das formas mais antidemocráticas.

Estas políticas públicas educacionais e o BM²⁹ estão juntos a mais de três décadas (Brito, 2002), com isso, Leher, 1999, afirma que este organismo internacional não mais apenas impõe políticas, porém muda a estrutura econômica educacional no país quando coloca a transformação da educação em mercadoria e o setor privado como eixo central para o setor educacional. Leher, 2006, coloca que, estas políticas estão combinadas e adentram até a agenda da ALCA³⁰, quando tem como objetivo mudar a educação da esfera de direitos sociais para a esfera de mercado.

E aos poucos, esta reforma universitária veio sendo implementada, de forma antidemocrática, feita de cima para baixo e aos trancos e barrancos, impondo uma formação minimalista (LEHER, 2011) para a classe trabalhadora que qualifica sua fora de trabalho. Podemos levantar todos os pontos dessa reforma, porém não é o intuito deste trabalho, mas mesmo assim, elencarei algumas políticas que são centrais referentes a esta contra-reforma para exemplificar seu caráter precarizante e privatizador.

Uma das primeiras políticas foi o SINAES³¹. Este é o sistema nacional de avaliação do Ensino superior que se divide em três partes: avaliação das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, e assim, dará conceitos de 1 a 5, onde servirão de parâmetro para credenciar ou descredenciar escolas ao MEC e o destino de verbas para as escolas públicas. Porém, esta avaliação não vem com o intuito de diagnosticar o que está dando certo e o que precisa melhorar no ensino de nível superior. Na realidade ela aparece com três objetivos centrais. O primeiro e mais central é o controle que este sistema proporciona ao governo sob as universidades, assim, garantindo as políticas a

²⁸ Observatório das reformas universitárias.

²⁹ Banco Mundial.

³⁰ Área de Livre Comércio das Américas. Proposta feita pelos Estados Unidos durante a cúpula das Américas em 1994. Esta proposta estava calcada para eliminar barreiras alfandegárias entre os trinta e quatro países da América, excetuando Cuba. Porém, o que se contatou foi uma imposição de políticas pela ALCA aos países periféricos para atender as demandas de reestruturação produtiva do capital, potencializando os interesses de exploração desses países pelos Estados Unidos da América.

³¹ Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Lei nº 10861/04.

serem implementadas (ANDES-SN, 2004). O segundo, virá com o intuito de ranquear as universidades para: 1) servir de propaganda para salvar as universidades privadas; 2) destinar menos verbas para aquelas universidades públicas que forem piores no ranking, assim, causando um efeito cascata de precarização das instituições públicas de ensino. E o terceiro objetivo é diferenciar os estudantes nos processos de seleção de empregos ou de outros pontos, que, quando realizam o ENADE³², que se dá na parte de avaliação dos estudantes e é usada para a nota final de avaliação de cada curso, recebem notas de acordo com o seu desempenho. Logo, esta avaliação adentra em uma lógica competitiva do capital, colocando instituições contra instituições, estudantes contra estudantes, e por fim, trabalhadores contra trabalhadores, e claro, tem um caráter ultra punitivo, ao invés da avaliação servir de diagnóstico para melhorias do ensino superior público, serve de desculpa para não investimento no mesmo. (ANDES-SN, 2004)

A lei de inovação tecnológica³³ foi e continua sendo mais uma dessas políticas. Se vemos, foi implementada a partir de um decreto. Dentro da divisão internacional do trabalho imposta pelo BM, o Brasil não deve produzir conhecimentos, principalmente por ser a "fazenda do mundo", um dos principais exportador de commodities, logo, deve estar a mercê de inovar os conhecimentos que são feitos nos pólos científicos mundiais que segundo Lima, 2013, é "a tríade – Estados Unidos, Japão e Europa- são, justamente, os países que controlam as inovações tecnológicas e os países satélites ou periféricos e semi-periféricos são aqueles que buscam se adequar ao “progresso técnico” e às bases do “pensamento globalitário””. (p. 82)

Portanto, as inovações tecnológicas se dão no quadro da sociedade capitalista e estão mergulhadas nas contradições inerentes à própria sociedade de classes. Essas inovações têm constituído exatamente o arcabouço midiático, a base material fundamental que permite o funcionamento e intensificação da mundialização financeira (LIMA, K., 2013, p. 81).

E a autora conclui a análise:

³² Exame nacional de desempenho dos estudantes.

³³ Decreto nº5.563/05. Regulamenta a lei nº10.973/04 que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica.

É neste contexto, marcado pelo processo de mundialização do capital, do papel central exercido pelos estados nacionais e pelas inovações tecnológicas, que se apresenta no Brasil o discurso sobre a utilização das novas tecnologias como via de “democratização” da educação, que atravessou o Governo neoliberal de FHC e, não somente permanece, mas se aprofunda no Governo “neoliberal requeitado” de Lula da Silva (p.82).

Esta lei de inovação tecnológica, além de adentrar na potencialização e sustentação do mercado financeiro no capital global, ela também abre brechas para as parcerias público/privadas, pois sede a estrutura e pessoal necessário para as empresas pesquisarem, porém, o resultado final fica como patente da empresa e lucra com o produto final. Logo, a produção do conhecimento também se volta as demandas de mercado e a produção do conhecimento socialmente útil é colocada de lado novamente.

Outra face desta contra-reforma é o PROUNI³⁴. Este programa veio como carro chefe para salvar as instituições privadas que estavam a beira da falência na época, pois dá isenção fiscal para aquelas instituições que darem bolsas totais ou parciais para estudante carentes. Em 2004, o ANDES-SN³⁵, fez uma levantamento que demonstra a lógica deste projeto, com a aprovação do PROUNI, o Estado deixaria de arrecadar mais de um bilhão de reais em impostos³⁶, sendo que com 1 bilhão poderia se dobrar o número de estudantes com qualidade nas Instituições Federais de Ensino Superior. (ANDES-SN, 2004) O PROUNI, não prevê assistência estudantil, logo, o aluno ganha a bolsa, mas não tem garantia de moradia, auxílio para materiais, para alimentação, etc., com isso, são vagas sem qualidade necessárias para manter um estudante em um ensino realmente de qualidade, onde um dos intuitos foi levantar dados para auxiliar nas campanhas eleitorais do PT. Logo, vemos dinheiro deixando de ser colocado nas públicas (precarização), dinheiro público sendo investido nas instituições privadas (a partir de isenção fiscal) e dados de acesso ao ensino superior público que servirão para as campanhas PTistas no decorrer dos anos.

O carro chefe desta reforma, podemos afirmar que é o REUNI³⁷. O mesmo tem como objetivo "dobrar em dez anos o número de alunos de graduação, o que significa 680000 novos alunos nesses cursos em todo o país" (UFMS, 2013, p.25) Porém, ele visa ampliar o número de alunos com o mínimo de investimento possível. No próprio decreto há metas para serem

³⁴ Programa Universidade para Todos. PL n°3582/04. Lei n°11096/05.

³⁵ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

³⁶ Dados extraídos de <<http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2012/05/10/com-prouni-faculdades-particulares-deixar%C3%A3o-de-pagar-r-1-bi-em-impostos-0>> acessado em 18/02/2014.

³⁷ Decreto n°6096/07. Programa de apoio ao Plano de Reestruturação das Universidades Federais.

cumpridas pelas instituições, como dobrar o número de matrículas, aumentar a taxa de conclusão de curso para cerca de 90% e aumentar a relação professor aluno para 18 alunos por professor³⁸, e caso cumpra estas metas receberá uma verba de 20% em relação ao orçamento de 2007. Ou seja, dobra-se o número de alunos, e diminui a fatia do bolo orçamentário, terá mais alunos por cada funcionário e professor, e a infra estrutura terá que lidar com a realidade desses 20% de aumento em relação a 2007. Com isso, é uma clara política de precarização do Ensino Superior, que transformará a maiorias das IFES³⁹ em verdadeiros "escolões", fábricas de força de trabalho em larga escala para o mercado.

No ano de 2010, pudemos ver o pacote de “autonomia” universitária⁴⁰ composto por decretos. Essa “autonomia” diz respeito à busca de investimentos em setores privados, mais uma vez, furtando a real autonomia das instituições, já que as mesmas ficarão a mercê do mercado. E por fim, há muitos outros pontos dessa reforma, porém, queria pontuar mais um, a EBSEH⁴¹. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é uma empresa Estatal que começará a administrar os Hospitais Universitários. Porém, apesar de ser uma empresa Estatal, ela decai em uma lógica de gestão empresarial e abrirá portas para o setor privado explorar estes hospitais que em algum tempo terão duas portas (SUS, particular) e perderá o seu caráter de hospital/escola.

Porém, não foi só nas questões econômicas e políticas que esta contra-reforma atuou, também podemos ver em um cunho ideológico⁴². Uma nova linha pedagógica para dar conta de formar o novo trabalhador, flexível, polivalente, às novas demandas da reestruturação produtiva do capital foi necessária. Leher, 1999, afirma que a nova pedagogia hegemônica foi traçada pela ONG francesa ORUS, que tentou vender essa lógica empresarial aos países centrais sem sucesso, mas nos países periféricos conseguiu exorbitantemente. Se observarmos hoje, os currículos hegemonicamente dos cursos de ensino superior estão pautados pela pedagogia das competências⁴³.

Leher, 2006, afirma que novos conceitos baseados na linguagem e prática empresarial começam a ser tomados no interior das universidades e assim, segundo Chauí, 2003, de

³⁸ Que em 2007 a média eram 12 alunos por professor. Isso quer dizer que alguns cursos terão salas lotadas.

³⁹ Instituições Federais de Ensino Superior.

⁴⁰ MP 435/2010, MP520/2010, MP525/2010 decretos n°.7232, n°. 7233 e n° 7234 de 2010.

⁴¹ Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Decreto n°7661/11.

⁴² Claro que a Economia, Política e a ideologia não podem ser separadas para tomar ciência da totalidade do que veio ocasionar esta contra-reforma, porém, tentei dividir um pouco por uma questão didática para facilitar a compreensão do que está ocorrendo.

⁴³ Esta pedagogia discutiremos um pouco mais a fundo no decorrer do trabalho.

instituições sociais, começam a tomar posto de organizações sociais. Os alunos são tratados como clientes, parâmetros de produtividades começam a ser postos em prática, principalmente com a pesquisa, o empreendedorismo toma conta do vocabulário dos gestores, a gestão é feita por objetivos, dentre inúmeros exemplos que posso citar.

Assim, podemos apontar a ONG ORUS como um agente parceiro do BM para formular e implementar uma ideologia dominante no Ensino superior Brasileiro. Ela desenvolve este projeto neoliberal de ensino e garante a continuidade do poder da classe dominante dentro dos interesses educacionais e de toda a sociedade. (LEHER, 2006)

Com isso, podemos apontar um forte avanço do setor privado no Brasil, Dias, 2010, levantou que apenas 11% do ensino superior é ofertado por instituições públicas. Desses 11%, apenas 10,6% é ofertado por Universidades (Federais, Estaduais ou Municipais), o restante encontra-se em faculdades integradas, institutos tecnológicos federais, dentre outros que estão mais voltados a formação técnica, isto que também estou considerando a educação à distância também. Estes dados eram de 2007, se visualizarmos o ano de 2012, esta lógica continua a mesma, quando quase 80% das matrículas em cursos de graduação são feitas no setor privado⁴⁴.

Esta lógica volta uma educação rica para os ricos, e pobre para os pobres. Isto certamente afetou a formação de professores também, que começa a ter uma forte atração para o setor privado. Hoje, segundo Dias, 2011, 62% das vagas ofertadas para cursos superiores de formação de professores (as licenciaturas) estão no setor privado. Logo, podemos ver que esta reforma universitária, ao contrário do que vem sendo afirmado pelo governo, é uma "(des)mocratização" do ensino superior, e mais, desmonta o ensino público, joga o mesmo para a lógica do privado e leva uma formação aligeirada, minimalista se afastando de uma real formação humana. Assim, compreendendo o panorama do ensino superior brasileiro, podemos nos aprofundar no processo de formação de professores de Educação Física.

⁴⁴ Dados extraídos de <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/17/matriculas-no-ensino-superior-crescem-44-entre-2011-e-2012.htm> acessado em: 23/02/2014.

2.3 A formação de professores de Educação Física no Brasil: processos atuais e seus atores sociais

Com o avançar desta (contra)reforma, os cursos de graduação começaram a ser influenciados também. Para além dos novos cursos criados e abertos, o inchaço de alunos em sala de aula, e consequentes problemas estruturais, a essência da formação de cada curso começa a ser moldada. Novas diretrizes curriculares começaram a ser postas aos cursos de graduação no Brasil, e com a Educação Física não foi diferente (FUCHS, 2013).

A Educação Física, no decorrer da história, assim como tudo que está colocado em determinadas sociedades, sofreu e sofre influências da sociedade, e é usada para dar influências também. Se voltarmos os olhos a década de 20, Dias, 2011, afirma que a Educação Física começou a se institucionalizar no Brasil neste período, e tinha uma formação mais interna aos militares. Se bem lembrarmos, o Governo de Getúlio, a partir da década de 30, começou a colocar a educação e saúde como dever do Estado. Isto casa com as demandas do desenvolvimento do capital nacional para termos trabalhadores saudáveis para o trabalho. Por isso, De Souza & Dutra, 2011, afirmam que a Educação Física servia como educação de massas com uma lógica higienista, voltada a formação de trabalhadores "saudáveis" para as demandas do capital. Também nesta época, Dias, 2011, afirma que os primeiros cursos civis para a formação de professores de Educação Física surgem, tendo a duração de dois anos e ter cursado no mínimo o equivalente ao ensino fundamental⁴⁵.

Com o advento da Ditadura militar, novos métodos pedagógicos foram estruturados para a área, bem como uma reestruturação no processo formativo de professores da área. Na questão pedagógica, uma concepção militarista tomou conta, e tem como objetivo central formar homens fortes e resistentes para a guerra, e mulheres que cuidam dos afazeres domésticos, bem como o sentimento nacionalista⁴⁶. E com a reforma universitária de 68, os cursos de Educação Física também sofreram mudanças.

⁴⁵ Os outros cursos de licenciatura da época tinham 4 anos, e as pessoas para entrar necessitavam ter no mínimo, o equivalente na época, o ensino médio concluído. Com o passar dos tempos, e algumas lutas travadas conseguiram elevar para três anos mínimos para a conclusão do curso com o decreto lei nº8270/45. E em 1958 foi igualado o nível de exigência para ingressar nos cursos de educação física a partir do parecer CFE nº 118/ 58.

⁴⁶ "Brasil: Ame-o ou deixe-o." Slogan da ditadura militar.

Nesse período, por meio do Parecer CFE nº 894/69 foi fixado o currículo mínimo obrigatório e também a carga horária para as disciplinas dos cursos de formação de professores das Escolas de Educação Física - carga horária mínima de 1800 horas-aula. E, o Parecer CFE nº 672/69, ao definir as disciplinas pedagógicas comuns a todos os cursos de formação de professores, acabou por incluir definitivamente nos currículos destas escolas as disciplinas pedagógicas [...] permaneceu ainda a diferenciação no que se refere à duração dos cursos (DIAS, 2011, p.113).

E com o decorrer do tempo, na década de 70, como vimos, iniciou-se a reestruturação produtiva, e no Brasil, a década de 80 foi o início do processo de liofilização organizacional (ANTUNES, 2003). E assim, um novo processo começa a surgir na Educação Física. Dias, 2011, afirma que foi uma época marcada por questionamentos e debates na área. E de fato foi, nesta época, começa a passar por um processo de retirada dos direitos sociais⁴⁷.

A saúde e Educação antes eram vistos como dever do Estado, e na nova concepção de Estado, não há mais investimento o suficiente nessas áreas, agora passam a ser vistas como um novo mercado a ser explorado, assim, estas começam a ter crescimento na área privada. E assim, surge nesta década o "boom" das academias, onde a prática pedagógica da Educação Física se volta para a promoção da saúde no setor privado (NOZAKI, 2004). Para Coimbra, 2009, afirma que a cultura corporal⁴⁸ passa a ser fortemente comercializada. E assim, começam as iniciativas de tentar mudar os currículos da Educação Física para atender estas demandas de mercado⁴⁹. Logo, surgiu uma nova diretriz⁵⁰ para definir carga horária para cursos de Educação Física e a possibilidade de se criar cursos de Bacharelado que formariam professores para atuar especificamente na área não escolar. (DUTRA, 2010)

Nesta época, como o Brasil passava por início de mudanças, as discussões na área a respeito de concepção de Educação Física começam a ser travadas. Podemos ver a luta de classes inserida nesse contexto, pois nessa discussão há interesses antagônicos de manutenção da ordem. Falsas dicotomias começam a ser levantadas, como discutir se a área faz parte das ciências naturais e exatas⁵¹, ou das ciências sociais e humanas⁵². Este trabalho parte da concepção de Educação Física que resultou da síntese desse debate por um setor contra hegemônico da área. Parto da compreensão de Taffarel, *et all*, 1992, que afirmam que "a

⁴⁷ que se deu de maneira mais forte na década de 90.

⁴⁸ Será versado mais a frente sobre a mesma.

⁴⁹ E se é demanda de mercado, os interessados por estas mudanças são corporativistas.

⁵⁰ Resolução CFE nº 03/87 responsável pela elevação do tempo de formação nos cursos de Educação Física de três para quatro anos – com carga horária mínima de 2880 horas-aulas possibilidade de criação de cursos de bacharelado.

⁵¹ Mais em específico na área da saúde.

⁵² Mais em específico na área da Educação.

Educação Física é uma prática pedagógica que, "tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área do conhecimento que podemos chamar de cultura corporal" (p.50).

E os autores continuam a caracterizar o que seria esse objeto de estudo, Cultura Corporal.

A espécie humana não tinha, na época do homem primitivo, a postura corporal do homem contemporâneo. Aquele era quadrúpede e este é bípede. A transformação ocorreu ao longo da história da humanidade, como resultado do homem com a natureza e com os outros homens. O erguer-se, lenta e gradualmente, até a posição ereta corresponde a uma resposta do homem aos desafios da natureza (TAFFAREL *et all*, 1992, p.38).

E traçando a cultura em uma perspectiva temporal continuam.

Todos os homens apropriaram-se dela incorporando-a ao comportamento. A postura quadrúpede foi superada através das relações dos homens entre si. Uns aprendendo com os outros e aperfeiçoando as atividades corporais construídas a cada desafio da natureza ou necessidade humana imposta: fome, sede, frio, medo etc. (TAFFAREL *et all*, 1992, p.39).

Logo, a Educação Física não pode se resumir em uma ciência, ou a pertencer apenas a uma ciência. Concordando com Dutra, 2010, a área da Educação Física:

[...] é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia, se constituindo enquanto uma área multidisciplinar (p.8).

E continuando a concordar com a autora, isso faz com que a área tenha como matriz científica a história do homem e da natureza.

Com esta compreensão, podemos afirmar e apontar que não havia justificativa epistemológica em criar cursos de Bacharelado, e assim, fragmentar a área, voltando a formação destes bacharéis com conhecimentos de cunho biológicos voltados apenas para uma demanda de mercado. A única justificativa colocada na época para se criar estes novos cursos, era a demanda de mercado, porém, esta justificativa é momentânea, já que o mercado muda

constantemente. Nesta época, a ofensiva neoliberal ainda não estava posta firmemente no país, e as articulações para criação dos cursos de bacharelado não tiveram muito êxito, sendo criados apenas cinco cursos no país (QUELHAS e NOZAKI apud DIAS, 2011).

2.3.1 Década de 90 e anos 2000: A articulação dos intelectuais orgânicos da área para o seu trunfo na formação inicial de professores em Educação Física

Assim, setores da área começaram a se articular para fortalecer seus interesses corporativos. Os setores que defendem a fragmentação da formação e controle do mercado da área da Educação Física, principalmente no setor não escolar, começam uma ofensiva para se regulamentar a profissão da Educação Física.

A partir dos anos de 1990, a burguesia do setor do *fitness* começa a se organizar enquanto classe. Essa organização culminou na criação dos organismos que convencionamos chamar de organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness*, os quais intensificam a apropriação da cultura corporal, por parte da classe dominante e defendem os interesses de classe dessa parcela da sociedade. Na contemporaneidade, a burguesia se apropria da cultura corporal e a “devolve”, a uma pequena parcela da classe trabalhadora e a outros representantes da própria burguesia, entretanto, transformada em mercadoria (COIMBRA, 2009, p.112).

E após um processo de tentativas desse setor e um forte discurso de que a Educação Física é uma terra de ninguém e que só o diploma não bastava, em 1998 é aprovada a lei nº9696/98 que regulamenta a profissão de Educação Física e cria os Conselhos Federal e Regional de Educação Física⁵³. Coimbra, 2009, afirma que esta regulamentação cria mais uma instituição para administrar a crise do capital e "significa uma saída corporativista para a crise do trabalho abstrato e uma consequente reserva de vagas para os trabalhadores da Educação Física". (p.114) Além disso, desregulamenta o trabalho e contribui para a precarização do trabalho na área, adentrando na lógica do trabalho informal do neoliberalismo. E com isso, o setor representante da burguesia na área ganha um forte aparato para legitimar seus discursos e agir diretamente em todos os âmbitos possíveis da Educação Física. E é na formação que eles conseguem seu grande trunfo.

⁵³ Sistema CONFED/CREF's.

No ano de 1995, com a lei Nº 9.131 tivemos a abertura de um processo de formulações das Diretrizes Curriculares para cada área específica de ensino, ao mesmo tempo em que a Portaria Ministerial Nº 972/97 determinou que as comissões de Especialistas, vinculadas à Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), seriam as responsáveis para preparar as Diretrizes Curriculares de suas respectivas áreas: sistematizar, debater e definir as propostas de Diretrizes Curriculares e encaminhá-las para análise de mérito e decisões cabíveis. (DUTRA, 2010, p.7)

Nesta lógica, para dar conta das novas demandas neoliberais e produtivas do capital para a área da Educação, se aprovam diretrizes curriculares para os cursos de licenciaturas, As resoluções CNE/CP 01/02⁵⁴ e CNE/CP 02/02⁵⁵. Estas, estão baseadas em uma pedagogia das competências, visando formar trabalhadores polivalentes, acríticos, voltados ao mercado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura e de Graduação Plena (Resolução CNE/CP nº 01/02 e 02/02) são atualmente a expressão mais visível da consolidação dos ajustes educacionais capitalistas em busca de adequar o ensino superior e a formação de professores às demandas oriundas do processo de reestruturação produtiva. (DIAS, 2011, p.103)

Na Educação Física houve este processo de formação de Comissão de Especialistas. Porém, teve um processo ímpar pelos setores de oposição as proposições hegemônicas para as diretrizes curriculares dos cursos. A ExNEEF⁵⁶, o MNCR⁵⁷ e a LEPEL⁵⁸ travaram uma forte luta para que houvesse um processo mais democrático e não ocorresse um jogo de cartas marcadas para construção de interesses corporativos nessas diretrizes. Este foi um processo longo, que não cabe aqui aprofundar esta análise pois já foram feitos outros estudos que relatam melhor este processo⁵⁹. Porém, o que culminou foi uma Diretriz que representava um "falso" consenso⁶⁰, pois possibilita criar qualquer tipo de curso relacionado a Educação Física, mascarando de fato que no fim deste caminho ocorreria uma fragmentação gigantesca na

⁵⁴ Diretrizes para os cursos de licenciatura.

⁵⁵ Diretrizes referentes às cargas horárias dos cursos de licenciatura.

⁵⁶ Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.

⁵⁷ Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física criado em 1999 para lutar em específico nesta pauta contrária a regulamentação.

⁵⁸ Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer.

⁵⁹ Vide: Dutra, 2010; Portela, 2011; Dias, 2011; Morschbacher, 2012; Fuchs, 2013. Dentre outros inúmeros estudos.

⁶⁰ Falso, pois não há como algo tomar uma posição neutra dentro da luta de classes, estas diretrizes fortalecem os interesses dos setores representantes da burguesia na área e por consequência fortalecem a manutenção do *status quo*.

formação inicial de professores em Educação Física e potencializaria os interesses de mercado dos setores burgueses do *fitness*, ou o sistema CONFEF/CREF's.

Frente às manifestações contrárias a proposta de diretrizes, apresentadas pela segunda COESP-EF, o MEC e o CNE articularam um grupo de assessoria para construir o “consenso”. Constituído pelo Sesu, pelo CONFEF, pelo CONDIESEF, pelo Ministério do Esporte e pelo CBCE, este grupo, em desconsideração as contribuições apresentadas pelo MEEF, aprovou uma proposta - Resolução CNE/CES nº 07/04 - bastante similar a indicada pela segunda COESP-EF e que manteve os mesmos problemas já apontados na proposta anterior. (DIAS, 2011, p.117)

Estas novas diretrizes estão representadas pelas resoluções CNE/CES nº07/04, que dá diretrizes para os cursos de Graduação⁶¹ em Educação Física, ou seja, esta diretriz dá bases específicas para abrir cursos de Educação Física Licenciatura de Graduação Plena, Educação Física Bacharelado e cursos Tecnológicos a área, bem como qualquer curso que tenha haver com a área, como tecnólogo em futebol. Bacharelado em Lazer, etc. E mais tarde cria-se a resolução CNE/CES nº04/09, que dá diretrizes para as cargas horárias dos cursos de bacharel em saúde, adentrando o bacharelado em Educação Física como uma delas, colocando mais uma vez uma visão reducionista do que é a área especificando apenas na área da saúde.

2.3.2 As consequências das diretrizes curriculares e a proposição dos movimentos de resistência aos ataques do capital

Como vimos, o texto final aprovado das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física é minimalista e flexível. Adentra na lógica de todas as políticas públicas do Estado minimalista (SAVIANI, 2012) (SAVIANI, 1998) (LEHER, 2011). Então, a ação dos setores da burguesia, "liderados" pelo CONFEF/CREF's começam a agir na desinformação para a implementação da fragmentação dos cursos de Educação Física. O principal propósito é garantir uma força de trabalho que o sistema dos conselhos consiga explorar, pois os licenciados são regulamentados pelo MEC, logo, a área informal, com bacharéis poderiam ser controlados por eles.

⁶¹ Graduação é um termo que categoriza cursos de ensino superior que subdividem em Bacharelados, Licenciaturas e cursos Tecnólogos.

Nas instituições de ensino, intelectuais orgânicos da área do *fitnees* começam atuar na desinformação. O sistema CONFEF/CREF's começa a impor leis inexistentes nas áreas de trabalho com o discurso de que licenciados só trabalham na área escolar e bacharéis em todas as áreas fora do âmbito escolar. Tracei o termo "leis inexistentes", pois o sistema do CONFEF começa a fazer regulações internas no conselho e colocam como se fossem leis, porém este órgão tem poder apenas para fiscalizar, e não de legislar. E com esse discurso, começam a induzir as universidades a fazer cursos de licenciatura voltados apenas a área escolar, e de bacharelado para os âmbitos não escolares. Porém, não é isto que o Ministério da Educação aponta.

O Licenciado em Educação Física trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p.31).

Logo se vê que o discurso da área corporativa do sistema CONFEF/CREF's só serve para seus interesses de controle da área, e não para uma real qualificação da formação inicial de professores. A fragmentação dos cursos chegou a tal ponto, que podemos citar a USP⁶² que possui seis tipos de cursos da área: bacharelado em Educação Física; Licenciatura em Educação Física e Esporte; Ciência da Atividade Física; Educação Física com ênfase no esporte; e Educação física com ênfase em saúde.

Segundo Taffarel *et al.*, 1992, currículos dizem respeito ao caminho que o ingresso tomará até se tornar egresso, ou seja, os currículos cumprem um papel político, de dar caminhos. Logo, compreender que caminhos essas diretrizes apontam nos trará mais clareza sobre a real consequência dessas diretrizes.

Como neste trabalho, vamos iniciar a análise sobre a concepção de homem e de mundo que está posta nessas diretrizes. Coimbra, 2009, relata que estas diretrizes se colocam em uma compreensão de empreendedorismo, logo, está voltadas as demandas de manutenção do capital e na formação do trabalhador necessário para atender estas demandas. Por isso, Portela, 2011, afirma que o homem é visto como mera força de trabalho e a concepção de

⁶² Universidade de São Paulo.

sociedade abarca o sistema do capital como única forma de vida para a sociedade, colocando uma ilusão de não haver possibilidades de mudanças estruturais, e por isso, na lógica do toyotismo, estão pautadas na pedagogia das competências, e "é direcionada somente ao alcance de habilidades necessárias a sua venda da força de trabalho" (p.23), e age na criatividade do indivíduo para conseguir dar respostas apenas aos problemas encontrados no âmbito de trabalho, em âmbito individual e/ou coletivo, para sua maior produtividade dentro da empresa.

E, como a compreensão de homem e de mundo são baseadas pela sociedade do capital, a concepção de educação física se limita a esta sociedade também. A compreensão, segundo Dutra, 2010, se limita a área do movimento humano, tendo este como seu objeto de estudo. Porém, isto ocasiona uma visão reducionista da área, pois, segundo a autora, nega a historicidade dos conteúdos, nega seu processo de construção, como se surgissem de um jeito e fossem assim até hoje sem possibilidades de mudanças. Com isso nega a totalidade, a dialética da cultura corporal, e nega também possibilidades de transformações do que já existe. E com isso, compreende o ser humano como pronto e acabado, voltando o trato pedagógico do professor de educação física apenas para desenvolvimento de habilidades motoras (DUTRA, 2010).

Com isso, o ser humano é visto de forma fragmentada, sua totalidade é negada. Logo, a formação se volta a fragmentação também. Como a demanda do mercado se volta pro *fitness* em uma lógica biologicista/positivista de resultados, de aptidão e de "saúde", os cursos de bacharelado ficaram com conhecimentos voltados a área técnica e das ciências biológicas, enquanto a licenciatura volta-se predominantemente a área educacional com conhecimentos pedagógicos. Isto traz uma perda de identidade da área, pois como afirmamos anteriormente, a Educação Física, independente da área de atuação, é uma prática pedagógica. Logo, Portela, 2011, afirma que esta cisão entre licenciatura e bacharelado não se justifica pois, independente da área de trabalho, estaremos trabalhando com conteúdos da cultura corporal. E Morschbacher, 2012, afirma que o que caracteriza a Educação Física "é a docência e/ou o trabalho pedagógico e que a tentativa de negação desta especificidade incorre, necessariamente, na desqualificação do trabalhador no próprio processo de formação." (p.124)

Porém, vemos uma contradição no discurso de nosso trabalho. Foi aqui afirmado que a necessidade de formação de novos trabalhadores perpassa por um perfil polivalente e flexível, multitarefa, contudo, a formação em Educação Física adentrou em um marco de

fragmentação, contradizendo a parte da multitarefa. Porém, isto se explica pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

[...] a lei do desenvolvimento desigual e combinado tem raízes em acontecimentos comuns a todos os processos de crescimento, tanto na natureza como na sociedade. [...] Todos os elementos constituintes de um objeto, todos os aspectos de um acontecimento, todos os fatores de um processo em desenvolvimento não se realizam na mesma proporção ou em igual grau. (NOVACK, 2008, p.23)

Com isso, se olharmos para a sociedade atual, conseguiremos constatar que ainda há fábricas que se utilizam da linha de produção taylorista/fordista, bem como, sociedades primitivas, até sociedades que tiveram pouquíssimo contato com seres humanos da "sociedade moderna". Por isso, o capital na especificidade da Educação Física, como vimos anteriormente, necessitou fragmentar a área para dar conta das demandas de reestruturação produtiva de seu sistema metabólico social no país. Porém, na especificidade de nossa área, há uma formação voltada para que o trabalhador, com a criação de cursos tecnológicos e de bacharelado, seja flexível e polivalente e se adapte para as demandas de mercado para jogar a massa de trabalhadores na área no mercado sem direitos trabalhistas garantidos.

Outra questão crucial nestas diretrizes é a proporcionalidade do aligeiramento da formação. Com a LDB dando meios para que alunos que tenham um extraordinário aproveitamento poderão ter abreviada a duração de seus cursos⁶³, combinado a (contra)reforma universitária com elevação da porcentagem de conclusão de curso, e também a criação de novos cursos com rápida formação, dão meios para que este aligeiramento aconteça. Isso faz com que se invista menos na educação e forme trabalhadores mais baratos para o mercado. Na Educação Física com a fragmentação da área fica evidente, Portela, 2011, afirma que antes mesmo do estudante ter acesso a conhecimentos essenciais para construir uma sólida formação, acaba por se formar em uma especialização precoce, elevando mais um problema dessas diretrizes, e assim, atacando o trabalhador com privação de conhecimentos essenciais e a alienação iniciando já na formação. Dessa forma, quando chega ao mercado de trabalho, é exigido atualização, novos cursinhos e formações técnicas. Caso não tenha isso, é culpa do indivíduo que não se atualizou e não está preparado para a competitividade, acarretando no desemprego ou subordinação às condições precárias de trabalho.

⁶³ Ver art. 47 parágrafo 2º da Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases.

Outro ponto dessas diretrizes relatam fielmente a lógica neoliberal na educação, o papel de transformação da Educação em mercadoria. Como estas diretrizes possibilitam a criação de qualquer curso que esteja relacionado a Educação Física, abre uma possibilidade da exploração de um novo mercado, criar cursos da área no setor privado. Conforme Dias, 2011, 87,04% das vagas ofertadas para cursos de Educação Física estão no setor privado da educação.

Combinando todos estes pontos, no ventre da formação de professores de Educação Física, formam-se bacharéis que serão, em sua maioria, trabalhadores flexíveis, precarizados, muitas vezes dependendo trabalhar em mais de um emprego, fazendo verdadeiros bicos nas academias, bem como, licenciados com conhecimentos insuficientes para terem domínio da totalidade da área da Educação Física, precarizando também seu trabalho. Além disso, contribuem para ampliar a mercadorização da cultura corporal, onde o controle do mercado informal pelo sistema CONFEF/CREF's se dá, apoderando ainda mais este setor corporativista representante da burguesia na área.

[...] a fragmentação da formação atende aos interesses do capital de desqualificação do trabalhador já no seu processo de formação. Decorrem dessa evidência, ademais, a produção de reserva de mercado e a dissimulação da luta de classes (tendo em vista que, da fragmentação da formação, erige-se um complexo processo de luta em que trabalhador coloca-se contra trabalhador) e das leis mais gerais que regem o capital. (MORSCHBACHER, 2012, p.124)

Assim, resumindo estas diretrizes. Fragmentam a área, formam trabalhadores flexíveis e acrícos, que apesar da fragmentação tornam-se polivalentes na especificidade de seus trabalhos, precarizam o trabalho, bem como contribuem para a transformação da cultura corporal em mercadoria e por fim, a potencialização do setor privado educacional que cresce e toma conta da educação superior do país.

Porém, o processo de implementação das diretrizes não foi unânime, muito menos sem resistências, como afirmamos antes, setores como a MEEF⁶⁴/ExNEEF, MNCR e LEPEL, sempre lutaram contrários a essas diretrizes. Contudo, não decaíram apenas no discurso do contra, construíram uma contraproposta. Neste trabalho só darei um panorama geral, sem aprofundamentos, sobre esta proposta, pois o intuito é analisar as políticas públicas nos

⁶⁴ Movimento Estudantil de Educação Física.

processos de reestruturação curricular do CEFD/UFSM e as correlações de força. Porém, não podemos nos privar de conhecer a proposição dos setores contra hegemônicos da área.

A licenciatura ampliada em Educação Física é resultado de estudos e debates de mais de trinta anos que o movimento estudantil de educação física vem travando. Ela se resume da seguinte forma. Usa o termo licenciatura, pois, segundo Dutra, 2010, e ministério da Educação, 2010, é o título que possibilita atuar nos mais diversos campos de atuação da área de Educação física, tanto no âmbito escolar, quanto o não escolar. Usa o termo ampliada, pois eleva uma concepção de formação que dê ampla base científica para a apropriação da totalidade dos conteúdos da área para atuar nas mais diversas especificidades da cultura corporal. Em 2009, no XXX ENEEF⁶⁵ foi lançada a campanha "Educação Física é uma só! Formação Unificada Já!" em que lançou cartilhas que versavam sobre a realidade dos cursos de educação física e também retratavam a proposta da licenciatura ampliada. Lá, se retratava os pontos balizadores desta proposição.

1) Trabalho pedagógico como base da identidade do profissional de Educação Física. [...] 2) Compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida. [...] 3) Sólida e consistente formação teórica e interdisciplinar, em que o trabalho de pesquisa seja um meio para esta formação. [...] 4) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. [...] 5) Indissociabilidade entre teoria e prática. [...] 6) Tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento científico. [...] 7) Articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático. [...] 8) Avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, planos e projetos, instituição) permanentemente. [...] 9) Formação continuada. [...] 10) Respeito à autonomia institucional e gestão democrática. [...] 11) Condições objetivas adequadas de trabalho. (ExNEEF, 2010, p.14)

Logo, estamos calcados em uma concepção de homem e de mundo já retratadas neste trabalho. Onde, a formação em Educação Física estará voltada para as demandas da classe trabalhadora, e visa uma real possibilidade de transformação, desde as especificidades dos conteúdos da cultura corporal, até elementos para a transformação estrutural da sociedade. Este projeto busca realmente uma formação ampla que dê rumos a formação de professores de Educação Física com domínio da cultura corporal para atuação em diversas áreas.

Concluindo esta parte, podemos ver que este processo teve atores sociais bem definidos. Em um plano mais amplo os Governos de FHC/PSDB, Lula & Dilma/PT, bem

⁶⁵ Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física.

como o Banco Mundial e a ONG ORUS para a implementação da (contra)Reforma Universitária. Combinando estes atores sociais a especificidade da área da Educação Física, elenca-se o sistema CONFEF/CREF's, o CBCE⁶⁶, entre professores da área nas especificidades das instituições para a implementação das novas Diretrizes curriculares. Estes todos agindo como verdadeiros intelectuais orgânicos da classe burguesa dentro da Educação e na Educação Física. Em um movimento contra hegemônico, elenca-se os setores organizados da classe Trabalhadora, como o Movimento Estudantil, o Movimento dos Docentes do Ensino Superior representado pelo ANDES-SN, o Movimento Estudantil de Educação Física representado pela ExNEEF, diretórios e centros acadêmicos de educação física, o MNCR e a LEPEL. Estes lutadores representam a classe trabalhadora organizada lutando contra as políticas neoliberais/toyotistas para a Educação.

2.4 Os processos de reestruturações curriculares do CEFD/UFSM: Correlações de forças, consequências e a resistência⁶⁷

O CEFD/UFSM, por ser e estar em uma instituição social, não ficou avulso nos processos nacionais de implementação das políticas públicas educacionais já pontuadas. Aqui, não é intuito pontuar a história do CEFD, mas basta relatar, segundo Souza *et all*, 2014, que desde sua fundação, o CEFD/UFSM foi posto às políticas educacionais para formação inicial de professores. No início, a ditadura militar fundou o centro para desmobilizar a organização estudantil e motivar o espírito nacionalista, bem como, o currículo de 1969 tinha um caráter biologicista, com 30 disciplinas voltadas as ciências naturais, e apenas 2 para as ciências humanas. Com o tempo, a demanda crescente para formar professores, tanto para a área escolar quanto para a não escolar, o currículo de 1990 possuía 21 disciplinas das ciências naturais e 19 das exatas.

⁶⁶ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

⁶⁷ Para fazer a análise deste processo de reestruturação curricular para os currículos de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e 2009 (Construção do currículo de licenciatura de caráter ampliado) foi levantado documentos. Porém, a análise foi prejudicada por conta de ter se levantado pouquíssimos documentos, sendo que atas originais e portarias nenhuma foi possível levantar, pois, segundo a secretaria, não foram encontradas. Apenas foram levantadas as atas redigidas do processo da criação do currículo de 2005 de licenciatura que foram encaminhadas para o CEPE/UFSM (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM), que não versam sobre todo o processo (atas da comissão de elaboração e implantação do projeto político pedagógico e reestruturação curricular do CEFD/UFSM do número 1 ao 28). E também alguns memorandos e ofícios e anotações minhas e de colegas dos tempos de diretório acadêmico do centro de educação física e desportos do CEFD/UFSM.

É possível perceber que o currículo de 1969 desenvolveu basicamente uma formação de caráter específico/ biológico. Já o currículo de 1990 agrega consideráveis avanços no sentido de abranger a totalidade do conhecimento da Educação Física, visível na distribuição das disciplinas, havendo maior equilíbrio no que diz respeito à relação estabelecida entre as Ciências Naturais e Sociais. (SOUZA *et all*, 2014, p.181)

Por isso, é importante relatar um pouco do processo das reestruturações curriculares que culminaram nos últimos currículos que estão em vigor no CEFD/UFSM e uma breve análise de quais as problemáticas que vieram a concretizar na formação inicial de Professores para ver as modificações e relacionar com o que até agora foi escrito.

2.4.1 As reestruturações curriculares que culminaram nos currículos de 2005 (Licenciatura) e 2006 (Bacharelado): Atores sociais e consequências⁶⁸

O intuito do trabalho não é relatar o processo da implementação das políticas públicas educacionais no CEFD, porém, um breve relato de como se deram, ajuda na análise para responder nosso problema de pesquisa que é apontar a serventia das políticas públicas no processo de formação de professores em Educação Física no CEFD/UFSM e quem foram os atores sociais envolvidos nesses processos.

Com todos os acontecidos, já relatados, em finais da década de noventa e início dos anos dois mil, no CEFD inicia-se o debate sobre a formação de um novo currículo. Em três dias, 14, 15 e 16 de Maio de dois mil e três, reuniram-se os professores junto à Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM nomeada pela portaria Portaria nº 512/02, para discutir os panoramas da construção de um novo currículo de licenciatura, voltado mais a atenção para a educação física escolar. Nestes dias, alguns espaços para discussão foram organizados, e ainda com a participação mínima estudantil e de funcionários⁶⁹. Na ata nº1 de 2003 é afirmado que as atividades eram substitutivas as aulas para facilitar a presença de toda a comunidade do CEFD. Porém, apenas com os documentos não há possibilidades de pontuar os motivos da pífia participação estudantil e de funcionários.

⁶⁸ Não foi possível fazer uma análise do processo de criação do curso do bacharelado com as técnicas usadas neste trabalho, pois não foi levantado nenhum documento referente a este processo. O motivo foi pela possível perda de documentos relatado pela secretaria do centro quando foi feito o pedido dos documentos para a realização deste trabalho. Por isso, a análise ficará restrita ao currículo do curso de bacharelado.

⁶⁹ O documento registra, não em todos os dias, a participação de dois discentes e um funcionário.

Nestes dias, foi levantada a possibilidade do CEFD ofertar dois cursos, um de licenciatura e outro de bacharelado, e mesmo com a preocupação dos presentes com a infraestrutura e material humano, os presentes se mostraram simpáticos com a ideia, porém, não foi colocado nenhum argumento que demonstrasse uma demanda concreta para se criar um curso de bacharelado. O argumento colocado é que, se diminuiriam carga horárias de algumas disciplinas⁷⁰, e que com isso, a criação do bacharelado possibilitaria o aluno ter uma formação profissional mais qualificada e cursar os dois cursos dentro das possibilidades institucionais da universidade. E por fim, na ata nº08, um dos professores colocou que seu departamento não tinha convicção da criação do bacharelado, porém, outro membro da comissão apenas justificou que o bacharelado seria crucial para manter a existência do centro de educação física e desportos. Porém, a construção do curso de bacharelado se daria a posteriori da criação da resolução CES/CNE N°07/2004.

Com o decorrer do processo, ficou evidente a pouca participação de toda a comunidade, ficando restrita à comissão, raramente indo a grande público potencializar a participação coletiva. Outra coisa importante a situar, é o caráter antidemocrático desta, pois a maioria das vagas eram voltadas a professores, totalizando 5 cadeiras para docentes do CEFD, uma para representante do município, uma do Estado e uma para técnico administrativo do centro. A posteriori foi incluída uma cadeira para discente. Nas atas ficou evidente que a composição, exceto dos estudantes, não havia divergências, e mais, um dos integrantes da mesma, fazia parte do Conselho Regional de Educação Física, que já elencamos como o mesmo atuou em nível nacional para fragmentar a formação inicial e atender seus interesses corporativistas.

Um grande exemplo da estrutura antidemocrática da comissão se deu na ata N° 04, onde a representante discente levantou algumas reflexões sobre o perfil do egresso colocado no projeto⁷¹ embasada em uma carta⁷² da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física que levantavam questões sobre as Diretrizes Curriculares aos cursos de Educação Física e gostaria de discuti-las, porém, foi colocado pela comissão que iria analisar, mas, sequer foi considerado. Assim, ficou evidente que, os interesses estudantis foram engolidos

⁷⁰ Mais voltadas a área da saúde.

⁷¹ Reflexões essas que sequer foram pontuadas na ata.

⁷² Sequer foi relatada em ata qual era a carta referente, porém, podemos imaginar sobre o que versava a carta compreendendo como se deu o processo de criação das DCN's para a Educação Física.

pelos interesses corporativistas do CONFEF/CREF que conseguiu ter uma de suas representantes na comissão e na coordenação do curso de Educação Física.

O interesse inicial da comissão era enviar para o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade o projeto para ser aprovado até o dia onze de Julho de dois mil e três. E aí, vemos mais uma vez uma tentativa de atropelar um processo que poderia ser rico na construção de um projeto, porém, os interesses corporativos prevaleceram. Contudo, a última reunião da comissão se deu no dia seis de Junho de dois mil e quatro. O que ocorreu? Neste processo, poucos professores, começaram a questionar algumas coisas e colocar que não estavam convictos do projeto e outros a se retirarem do processo, bem como a participação estudantil, que, em 2004 o diretório acadêmico foi fechado, e isso potencializou, e muito, a implementação de um projeto voltado aos interesses hegemônicos. Um dos exemplos de questionamento foi na reunião do dia dez de Outubro de dois mil e três, relatado na ata número 07, um dos professores colocou que não estava bem informado sobre o processo e gostaria de mais esclarecimentos, a presidente da comissão manifestou um breve esclarecimento, porém ressaltou que estava indignada de ter que voltar ao ponto de esclarecimentos onde a construção do PPP⁷³ já estava atrasado, e neste momento, o professor que fez o questionamento, se retirou da reunião.

Mais um fato que aponta o atropelamento do processo é que, nas diretrizes para os cursos de licenciatura (CNE/CP 01/2002) no artigo 15º impõe que os cursos de licenciatura em curso, deveriam se adaptar às diretrizes em dois anos. Isto, facilita uma imposição e construção dos interesses hegemônicos, que, pela pressa, pressionam as instituições e impossibilitam os setores contra hegemônicos a se organizarem e realizar algum tipo de resistência e contra proposta.

Com isso, o curso de licenciatura novo, currículo de 2005, começou a ser posto em prática, e em 2006 o curso de Bacharelado, que começarei a fazer a análise dos mesmos para ver o que acarretou na formação inicial.

Começando pela análise da justificativa. O currículo da Licenciatura, em nenhum momento coloca a real necessidade de se ter um curso de educação física voltado apenas às demandas escolares. Nesta justificativa há uma discussão e reflexão sobre o papel da ciência e como tratá-la, e concluí a justificativa desta maneira:

⁷³ Projeto Político Pedagógico.

O PPP para esse Curso é compreendido como um processo de ação participativa de pessoas interagindo politicamente em função das necessidades, interesses e objetivos comuns. Igualmente busca um maior envolvimento na ação educativa, considerada responsabilidade de toda comunidade escolar - acadêmica. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.)

Ou seja, é muito mais uma discussão conceitual de PPP do que uma justificativa propriamente dita da necessidade de se reestruturar o curso de licenciatura que existia, apesar de colocar uma crítica, válida, de que o curso que existia antes havia uma formação generalista que, informalmente descrevendo, formava pra tudo e ao mesmo tempo para nada.

Já na justificativa do bacharelado, pode-se apresentar algumas questões. Nesta, inicia-se pontuando um vácuo que apareceu com a criação da resolução CNE/CP 01/2002, que segundo o PPP, forçou as licenciaturas a se reformularem.

Considerando-se a necessidade de melhor definir a formação dos nossos profissionais e que esta seja coerente também com o momento que vivemos, quando as licenciaturas das diferentes carreiras acadêmicas das universidades brasileiras se viram forçadas - pelas resoluções 01 e 02/2002 - a se reformular, produzindo assim um “vácuo” sobre a formação de profissionais que poderiam/deveriam atuar em outras frentes que não o ambiente escolar. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.)

Porém, como já coloquei neste trabalho anteriormente, a legalidade não impede das licenciaturas formarem professores para atuarem nas diversas áreas, bem pelo contrário, inclusive o título de licenciado dá este direito. Logo, pode-se apontar de início uma interpretação errônea da lei. Mas podemos começar a compreender um pouco mais a intenção deste “erro” quando levanta-se mais um ponto da justificativa.

Justifica-se ainda a criação do Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO por uma necessidade de sintonia com o recém-criado **Conselho Federal de Educação Física**, que gradativamente tem feito ações no sentido de organizar a atuação dos nossos profissionais. É sabido que, até então, era suficiente alguém ter “praticado” alguma atividade por um breve período de tempo para se tornar professor desta, relegando e colocando em cheque a formação acadêmica e pedagógica que lhe é inerente. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.)

Com isso fica claro que, o Conselho Federal de Educação Física agiu no CEFED/UFSM para esta fragmentação na formação e conseguiu abrir o curso de bacharelado, e por isso, a má

interpretação da lei. No PPP dos dois cursos coloca-se a resolução CNE/CES 07/2004 como diretriz para os cursos de educação física e a lei 9696/98 que apenas regulamenta a profissão e cria os conselhos Regionais e Federal de educação física que tem a função de fiscalizar o exercício profissional da área. Ou seja, não há motivo para uma lei que não diz respeito à formação de professores regulamentar o que deve ser estruturado em um currículo, pois a mesma não traz especificidade nenhuma quanto a este ponto.

A lei 9696/98 tem apenas seis artigos que dizem respeito à regulamentação da profissão. Em nenhum momento esta lei dá poderes dos conselhos legislarem ou estruturarem diretrizes para estruturar cursos de graduação. Em nenhum artigo da lei diz que licenciados devem trabalhar apenas em escolas e bacharelados na área não escolar. Estes conselhos são órgãos fiscalizadores e não legislativos.

Outra questão legal fundamentada em comum nos dois currículos é o parecer 058/2004 do Conselho Nacional de Educação que em nenhum momento coloca a necessidade/obrigatoriedade de se criar cursos para formar profissionais para a área escolar e outro para a área não escolar. Com isso, aparece uma contradição dos currículos com a própria legislação.

Ainda na justificativa do curso de Bacharelado, versa que:

[...]com a criação do curso de bacharelado, os profissionais por ele formados serão melhor instrumentalizados para atender uma clientela a cada dia mais exigente, pois estarão melhor informados. Considera-se neste item também, uma recente pluralidade no “*fazer da educação física*”, onde novas populações são descobertas para receber nosso atendimento, além da criação de novas modalidades esportivas e a ampliação das possibilidades de movimento. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.)

Com esta argumentação, podemos ver o termo “clientela”, “pluralidade no *fazer da educação física*” e “novas populações para receber nosso atendimento” demonstram uma clara intenção da formação voltada ao mercado. Como foi afirmado anteriormente, o mundo passou por uma reestruturação produtiva do capital e que fez surgir novos mercados em várias áreas, inclusive na educação física, que na justificativa do curso de bacharelado aparece como “novas modalidades esportivas e ampliação das possibilidades de movimento”.

Assim, finalizando a análise sobre as justificativas, podemos levantar que, no curso de licenciatura, há uma justificativa que não se fundamenta por ela mesma, sequer levanta a

necessidade de repensar a formação inicial de professores de educação física voltados para a educação básica. Já a justificativa do bacharelado, tem uma justificativa com forte viés mercadológico. As duas justificativas se correlacionam quando podemos pontuar sua intrínseca relação com os Conselhos Regionais e Federal de Educação Física e com a reforma universitária que impôs estas reestruturações curriculares a partir das DCN's.

O que estas justificativas esqueceram foi, pontuar a realidade da região central de Santa Maria. A única questão que é levantada é que é uma região que atende inúmeras cidades e até pessoas do exterior, porém não retrata de fato como ela é.

O Atlas sócio econômico do Estado demonstra que temos um caráter rural hegemônico. A região central do Estado do Rio Grande do Sul possui dezenove municípios, sendo que, a grande maioria dos municípios da região central possui até dez mil habitantes, sendo apenas cinco municípios (Santa Maria, Agudo, Júlio de Castilhos, Tupanciretã e São Pedro do Sul) com mais de dez mil habitantes. Logo, a grande maioria dos egressos, irão trabalhar em sua cidade natal, em alguma cidade da região ou em alguma cidade do Estado (que de 446 municípios, 333 possui menos de dez mil habitantes), ficando raro os casos daqueles que irão trabalhar fora do Estado ou do País.⁷⁴ Assim, não se justifica ter um curso voltado apenas para demandas da área não escolar e que não contemple a formação plena de um professor de Educação Física. Os dois cursos não possuem nenhuma disciplina voltada para as demandas rurais da Região e do Estado.

Continuando a análise do currículo, os objetivos do curso de Licenciatura são:

Formar professores para atuar na Educação Básica no sentido de: - Desenvolver ações teórico-práticas em que os conhecimentos e saberes acadêmicos contribuam na formação do ser humano em sua totalidade; - Possibilitar uma formação político-social, dentro de uma abordagem histórico-crítica, em diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória; - Possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional/docente (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Aqui, podemos pontuar os termos “habilidades” e “competências” que mais para frente faremos um debate entorno das pedagogias das competências e o que significa isto nos currículos de Educação Física.

Já, o currículo do bacharelado tem como objetivo geral:

⁷⁴Dados retirados do site <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/> acessado em 20/08/2014.

O Curso de Educação Física – Bacharelado da UFSM visa formar bacharéis em Educação Física, ou seja, profissionais capacitados para atuarem no ensino e na pesquisa, voltados à saúde e aos esportes, com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre a realidade brasileira, especialmente no que diz respeito à área da Educação Física, capazes de atuarem de forma dinâmica na sociedade em que vivem, bem como pretende promover o estímulo e a qualificação contínua de seu quadro profissional, o que possibilitará um trabalho integrado entre graduação e pós-graduação, no ensino, pesquisa e extensão (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Não vou pontuar todos os objetivos específicos que são dez, pois muitos dizem respeito a objetivos que se relacionam com a estrutura da universidade, como grupos criação de grupos de pesquisa, intercâmbio, relações interpessoais, dentre outros que fugiria ao objetivo da análise deste trabalho. Porém, vou elencar alguns que penso que sejam cruciais para compreendermos a lógica de formação:

Possibilitar a formação de profissionais habilitados para atuarem no ensino formal e não formal, nos institutos e órgãos de pesquisa, nas instituições de promoção da saúde e de tratamento de doenças, nas entidades voltadas ao desenvolvimento dos esportes, em órgão públicos voltados para a saúde da população e para os esportes, entre outros; possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional/docente; capacitar o domínio dos conteúdos, dos métodos e das técnicas específicas da Educação Física, enquanto objetos de estudo, que permitem tanto a sua revisão e produção como a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino e em suas funções e demais encargos e atividades profissionais; [...] possibilitar uma flexibilidade na formação profissional, enquanto opção de sua especialidade, moldada por opção de linha de pesquisa (Núcleos/Grupos), resultando em uma prática na produção do conhecimento (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Vemos então, objetivos bem técnicos-instrumentais que visam diretamente a formação voltada ao mercado de trabalho. Ou seja, um trabalhador que atenda as demandas do mercado e não reflita sobre suas condições cotidianas enquanto trabalhador. Nestes objetivos pontuo novamente os termos “competências” e “habilidades”, só que nestes objetivos específicos, aparece o termo “flexibilidade”, relacionado a formação profissional, ou seja, a formação para o fazer. Com isso, podemos partir para o perfil do egresso de cada curso, para pontuarmos suas áreas de atuação e, posteriormente, analisar o que significa então as competências e habilidades nestes currículos.

O curso de licenciatura possui como principais características do egresso os seguintes pontos:

O egresso, formado pelo Curso de Educação Física: Licenciatura Plena da UFSM, deve construir habilidades e competências gerais e específicas para uma atuação significativa na Educação Básica, com atuação específica na Educação Física. [...] habilidade de ler e interpretar a realidade e seu entorno com criatividade sempre renovada, com capacidade de atualização incessante, dentro da perspectiva do “aprender a aprender”. [...] capacitando à identificação e o processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano e sua relação no “aprender a aprender” [...] (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Aqui, podemos pontuar diversas vezes os termos “capacidades”, “competências”, “criatividade” e “aprender a aprender”. O projeto continua o perfil do egresso do curso de licenciatura pontuando que deve estar aportado por novas teorias.

[...] cuja prática motive a mudança de paradigma, através de leituras e discussões de novas teorias [...] as abordagens mecanicista, as verdades absolutas, os processos imitativos, questões estas que devem ser discutidas na formação do perfil do professor-educador, sendo que aportam para novos construtos da modernidade e da pós modernidade, cujas inferências criam novos sentidos no contexto escolar (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Neste ponto, podemos abrir um parêntese e perceber a afirmação da pós-modernidade, ou seja, afirmam neste currículo que estamos em um período pós-moderno, como se houvesse alguma ruptura com a modernidade. Logo, mantém uma distância da realidade quando coloca o egresso com um perfil que não reconhece a modernidade, assim, não verá criticamente a sociedade que está em seu entorno e que não há possibilidades de transformação da realidade vigente. Mas continuando a elencar os principais pontos do egresso do curso de licenciatura em Educação Física do CEFD/UFSM.

Entendendo, assim, a Educação Física em toda sua amplitude e complexidade, enquanto cultura corporal que tem sua história concebida na prática da humanidade, sob uma visão de homem, educação e mundo, que se possibilita na ação do corpo como uma linguagem, que também é educada e conscientizada no processo escolar. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.)

Já, nesta caracterização, podemos ver que pontua a Educação Física enquanto uma cultura corporal, porém coloca a ação do corpo como uma linguagem, e não uma resultante da relação humana com a natureza mediada pelo trabalho como apontado anteriormente neste trabalho, colocando mais uma vez uma visão reducionista de “ação do corpo”. Porém, isso vem a se confirmar quando coloca como sinônimo de cultura corporal, o movimento humano⁷⁵.

[...] promovendo o desenvolvimento da cultura corporal (ou do movimento humano) em suas múltiplas dimensões, discernindo as necessidades do homem hoje, contemplando uma ação efetiva e transformadora nas especificidades dos espaços pedagógicos da Escola (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p).

E por fim, mais uma vez, coloca que o egresso tenha um perfil que “aprenda a aprender” as “linguagens” do corpo. Agora, vamos ao perfil do egresso do curso de Bacharelado.

O egresso, formado pelo Curso de Educação Física Bacharelado da UFSM, deve construir habilidades e competências gerais e específicas para uma atuação significativa na Educação não-formal, com atuação específica na Educação Física. Deverá possuir pleno domínio dos conhecimentos que envolvem o Movimento Humano, bem como possuir uma formação complementar e interdisciplinar, delineando o perfil de um profissional qualificado e consciente de seus deveres e direitos enquanto cidadão (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p).

Mais uma vez podemos ver os termos “habilidades” e “competências”, e aqui bem clara a concepção do movimento humano como objeto de estudo da área. Ou seja, na licenciatura havia uma flexibilidade em se trabalhar a cultura corporal como objeto de estudo ou o movimento humano⁷⁶, já no bacharelado deixa bem claro o objeto de estudo e a lógica técnico-instrumental caracterizada neste currículo. Continuando o levantamento do perfil do egresso, o que pode-se colocar é que, as competências e habilidades do curso de bacharelado simplesmente foram copiadas da resolução CNE/CES 07/2004, e como já fizemos a análise dessa resolução cabe colocar uma contradição: A resolução é voltada a formação de graduados em Educação Física, ou seja, bacharéis, licenciados e tecnólogos, e a própria

⁷⁵ Já foi pontuado anteriormente o que significa cultura corporal e movimento humano, bem como suas diferenças e consequências na compreensão de cada uma.

⁷⁶ Porém, o que se prevalece é o movimento humano, por ser uma concepção hegemônica e casar com os objetivos de formar professores voltados às demandas do capital.

resolução em seu artigo 4º coloca que deverá ser garantida uma formação generalista, o que entra em conflito quando há um curso que busca uma especialização precoce para a área não escolar já na graduação.

E por fim, colocando erroneamente graduado como sinônimo de bacharelado, o perfil do egresso finaliza da seguinte forma:

O egresso, graduado em Educação Física pela UFSM, deve contribuir com sua atuação no fortalecimento e embasamento teórico-prático da sua área de conhecimento, legitimando novos contextos pedagógicos e de saúde que contribuam para o desenvolvimento integral do ser humano (bio-psico-social), através de uma concepção de educação do movimento e de educação para a saúde (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p).

Logo, o que significa os termos competências, habilidades, aprender a aprender, flexibilidade, que tanto aparecem nos currículos? Isto está ligado à formação do novo trabalhador necessário para a reestruturação produtiva do capital. O trabalhador que já pontuei em partes anteriores deste trabalho, o trabalhador do toyotismo, polivalente e flexível.

O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo de ideias pedagógicas escolanovistas. Com efeito, deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade, configurou-se uma teoria pedagógica em que o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas (SAVIANI, 2011, p.431).

O autor continua a análise afirmando que hoje passa a ser um pouco mais aprofundado do que no tempo do escolanovismo, o aprender a aprender toma um caráter de adaptabilidade do processo de reestruturação produtiva do capital para a empregabilidade.

[...] na situação atual, o “aprender a aprender” liga-se à necessidade de constante atualização exigida para ampliar a esfera da empregabilidade. Isso fica claro, por exemplo, no texto de um autor português, Vitor Fonseca, significativamente intitulado *Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva*, publicado em 1998. Para ele a mundialização da economia exige a gestão do imprevisível. Não se trata mais de contar com um emprego seguro; tanto os empresários como os trabalhadores “devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e empregabilidade” (FONSECA, 1998, p.307), já que “o que o empresário e trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro” (idem, ibidem). [...], pois os postos de trabalho se vêm reduzindo tanto na agricultura como na indústria (SAVIANI, 2011, p.432).

Assim, joga-se a culpa no indivíduo, pois, com a redução dos postos de trabalho, o trabalhador melhor preparado assumirá os postos.

O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista. (DUARTE, 2008, p. 13).

Assim, nas diretrizes curriculares da Educação Física, e que veio a tomar corpo nos currículos do CEFD que segundo Taffarel:

A pedagogia das competências incentiva comportamentos individuais e sociais desvinculados de conteúdos, em que a afetividade e a criatividade passam a ser racionalizadas. As desigualdades e divergências são acomodadas sob pretensa unidade, dissolvem-se as relações de poder e a política desaparece sob a racionalidade técnica (2009, s/p).

Com isso, concordando com Taffarel, 2009, a formação de professores em educação física vem com uma noção de competência voltada ao individualismo, onde, forma um indivíduo para se adaptar as demandas de mercado e se torna acrítico por não compreender a totalidade da sociedade vigente, potencializando assim a precarização do trabalho já no seio da formação inicial. E isso vem se configurando e se fortalecendo no centro de educação física e desportos da UFSM.

Com isso, estes currículos elevaram os mesmos problemas elencados pelas diretrizes curriculares nacionais já levantados neste trabalho. Uma coisa clara a se pontuar, foi a consolidação da falsa dicotomia entre as ciências naturais e exatas e as ciências sociais e humanas que se deram pela fragmentação do conhecimento.

Segundo Souza *et all*, 2014, o curso de bacharelado possui 33 disciplinas dentro do campo das ciências naturais e exatas, enquanto a licenciatura possui 22. Já as disciplinas do

campo das ciências sociais e humanas são 10 no bacharelado e 16 na licenciatura. Disciplinas para estágios e práticas curriculares são 6 na licenciatura e 11 no bacharelado.

A primeira diz respeito a uma divisão ainda mais acentuada dos conhecimentos das Ciências Sociais e das Ciências Naturais, com estes polarizados no Bacharelado e aqueles na Licenciatura. Conforme já exposto, no currículo de 1990 ocorreram avanços no que se refere ao uso dos conhecimentos das Ciências Sociais para lidar com os conteúdos de ensino da Educação Física. Já nos currículos vigentes, além de não avançarem para uma articulação entre as ciências, há retrocesso pelo fato de que, ao dividir ainda mais a grade, limita-se o conhecimento das Ciências Sociais à Licenciatura e o das Ciências Naturais ao Bacharelado (SOUZA *et all*, 2014, p. 182).

Fica claro então que, o bacharelado volta-se mais a conhecimentos técnico instrumentais voltados para o fazer do mercado de trabalho, com uma grande carga horária de estágios e práticas curriculares. Já a Licenciatura volta-se mais para pensar o ato pedagógico e a escola. Logo “a formação em Educação Física no CEFD retrocede na história e divide a área segundo concepções da década de 60, ou seja, coloca o saber científico e a prática pedagógica em polos distintos” (SOUZA *et all*, 2014, p. 183).

Porém, dois cursos que procuram tanto se diferenciar, segundo Souza *et all*, 2014, possuem 24 disciplinas em comum. Como a prática é o critério da verdade, mais uma vez demonstra-se que não há como diferenciar licenciatura de bacharelado, pois, como já afirmado, independente da área de atuação iremos lidar com a prática pedagógica, sendo a educação física uma área do conhecimento regada por todas as ciências mães, não sendo ela em si uma ciência.

Com isso, as críticas que eram feitas ao currículo de 1990, com razão em parte, se repete. Onde o antigo currículo formava para tudo e ao mesmo tempo para nada, hoje temos dois cursos que formam para áreas específicas (licenciatura escola e bacharelado área não escolar) e continuam, ao mesmo tempo, não formando para nada. Apesar de não negar avanços na atenção que os professores egressos darão para a escola, faltam conhecimentos específicos da educação física, principalmente na área das ciências naturais e exatas, que dão base científica sólida para uma boa atuação enquanto professores na escola, e ao bacharelado conhecimentos das ciências sociais e humanas que também podem dar esta base sólida para a atuação enquanto professores fora da escola.

No decorrer do tempo, a falta de identidade na educação física e as contradições do currículo foram se acirrando, colocando estudantes em movimento. Isto, combinando com o

fato da reforma universitária estar sendo posta em curso de forma mais enfática principalmente com o REUNI. No ano de 2006 o Diretório Acadêmico é reaberto e o movimento como um todo passa a andar mais rápido. Com isso, podemos analisar a decorrência das lutas estudantis a partir de 2006 com a implementação da reforma universitária e a tentativa da formação unificada.

2.4.2 A (contra)Reforma Universitária no CEFD e a luta pela Licenciatura plena de caráter ampliado

No ano de 2006, estudantes e organizam e reabrem o DACEFD/UFSM⁷⁷ e, a partir disso, começam a realizar debates inexistentes, até então no CEFD, como, por exemplo, regulamentação da profissão, diretrizes curriculares, formação, dentre outros. No ano de 2007 começam a participar de forma mais orgânica dos encontros organizados pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física e incorporam e fundamentam ainda mais os debates. Neste mesmo ano, organizam a semana acadêmica com o tema “Difícil é romper as amarras: a educação física lutando por sua essência” onde, iniciou-se, de forma mais aprofundada, o debate sobre o que é educação física, a formação inicial de professores e a regulamentação da profissão da área.

No ano de 2007, intensificam-se as lutas a nível nacional em resistência a implementação do REUNI nas universidades federais. Em Santa Maria, segundo Roque, 2013, esta implementação se deu de forma truculenta utilizando-se inclusive da força da polícia federal.

O projeto Universidade Nova/ REUNI é um ajuste na tática governamental. [...]O Decreto 6.096/2007 a primeira vista permite um amplo grau de liberdade para instituições, afirmando que as universidades são livres para aderir ou não ao projeto (mas sem aderir não receberão os magros recursos). Em todo processo foi muito difundida a ideia de que a proposta nasceu da livre elaboração das universidades federais, em especial da UFBA e UnB, inspiradas em Anísio Teixeira, situação que não se situação, como visto anteriormente (LEHER, 2011, s/p.).

Por vivência do autor que os escreve, as portas da reitoria foram trancadas, tendo agentes da política federal em todos os acessos ao prédio. Junto a isso, baixou-se um interdito

⁷⁷ Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM.

proibitório onde colocava que as entidades não poderiam se manifestar no período de implementação do Projeto REUNI na UFSM, caso contrário, estariam sujeitas a multas. Por esta mesma experiência deste autor, o CEFD/UFSM debateu, por pressão estudantil, se aderiria o projeto. Em um determinado dia deste ano, todos os alunos, professores, e funcionários⁷⁸, onde lotaram o ginásio e discutiram a temática. Por fim, o CEFD decidiu não aderir ao projeto, porém, a UFSM aderindo, isso influenciou todos os centros.

Vamos sair um pouco da ordem cronológica de nossa análise para apontar um pouco desta afirmação no CEFD/UFSM. A lógica expansionista do REUNI, acaba permeando todos os centros, pois, por mais que não venham a aderir o programa, tem que sofrer com a superlotação de alunos na universidade e sobrecarregar os professores já existentes. Se fizermos um diagnóstico do CEFD hoje, veremos que, a partir do ano de 2009 teve um aumento na oferta de vagas, 6 para cada curso, totalizando 12 vagas, em 4 anos, essas novas vagas proporcionaram um aumento de 48 alunos. Em 2007 o centro possuía um total de 471 alunos⁷⁹, já em 2013 totalizou 538⁸⁰, referindo-se a graduação. Concomitante a isso, já se ministravam duas linhas do curso de especialização⁸¹, onde em 2007 haviam 80 alunos matriculados, em 2009 havia 121. Em 2011, foi aberta mais uma Especialização em Pesquisa em Movimento Humano, Sociedade e Cultura, em 2012 foi reaberto o curso de mestrado. Em 2013 cria-se o curso de Licenciatura em Dança com 15 vagas anuais e também a criação do curso de Especialização em Educação Física infantil e séries iniciais na modalidade EAD. Analisando a partir do segundo semestre de 2013, há um número de 178 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação do Centro. Isso totaliza 731 alunos matriculados, sendo 642 presenciais. Em 2007 totalizavam 551. No quadro de professores contratados, houve um aumento de 4⁸², e funcionários técnicos administrativos 7⁸³. Vê-se aí a criação de 4 cursos⁸⁴ e a ampliação de vagas, sem aumento do espaço físico⁸⁵, apenas reformas, e contratação pífia de professores e funcionários.⁸⁶

⁷⁸ Claro que a participação dos três segmentos se deu de forma individual e voluntária.

⁷⁹ Baseando-se pelo total de matrículas realizadas no primeiro semestre do referido ano.

⁸⁰ Baseando-se pelo total de matrículas realizadas no primeiro semestre do referido ano.

⁸¹ Especializações em Educação Física Escolar e em Atividade Física, Desempenho motor e saúde.

⁸² 26 docentes em 2007, 30 em 2013.

⁸³ 15 técnicos administrativos em 2007 e 22 em 2013.

⁸⁴ Sendo o mestrado dividido em duas linhas.

⁸⁵ Não se constata ampliação do espaço físico do centro no período de 2008 (ano que iniciou o REUNI na UFSM) e 2014. Foram apenas reformas.

⁸⁶ Dados extraídos de folders da PROPLAN/UFSM 2007, 2009 e 2011, Indicadores UFSM 2013 e http://www.coperves.ufsm.br/concursos/vestibular_2013/arquivos/vestibular_2013_guia_de_cursos.pdf acessado em 25/08/2014.

Voltando a ordem cronológica dos fatos. Em 2008 se acirra o debate sobre a formação, o mesmo grupo de estudantes, com adendos durante o processo, continuavam a participar dos encontros da ExNEEF e a fomentar os debates no CEFD. Neste ano, foi realizada a semana acadêmica com o tema “Educação física fragmentada e a profissão regulamentada: Contra essa farsa, por uma formação ampliada”, contando com presença do Vice presidente do CONFED na época e professores históricos que contribuem para o debate na área, como por exemplo Celi Taffarel. Neste ano, os estudantes travavam muitas lutas mesmo enfrentando muita resistência de setores conservadores da área no centro. Algumas lutas se articulavam com a resistência à implementação da atual reforma universitária, desde debates quanto ao SINAES/ENADE, até as fundações estatais de direito privado, Lei de inovação tecnológica e Parcerias públicos privadas. No CEFD, estas três últimas políticas estão representada pela ADUFMSM⁸⁷, que se utiliza da estrutura física da universidade e cobra taxas para o uso das mesmas, e em fomentos a pesquisa. Segundo Roque, 2013, “tais medidas representam um ataque frontal tanto ao conceito de público ao abrir espaço pra iniciativa privada se inserir na universidade, quanto à noção de autonomia universitária” (p.16). Isto, segundo Roque, 2013, casa-se com o interesse do Banco mundial em mobilizar mais investimentos da iniciativa privada para as instituições públicas de ensino superior.

Dessa forma, conseguem abrir espaço para que empresas privadas se insiram no espaço universitário, direcionando o que deve ser a pesquisa/extensão (comprometendo assim a função social da instituição) e ainda podendo se utilizar de cobrança de taxas de gerenciamento do espaço e atividades públicas, exemplo da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC) na UFSM e Associação Desportiva da Universidade Federal de Santa Maria (ADUFMSM) no CEFD. Dessa forma, rompe-se o limiar que ainda diferenciava publico e privado, algo que podemos também constatar atualmente na Empresa brasileira de serviços hospitalares (EBSERH), proposta do governo em vias de aprovação que visa criar uma empresa de cunho público-privado para gerenciar os hospitais universitários. (ROQUE, 2013, p.17)

Mas foi no ano de 2009 que a resistência a essas políticas educacionais começam a se aprofundar ainda mais. Se for analisar, os estudantes que entraram estavam quase no término de seus cursos. As contradições e a falta de conhecimentos necessários para se avançar na construção da educação física foram ficando evidentes.

⁸⁷ Associação Desportiva da Universidade Federal de Santa Maria.

No CEFD, a disputa de projetos de formação se dará de modo mais intenso entre os anos 2009 a 2012. É a partir da realização do XV EREEF, construído em Santa Maria com o tema “Formação em Educação física: fechado para balanço” que os estudantes do CEFD junto ao DACEFD conseguirão aprofundar a crítica aos diversos problemas existentes no currículo. Nesse mesmo ano, cerca de 80 estudantes ocuparão o Conselho de centro, reivindicando que o debate fosse feito. (ROQUE, 2013, p.10)

Entre os dias 30 de abril e 3 de maio, o DACEFD, junto a EXNEEF, organizaram o Encontro Regional de Estudantes de Educação Física com a temática “Formação em educação física: Fechado para Balanço”. Este encontro deu muitos fundamentos para que fundamentasse a luta dos estudantes, e assim deram encaminhamentos às lutas estudantis pela formação unificada e ampliada. Como não há documentos, a data não é precisa, porém, após esse encontro segundo DACEFD, 2012, cerca de 80 estudantes ocuparam um determinado conselho de centro e exigiram que o CEFD paralisasse para fazer discussões acerca do currículo.

Com o embate e mobilização estudantil, tem-se em 2009 a ocupação do Conselho de Centro por cerca de 80 estudantes, exigindo a paralisação do CEFD por 3 dias afim de que a formação em educação física fosse debatida. A partir desse processo de debates e de nova mobilização, é aprovado no centro algo único em sua história: a criação de uma comissão paritária, com quatro representantes de cada segmento (docente, estudantil e técnico-administrativo) para a construção de um currículo único, baseado na Licenciatura Plena de caráter Ampliado, proposta construída e referenciada na bandeira histórica de luta do Movimento Estudantil de Educação Física, a Licenciatura Ampliada. (DACEFD, 2012, s/p.)

Durante os dias 21, 22 e 25 de maio de 2009, o CEFD/UFSM foi paralisado com suas aulas, e algumas atividades para que os três segmentos da comunidade acadêmica do centro discutissem e formassem políticas de formação para os cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado. No primeiro dia tiveram mesas de debates com palestrantes que trouxeram contribuições e esclarecimentos no que tange a legislação, mais especificamente com relação às diretrizes curriculares para o curso de educação física, para que se deve construir um Projeto Pedagógico de Curso, e em que pilares ele deve estar fundamentado.

No segundo dia ocorreram debates que trataram da precarização da formação e do trabalho para o qual os cursos de Licenciatura/Bacharelado vêm contribuindo, no âmbito da formação e da atuação profissional. Ficou Explícito que a questão da divisão do currículo em licenciatura e bacharelado é a precarização do trabalho, e dessa forma, as diretrizes

curriculares contribuem para a fragmentação do conhecimento que compõe a prática pedagógica da educação física em ambientes escolares e não escolares, servindo assim, à reserva de mercado tão almejada pelo sistema CONFEF/CREF. No período da tarde, houve plenárias de cada segmento para discutir um posicionamento a respeito do que havia sido tratado nos debates, e possivelmente tirar encaminhamentos.

No último dia, no período da manhã houve a mesa de debates sobre os elementos da organização de um Currículo de Licenciatura Plena⁸⁸. No período da tarde estava a última plenária deliberou com todos os segmentos a construção de um curso único de Licenciatura Plena de Caráter Ampliado que não era a junção dos cursos existentes, muito menos a volta do currículo da década de 90, e por fim, decidiram que a forma de construção desse projeto seria com uma comissão paritária^{89,90}.

Após isso, no dia 8 de junho de 2009, ocorreu o conselho de centro que legitimou as deliberações da plenária do dia 25 de maio de 2009⁹¹, nomeando assim a comissão pela portaria nº100/2009⁹². Contudo, o que veio a seguir não foi um caminho calmo a ser percorrido.

Tem-se a partir disso, um longo processo de construção, embates e tentativas de deturpação do encaminhamento feito pelo centro, sendo encabeçadas principalmente pela direção do CEFD. Diversas tentativas de golpe foram vivenciadas pela Comissão de Reestruturação ao longo desses quatro anos, desde convocação de reuniões gerais para destituição da Comissão, afirmativas da falta de legitimidade da mesma e, mais recentemente, a deslegitimação na prática dessa instância: desrespeitando o encaminhamento dado pela comunidade acadêmica do CEFD, a coordenação do curso junto ao departamento de Métodos e Técnicas Desportivas (DMTD) e aos técnicos administrativos se retiraram do processo, se negando à construção coletiva desse novo currículo. (DACEFD, 2012, s/p.)

Como vimos, os estudantes afirmam em 2012 que houve inúmeras tentativas de golpe para que o processo não fosse para frente. Um grande exemplo foi a chamada pública que a comissão de reestruturação curricular teve que fazer no ano de 2009 para que a direção cumprisse com as deliberações e acatasse os pedidos de reuniões pedidos pela mesma.

⁸⁸ Proposta minimamente apresentada em partes anteriores deste trabalho.

⁸⁹ Cada segmento teria o mesmo número de cargos na comissão.

⁹⁰ Toda a história desses três dias foi retirada do “**documento final de plenária de professores, funcionários e estudantes de centro de educação física e desportos da universidade federal de santa maria.**” Do dia 01 de Junho de 2009 que encaminhado ao diretor do centro para apreciação no conselho de centro do dia 8 de junho de 2009.

⁹¹ Neste caso, não tive acesso à ata, pelo motivo de não ter sido achada.

⁹² Não tive acesso a esta portaria pelo motivo de não ter sido achada.

Realizado a primeira parte do trabalho, expressa em um documento, a Comissão encaminhou o mesmo a todos os professores do CEFD, como também, à Direção do CEFD, em 23/11 solicitando, à esta, a emissão de uma Convocação aos professores do CEFD, com o fim de realizar uma Reunião Geral para dar encaminhamento aos próximos momentos do processo. Desde então, várias datas foram sugeridas para a direção, como exemplos, dias 27/11, 04/12 e recentemente 16/12, sendo que em relação à última data já havia, inclusive, horário informalmente estabelecido, conforme memorando datado em 02/12 e assinado pelo Vice-diretor. Porém, para surpresa de todos que estavam acompanhando o processo e especificamente da Comissão, tivemos a notícia, de maneira informal, no dia 15/12 no período da manhã, através dos representantes do Diretório Acadêmico, que a Direção do CEFD se negava a emitir a referida Convocação. (COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, portaria nº100/2009, 2009, s/p.)

E continua a chamada afirmando que a direção faltou com sua função administrativa:

Assim, diante do exposto, entendemos que a Direção do CEFD faltou com a sua função administrativa, quando não cumpriu com o seu papel de facilitar, articular e coordenar um processo que envolve toda a comunidade acadêmica do CEFD, ao contrário, usou de sua posição de poder para impedir o andamento do processo; Desconsiderou o trabalho elaborado pela Comissão que envolveu pesquisa, reflexão e tempo de dedicação; Faltou com respeito à Comissão, quando desconsiderou a solicitação, como também, na maneira como informou a sua posição; Se omitiu do debate sobre uma questão que está em pauta em nível nacional na área da Educação Física, ignorando a posição pedagógica de que pensar currículo e formação é pensar a própria função sócio-educativa da área. (COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, portaria nº100/2009, 2009, s/p.)

Com isso, no ano de 2012 os estudantes se retiram da comissão, não cabe aqui analisar os motivos, ou se foi um erro ou acerto tático, pois o enfoque do trabalho é ver o que influenciou na formação inicial de professores de educação física as políticas públicas educacionais no CEFD e quem foram seus atores sociais. Porém, pontuando, segundo Roque, 2013, a “Comissão de reestruturação curricular e a possibilidade de construção de novo currículo, que inicialmente foram vitórias do movimento, deixaram de ser algo tático e se tornou um fim em si mesmo” (p.20).

Com toda esta correlação de forças⁹³, o currículo de licenciatura plena de caráter ampliado, ainda não está em curso na UFSM. Um retrocesso, pensando que o CEFD/UFSM, desde os processos a nível nacional das DCN's nas IES⁹⁴, foi o primeiro a fazer esse amplo debate e a deliberar pela reunificação apontando para um curso de Licenciatura com caráter ampliado, sendo ponta de lança nesse aspecto.

⁹³ Que ficou comprometida a análise por falta de mais documentos para compreender todo o processo.

⁹⁴ Instituições de Ensino Superior.

Assim, ainda estão em voga dois currículos Licenciatura/Bacharelado pautados pela pedagogia das competências. Esta pedagogia se articula com outras políticas educacionais da atual reforma universitária, entre elas o SINAES. Segundo Roque, 2013, é um sistema de avaliação institucional meritocrático e punitivo⁹⁵ que serve para, além de outras coisas, garantir a implementação das políticas educacionais impostas pelo atual governo em aliança ao Banco Mundial. Para Taffarel, 2009, este sistema se encaixa direitinho na proposição das atuais diretrizes curriculares que regem os cursos de Educação Física por adentrarem na lógica individualista.

Neste sentido, na proposta de diretrizes para a formação de professores de educação física tanto na licenciatura como no denominado Curso de Graduação a noção de competência vem articulada com a formação individualista por uma lado e por outro com a avaliação que se realiza durante o curso através do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do ENADE – Exame Nacional de desempenho do Estudante e através de um sistema federativo de certificação de competências onde todos, não importa onde os professores se formem, todos deverão passar por um processo de certificação de competências para poder exercer a profissão. Soma-se a isto o controle ideológico do Sistema CREF/CONFED onde o exercício profissional é controlado, mais uma vez, por um aparelho ideológico violento do Estado como é o Sistema dos Conselhos Profissionais. (TAFFAREL, 2009, s/p.)

Combinado a isso, potencializasse a gestão antidemocrática da Universidade. Segundo Roque, 2013, esta política vem combinada com a criação dos núcleos docentes estruturantes⁹⁶ pela CONAES⁹⁷. Estes núcleos preveem docentes que ficarão responsáveis pelas reestruturações curriculares dos cursos de graduação de suas respectivas áreas. Com isso, retrocede ainda mais na questão democrática, pois desde a ditadura militar há o molde de 70% das vagas em órgãos deliberativos para professores, 15% para funcionários e 15% para discentes, e com isso as comissões passam a ser restritas a professores, retirando assim o papel de sujeitos no processo formativo para os estudantes.

Com isso, vemos por parte de professores adeptos à ordem do capital, garantirem, a partir de seus interesses, a implementação das políticas públicas educacionais no CEFD, e o setor de resistência, principalmente estudantil, propondo e lutando por uma universidade pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada. Fica clara a reprodução da estrutura hierárquica do Estado no CEFD/UFSM, bem como a manifestação da luta de classes com

⁹⁵ Já pontuamos anteriormente o papel do SINAES/ENADE.

⁹⁶ RESOLUÇÃO 01/2010 – CONAES.

⁹⁷ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

disputa de projetos antagônicos de Universidade e de formação humana. Assim, vê-se hoje a implementação do REUNI, da lei de inovação tecnológica e das fundações estatais de direito privado, o SINAES garantindo estas políticas, e as diretrizes curriculares aprofundando a lógica destrutiva de formação inicial de professores em educação física no CEFD/UFSM.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última parte do trabalho, apontam-se pensamentos antagônicos. Por um lado, a análise de que há um caos instaurado no centro de Educação Física e Desportos da UFSM. Um exemplo concreto foi pela vivência deste trabalho, quando solicitou os documentos necessários para a pesquisa e não foi possível adquiri-los, pois não foram encontrados pela secretaria do curso. Atas, portarias, dentre outros documentos que deveriam estar de fácil acesso, pois dizem respeito à história e a vida do Centro de Educação Física, e por tratarem de documentos públicos, são de direito ao acesso para todos. Com isso, a análise deste trabalho ficou prejudicada, deixando a desejar em alguns pontos e não atingindo objetivos por não responder muitas perguntas necessárias no processo desta pesquisa, principalmente no que diz respeito aos processos de reestruturação curricular. Porém, foi possível minimamente alcançar o objetivo geral.

Por outro lado, a esperança da construção de projetos alternativos aos que existem, como o currículo construído pela comissão nomeada pela portaria nº100/2009 baseado na proposta de Licenciatura Ampliada. Assim, tentarei responder a pergunta “quais são e para que servem as políticas públicas no processo de formação de professores em Educação Física no CEFD/UFSM e quem foram os atores sociais envolvidos nesses processos?” Que nada mais é o objetivo do trabalho em questão.

Após toda análise feita, podemos apontar dois pontos. O primeiro, diz respeito à reforma universitária e suas políticas mais gerais, principalmente na figura do REUNI que instaurou uma nova lógica expansionista e de precarização das IFES⁹⁸. Em segundo ponto, as políticas específicas desta reforma, no que diz respeito principalmente às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Sobre os atores sociais, em nível nacional, já apontei em estudo anterior os mesmos, começando pelo Banco Mundial e a ONG ORUS:

Como vimos os Estados para se tornarem dependentes da classe dominante criam dívidas. Então o Banco mundial impõe suas políticas de reestruturação produtiva para o Brasil, e no ensino superior está a Reforma Universitária que abarca as Diretrizes Curriculares Nacionais. A lógica de formação foi formulada pela ONG francesa ORUS. (FUCHS, 2013, p.63)

⁹⁸ Instituições Federais de Ensino Superior.

Após isso, os governos Lula/Dilma/PT:

Os governos FHC/PSDB e Lula/Dilma/PT foram essenciais para a o sucesso dessa política. Os mesmos foram financiados em suas campanhas eleitorais e mantidos no poder pela burguesia. Assim, entrelaçaram suas mãos junto à classe dominante para continuar a lógica do capital no país. Os governos petistas tiveram mais sucesso nessas políticas, já que tinha grande inserção nas camadas sociais da classe trabalhadora, cooptou entidades da classe e trocou a luta pelos governos que viria a fazer em nível municipal, estadual e federal. (FUCHS, 2013, p.63)

Os governos do PT, partido oriundo das lutas sociais, com forte enraizamento nas camadas populares e em diversas categorias da classe trabalhadora, passou por um forte processo de guinada, abandonando as bandeiras de luta dos trabalhadores trocando pelos interesses de ocupar o Estado a qualquer custo, acabando por se aliar ao Capital. Dentro disso, acatou a agenda neoliberal e a cartilha do Banco Mundial, inclusive para a Educação. Agiu como agente crucial para implementação em doses homeopáticas das políticas educacionais impostas pelos organismos internacionais. Bem como usufrui dos índices oriundos dessas políticas para se manter no poder. Politicamente, é um agente que garante os interesses econômicos e ideológicos do capital no Brasil aliando-se ao capital internacional.

“Na Educação Física teve forte pressão do CONFEF para aprovação das diretrizes, e que conseguiu juntamente ao CNE e ao CBCE” (FUCHS, 2013, p.64). Porém, todas estas políticas, das mais gerais as mais específicas, sempre houve resistência contra hegemônica dos movimentos docentes representados pelo ANDES, dos técnicos administrativos, representados pela FASUBRA e dos estudantes no movimento estudantil representados pelas mais diversas entidades de luta, mais especificamente no movimento estudantil de educação física a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.

E isto não pôde ser diferente no CEFD. Podemos ver o CONFEF conseguindo se infiltrar no interior da estrutura do CEFD/UFSM pela figura de um docente que articulou, a partir de interesses particulares de outros professores, um setor reacionário que conseguiu implementar e manter a política hegemônica de formação de professores em educação física na lógica do mercado e dos interesses corporativos do sistema CONFEF/CREF's. E pela estrutura hierárquica do centro e sua articulação com a reitoria, tornam-se as direções representantes das políticas impostas a nível nacional, muitas vezes de forma truculenta e anti democrática.

Logo, o que isto influenciou na formação inicial de professores em Educação Física? Primeiramente a implementação das diretrizes curriculares no CEFD/UFSM criou dois currículos Licenciatura e Bacharelado, onde o primeiro, de 2005, foi fundamentado por uma má interpretação da legislação vigente, como relatamos anteriormente, e o bacharelado também criado por influências dessa interpretação equivocada.

Segundamente, no campo do conhecimento, vimos uma dicotomia entre teoria e prática, em primeira via por se tratarem de currículos que não se fundamentam na realidade da Região Central do RS, e em segunda uma estrutura idealista de se tratar o conhecimento, pois parte de questões teóricas ideais para se pensar a prática pedagógica, porém, não tem vínculo com as problemáticas cotidianas da realidade concreta. As disciplinas são organizadas de forma vertical e desarticuladas em forma de “currículos de gavetinhas”⁹⁹, potencializando a lógica pós moderna da pedagogia das competências impregnadas nos dois currículos. A pedagogia do “aprender a aprender” faz com que, segundo Duarte, 2008, a concepção educacional adotada seja para a adaptabilidade dos seres às novas demandas do capital, e, segundo Saviani, 2011, a escola é compreendida como um espaço para que a criança aprenda a aprender e a se adaptar, colocando o professor como mero observador deste processo. Neste caso, na Educação Física, os professores, seja na área escolar ou não, serão formados a uma prática pedagógica acrítica voltada aos interesses da formação deste novo trabalhador.

Outra questão sobre o conhecimento é a dicotomia entre Ciências Sociais e humanas e Ciências Naturais e exatas. Já afirmamos neste trabalho nossa concepção de Educação Física como uma área do conhecimento banhada pelas ciências mães. Com isso, tratar as ciências de forma articulada na formação inicial de professores é crucial, porém, o que ocorre segundo Souza *et all*, 2014, é:

Percebemos que a atual formação não proporciona a apropriação dos conhecimentos na totalidade da área, e, com isso, vemos na concreticidade as grandes limitações e retrocessos que esta divisão proporcionou para a formação no CEFD. Negam-se conhecimentos aos dois cursos na tentativa de criar distinção entre eles. (p.184)

Isto faz com que se formem professores incompletos, que não tem apropriação da totalidade da área e potencializa uma crise de identidade na área. Assim, atende as demandas de mercado e potencializam a precarização da área de trabalho, onde vemos um curso de

⁹⁹ Termo coloquial utilizado para caracterizar currículos que tem disciplinas que não dialogam entre si, onde vê-se as partes e não o todo.

bacharelado voltado extremamente a uma lógica técnico-instrumental e uma licenciatura voltada ao professor da era do “aprender a aprender”. Então, estes currículos, mesmo fragmentados, conseguem formar trabalhadores acríticos, polivalentes e flexíveis que consigam se adaptar às novas demandas do mercado da área, caracterizados muito bem no currículo do bacharelado como “novas formas de se fazer a educação física” para as demandas de novas “clientelas” potencializando o individualismo e a lógica da empregabilidade, principalmente na área informal.

Outro ponto a ser colocado quanto às influências das políticas públicas educacionais na formação inicial de professores em Educação Física é a Reforma Universitária, principalmente na lógica expansionista e de precarização das IFE’s pelo REUNI. No CEFD conseguimos perceber inúmeros cursos do âmbito da pós-graduação e da graduação serem abertos com pouquíssimo investimento em estrutura física e de material humano para dar conta de uma formação inicial de qualidade. Isto torna a formação da força de trabalho mais barata, e assim, potencializa-se também a precarização do trabalho na área com condições de trabalho precárias e salários que oscilam com as demandas do mercado. Além disso, vem contribuindo para o sucateamento das IFE’s que edifica ainda mais a lógica de privatização do ensino superior Brasileiro. Um dos grandes exemplos colocados neste trabalho foi a lei de inovação tecnológica e as fundações estatais de direito privado, no CEFD representado pela ADUFSM.

Resumindo, estas políticas públicas educacionais edificam no CEFD/UFMSM uma formação mais precária voltada às demandas de mercado e em um patamar ideológico elevam-se concepções pós-modernas de pedagogias das competências, potencializando assim a lógica da empregabilidade resultando em um professor de educação física fragmentado, sem identidade com sua área, polivalente, flexível, precarizado, acrítico e que não consegue pensar projetos educacionais e de sociedade para além das especificidades de problemáticas do agora, traçando uma prática que nega a história.

Por isso, a luta dos movimentos sociais da educação no embate aos projetos impostos pelo capital representados por seus atores sociais é crucial. Uma proposição de universidade que se pautar realmente por uma gestão democrática e que garanta a construção pela classe trabalhadora é de extrema importância para que se avance em mudanças estruturais futuras pela “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2011). E o CEFD/UFMSM tem um papel crucial, pois, para além da crítica, construiu um projeto de formação contra hegemônico que

servirá de ferramentas para que possamos avançar e superar a lógica destrutiva vigente. A grande contribuição deste trabalho para a área fica na reafirmação da necessidade da luta pela Licenciatura Ampliada, combinada a luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada, junto à luta pela transformação radical da sociedade vigente.

Por fim, reconhecendo os limites já apontados desse trabalho e as inúmeras respostas que, porventura, não puderam ser respondidas, elevam-se novos questionamentos. Como de fato se deu os processos de reestruturação curricular do CEFD/UFSM? Concretamente, quem foram os atores sociais desses processos? Em que locais do centro de educação física eles estão representados? Como está situado o CEFD hoje, após cinco anos de deliberação pela licenciatura plena de caráter ampliado? Quais os motivos que não deixaram este novo currículo ser posto em prática? Estas são perguntas a serem respondidas por uma pesquisa futura. Mas fica claro aqui que o CEFD/UFSM implementou e continua a implementar as políticas públicas educacionais traçadas por Banco Mundial, Governos PT, CONFEF e todos seus aliados. Contudo, se o presente dos lutadores e lutadoras da área continuar sendo de luta, o futuro não mais pertencerá aos poderosos, e sim, a todos nós membros da classe trabalhadora.

4 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBORNOZ, S.; **O que é o trabalho.** – São Paulo, SP: Editora Brasiliense S.A., 1986.

ANTUNES, R.; **Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil.** - Revista Ideias, 9(2)/10(1):13-24, Campinas, SP, 2003.

_____. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho.--2^a.** ED. 10. reimp. rev. e ampl.-- São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho.**—15. ed.—São Paulo: Cortez, 2011.

BOTTOMORE, T. (org.); **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro, RJ. Editora: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL, 2009. **Chamada pública à direção do CEFD.** Comissão de Reestruturação Curricular, portaria n° 100/2009, CEFD/UFMS.

_____, 2012. **Nota de saída dos estudantes da comissão de reestruturação curricular.** DACEFD/UFMS.

_____, 1987. **Resolução CFE n° 3/1987.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

_____,1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

_____, 2002. **Resolução CNE/CP 01/2002.** Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de formação de professores para a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____, 2004. **Resolução CES/CNE 07/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

_____, 2009. **RESOLUÇÃO CNE/CES 04/09**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

_____, 2010. **Referenciais curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

_____, LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9394/96. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de Dezembro de 1996.

_____. Rio Grande do Sul. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Educação Física Bacharelado**. UFSM, 2006.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura**. UFSM, 2005.

BRASIL; O Programa REUNI na UFSM. - Universidade Federal de Santa Maria- 2013.

BRITO, A.; **O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas**. Revista Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XI – N°26 – Fev. 2002.

CHAUÍ, M.; **A universidade pública sob nova perspectiva**. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> Acesso em: 10/02/2014.

COIMBRA, T.; **O reordenamento no mundo do trabalho e a precarização do trabalho do professor de educação física: mediações da mercadorização da cultura corporal**. -- Programa de pós-graduação em educação, UFF, 2009.

DE CARVALHO, E.; **A crise estrutural do capital segundo o autor húngaro István Mészáros e seus reflexos na educação**., 2009. Disponível em: <<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume2/Elaci.pdf>> Acesso em:14/02/2014.

DE MELO, M.; **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje.** Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social - UFRJ, 2011.

DE PAULA, M.; **A influência das concepções alemã e francesa sobre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações.** In: Reunião Anual ANPED, 25. Caxambu 29 de Set- 2 de Out. 2002.

DE SOUZA, J. & DUTRA, G.; **A educação física é uma só! O embate pela licenciatura ampliada.** In: Caderno de Debates ExNEEF XIII, 2011.

DIAS, F.; **A fragmentação da formação de professores de educação física: Minimização da formação sob a ordem do capital.** Programa de Pós-graduação em Educação - Linha Trabalho e Educação- UFSC, 2011.

DUARTE, N.; **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação.** – I. ed., I. reimpressão – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUTRA, G.; **Atualidade do debate sobre a formação unificada na Educação Física: Um balanço da correlação de forças na área.** - Monografia da Especialização em metodologia do ensino e da pesquisa em educação física, esporte e lazer. -FACED/UFBA. 2011.

_____. **O embate do MEEF em defesa da licenciatura ampliada: Unificar para avançar.** -- in: Caderno de Debates ExNEEF volume XII, 2010.

ENGELS, F.; **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.**, 1884 Disponível em:
<<http://www.intersindical.inf.br/livros/A%20Origem%20da%20Familia,%20da%20Propriedade%20Privada%20e%20do%20Estado.pdf>> acesso em: 07/01/2014

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** – São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermann, 2004.

_____. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: Antunes, R. (org.) A dialética do Trabalho. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ExNEEF.; **Cartilha de subsídio aos debates da campanha nacional pela revogação das atuais diretrizes curriculares nacionais para a formação em educação física.** – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, 2010.

FATORELLI, Maria Lúcia.; **Caderno de Estudos - A dívida Pública em Debate/** Maria Lucia Fatorelli. Brasília, 2012.

FRIGOTTO, G., *et all*; **A Política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico controvertido.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, 2005.

FUCHS, M.; **As políticas públicas educacionais e a formação de professores em Educação Física: O que e quem nos determina?-** Monografia de graduação, 70 p. - Universidade Federal de Santa Maria - CEFD/UFSM, 2013.

_____. BRASIL, V. **Educação e crise, uma relação (des)humanizadora.** In: Caderno de debates ExNEEF n° XII, 2010.

_____. **Universidade: Caminhos para o Socialismo ou para a Barbárie.** In: Caderno de debates ExNEEF n° XIII, 2011

GAMBOA, S.S.; **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** - - Chapecó: Argos, 2007.

GRAMSCI, A.; **Gramsci- Poder, Política e partido.,** Emir Sader (org.).—1.ed.— São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KOPNIN, V.; **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro-RJ, Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

KUENZER, A.Z.; **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola.** In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEHER, R. **Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente.** 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/76646742/LEHER-Roberto-Educacao-Superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente>> Acessado em: 18/02/2014

_____. **A Contra-Reforma Universitária de Lula da Silva.** 2006. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/6389830/1505134297/name/leher-reuni.pdf> Acesso em: 18/02/2014.

_____. **Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Revista Outubro, São Paulo, Vol.1, p. 19-30, n.3, 1999.

LENIN, V.; **As três fontes.**---1.ed.—São Paulo, expressão popular, 2008.

_____. **O Estado e a revolução.**---1.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, K.; **Reforma da educação superior do governo lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?** - In: Caderno de debates ExNEEF, n° XV, 2013.

MANDEL, E.; **Teoria Marxista do Estado.** 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>> Acesso em: 09/02/2014.

MARX, K. & ENGELS, F.; **Manifesto do partido comunista.**---1.ed.—São Paulo, expressão Popular, 2008.

MARX, K., **Contribuição à crítica da economia política/** tradução e introdução de Florestan Fernandes.---2.ed.—São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.**---1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl & Engels, Friederich; **A ideologia Alemã.** --1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl.; **O Capital: crítica da economia política: Livro I.-** 26ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I.; **A Educação Para Além do Capital.** São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2005.

_____. **O Século XXI socialismo ou barbárie?** - 1ed. - São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição** - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; **Referenciais curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura.** Brasília, Brasil, 2010.

MORISSAWA, M.; **A história da luta pela terra e o MST.** – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORSCHBACHER, M.; **Reformas curriculares e formação do (novo) trabalhador em educação física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil;** Luiz Fernando Camargo Veronez orientador. – Pelotas : ESEF : UFPel, 2012.

NOVACK, G.; **O desenvolvimento desigual e combinado na história.** – São Paulo: Editora Instituto José de Luis e Rosa Sundermann, 2008.

NOZAKY; H.; **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão.** – Niterói: UFF, 2004.

PERGHER, E.; NISHIMURA, S. **Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais.**—In: Caderno de debates ExNEEF X. 2008.

PINTO, A.; **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.** -- São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007.

PLEKHANOV, G.; **Dialética e Lógica.** Rússia, 1907. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/plekhanov/1907/mes/dialetica.htm>> Acesso em: 06/01/2014.

PORTELA, V.; **As diretrizes curriculares da Educação Física: Uma sistematização inicial do acúmulo do MEEF.** In: Caderno de Debates ExNEEF, Volume XIII, 2011.

ROQUE, C.; **O projeto de licenciatura ampliada em tempos de precarização da universidade: a luta no cefd/ufsm.** – Trabalho de Conclusão de Curso, CEFD/UFS, 23 p. 2013.

SAVIANI, D.; **A nova lei da educação. LDB trajetória, limites e perspectivas.** –4. Ed.— Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade.** – 1. ed. – São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** – 3. Ed. Ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D.; **Pedagogia histórico-crítica.** - 11.ed. - Campinas: Autores associados, 2012.

SGUISSARDI, V.; **A universidade neo-profissional, heterônoma e competitiva.** In: Reunião Anual ANPED, 26., Poços de Caldas, MG, 5-8 de out. 2003.

SILVA, E.L., & MENEZES, E.M.; **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Maristela da Silva; COUTO, Máira Lara; MARIN, Elizara Carolina. **A relação entre as ciências sociais e as ciências naturais na formação em educação física do CEFD/UFSM.** Pensar a Prática, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/21520/16396>>. Acesso em: 20/08/2014.

TAFFAREL, C. *et all.*; **Metodologia do Ensino de Educação Física.** – São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Diretrizes curriculares para a formação de professores de educação física: a imprescindível unidade teórico –metodológica, o trabalho como princípio educativo e, o padrão unitário nacional de qualidade.** – 2009. – Disponível em: <<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=655>>. Acesso em: 21/08/2014.

TORRES, E.N.; **Educação: a natureza do capital que transforma tudo em mercadoria.** - Verinoto, revista on line, n. 11, Ano VI, abr./2010.

TROTSKY, L.; **O imperialismo e a crise da economia mundial: Textos sobre a crise de 1929.** - São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

_____. **Uma oposição pequeno-burguesa no Socialist Worker Party.**, 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/12/15_01.htm> Acesso em: 06/01/2014

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 01 – 14, 15 e 16/05/2003

Aos catorze, quinze e dezesseis dias do mês de maio de dois mil e três, na sala 218 do Prédio da Reitoria – Campus Universitário e no Mini-Auditório do CEFD – reuniu-se a comunidade acadêmica do CEFD para dar continuidade às discussões referentes a elaboração e implantação do projeto político pedagógico do Curso de Educação Física da UFSM. Os trabalhos foram conduzidos pela CEIPPP/RC/CEFD/UFSM, sob a presidência do prof. Wenceslau Leães Filho, nomeado pela Portaria nº 512/02 junto com os membros Prof^ª Marli Hatje, Prof. Darkson Spreckelsen da Cunha, Roque Luiz Moro, Sara Teresinha Corazza, Isabel Cristina Baggio (Representante do Município), Maria Gladis Marramon (Representante da 8ª Coordenadoria de Educação) e a Técnica Administrativa Aldeni Dutra dos Santos. Além da presença dos três primeiros docentes, participaram do encontro dia 14 pela manhã os professores Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Ivana Miotti, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha, José Francisco Silva Dias, Matheus Francisco Saldanha Filho e Michel Grunspan. Estavam presentes também os professores Cláudio Dutra e Glades Felix (CE/ADE) e Ana Luiza Ruschel (CE/MEN), além dos acadêmicos Maria Cristina Schneider e Vilmar José Both. À tarde estiveram presentes os seguintes docentes: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Wenceslau Leães Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha e Matheus Francisco Saldanha Filho, além da acadêmica Mara Cristina Schneider. Iniciados os trabalhos, às 8h30min, a prof^ª Marli Hatje, coordenadora do Curso de Educação Física, informou que este encontro é considerado substitutivo às aulas no CEFD (suspensas nos três dias, com o objetivo de possibilitar a participação de toda comunidade nas discussões); em seguida passou a palavra à prof^ª Cordélia Freitas, da PROGRAD, e as professoras Glades Félix e Ana Luiza Ruschel, do CE, que abriram os trabalhos específicos envolvendo o PPP. A primeira convidada expôs a estrutura e os aspectos básicos que devem constar no PPP do Curso. As docentes do CE expuseram as experiências que estão vivenciando junto aos cursos em que atuam como professoras. Falaram da importância do PPP na organização e estruturação de um novo curso de licenciatura. No final da manhã e início da tarde, a prof^ª Marli, a pedido do presidente da Comissão fez um relato das atividades já realizadas até esta data, pela Comissão, e pela Coordenação do Curso, a contar de maio de 2001. Mencionou que algumas discussões já aconteceram em períodos anteriores, mas que os únicos registros oficiais encontrados estão nas Atas do Colegiado, mesmo assim de forma bastante sucinta e objetiva. Apresentou cronograma de trabalho para os três dias acima mencionados e distribuiu documentos referente as Diretrizes, ao PPP e a Reestruturação Curricular, com o objetivo de sustentar as discussões até sexta-feira, dia 16; entre a documentação estão os elementos fundamentais do PPP e os quesitos a serem considerados à estrutura. Explanou sobre a situação atual das Diretrizes Curriculares da Educação Física. Apresentou a prof^ª Scheila Espíndola Antunes, aluna do curso de Especialização, como a bolsista da Comissão, responsável em organizar o material referente ao PPP e a Reforma Curricular a partir desta data. A prof^ª Marli mencionou que os trabalhos devem estar concluídos em nível de CEFD na data de 11 de julho do corrente, para posteriormente, tramitar junto a PROGRAD/CIAPPP/UFSM e no CEPE; Em seguida destacou que todos os documentos referente as DC existentes foram encaminhados aos Departamentos Didáticos; ao Programa de Pós-Graduação; à Direção e ao Diretório Acadêmico, pela Coordenação do Curso, antes de instituída a CEIPPP/RC, em 2001 e 2002, para que o CEFD fosse discutindo questões relativas ao tema, tão logo tomava conhecimento dos fatos e dos documentos. Todo o material sempre foi encaminhado via Coordenação do Curso e que o mesmo, a partir de hoje estará disponível no xerox do CEFD. Disse que representa o CEFD na ADIESEF-RS, desde 2001, e que por isso está acompanhando as discussões envolvendo as DCs. Após definida e nomeada a CEIPPP/RC foi elaborado e estabelecido cronograma de atividades, em 3 de abril de 2003. Antes, no entanto, algumas discussões já foram realizadas, envolvendo, inclusive, docentes de outros cursos e Centros da UFSM. A prof^ª Marli resgatou os encontros oficiais já realizados: 1) No início do ano passado, a comunidade acadêmica do CEFD foi convidada pela Coordenação do Curso para análise e manifestação sobre Minuta das DC. Este encontro aconteceu na sala de reuniões do CEFD, com a presença dos seguintes docentes: Marli Hatje, Elizara Carolina Marin, Angelita Alice Jaeger e Wenceslau Leães Filho. A síntese das discussões, bem como o

posicionamento do CEFD foi encaminhado à ADIESEF/RS. **2)** em 10 de janeiro de 2003 expuseram a experiência em relação ao PPP os cursos de Enfermagem e Medicina. O encontro aconteceu na sala 3022, do CEFD, com a presença do prof. James , Coordenador do Curso de Medicina da UFSM, da prof^a Jadete, também do Curso de Medicina e da prof^a Carmem, do curso de Enfermagem. Na ocasião estiveram presentes os professores: Wenceslau Leães Filho, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Marli Hatje, Angelita Alice Jaeger; Luciana Erina Palma; Marta de Salles Canfield, Sara Corazza, Wenceslau Leães Filho, Roque Luiz Moro, Deisi Linck e Maria Amélia Roth. **3)** dia 17 de janeiro de 2003, o CEFD convidou a prof^a Maria Arlete Pereira, que participou da Comissão que elaborou o PPP da UFSM para expor questões do PPP. Destacou que o PPP não é um conjunto de disciplinas, mas uma proposta de projeto e que as disciplinas são importantes neste projeto; que a pesquisa é o “ grande alimentador” do ensino; que o ensino, a pesquisa e a extensão devem andar juntos; que o PPP deve levar em conta a história do Curso, que a proposta deve ser regional, local; deve-se trabalhar com um modelo real. Mencionou que hoje a grande dificuldade nos currículos é a fragmentação, pois cada professor seleciona seu conteúdo. Participaram deste encontro os seguintes docentes: Angelita Alice Jaeger, Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Mara Rúbia Antunes, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Fernando Copetti, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Roque Luiz Moro, Silvino Santin, Matheus Francisco Saldanha Filho e Luiz Osório Cruz Portella, além da acadêmica Mara Cristina Schneider. **4)** que na data de 14 de abril de 2003, em reunião geral acontecida no Mini-Auditório do CEFD, a CEIPPP/RC do CEFD expôs toda situação das DC, bem como o trabalho a ser realizado no CEFD a partir desta data. Participaram deste encontro os seguintes professores: **professores** Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Silvino Rodrigues, Sara Teresinha Corazza, Luciana Erina Palma, Carlos Bolli Mota, Angelita Jaeger, Marta de Salles Canfield, Marco Aurélio Acosta, Silvino Santin, Maria Cristina Chimelo Paim, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha, Luiz Osório Cruz Portella, José Francisco Silva Dias, Cyro Knackfuss, Daniela Lopes dos Santos, Fernando Copetti, Júlio, Gertha Corrêa e Glades Félix; os **técnico-administrativos** Alexandre Javorsky, Fátima Fioravante; Mara Cogo, Jeverson Bello, Cergui Prado Lima, Aldeni Pozzobon, João Almeida Ilha, Vilmar Rodrigues Machado e Santo Salles da Silva e os **acadêmicos** Vilmar José Both; Mara Cristina Schneider e Vanderléia Maschio. **5)** No dia 30 de abril de 2003, na sala 3025, os docentes e representantes do DA reuniram-se com os professores Hugo Norberto Krug (CE); Prof^a Isabel Cristina Baggio (Secretaria de Educação do Município) e a prof^a Haydee M.^a da Silveira França de Vargas (8^a Coordenadoria do Estado) com o fim específico de discutir a realidade da Educação Física Escolar em Santa Maria e região. O encontro foi promovido pelo DMTD, como parte integrante das atividades programadas no Cronograma da CEIPPP/RC. Participaram do encontro os seguintes professores: Silvino Santin, Marta de Salles Canfield, Marli Hatje, Angelita Alice Jaeger; Fernando Copetti; Carlos Bolli Mota, Daniela Lopes dos Santos; Marco Aurélio Acosta; Matheus Francisco Saldanha Filho e Juliana Ribeiro. O encontro aconteceu das 13:30 às 15h. Na sequência o Cronograma de Atividades da Comissão previa discussões específicas em nível de Departamentos. No dia 14 de maio à tarde o prof. Marco Aurélio Acosta trabalhou o tema Currículo e o prof. Silvino Santin abordou diferentes concepções à construção de um currículo. As discussões do dia centraram-se nesses temas. Ao final da tarde, a acadêmica Mara Cristina Schneider expôs questões e problemas referentes ao atual currículo, destacando que fizeram pesquisa em salas de aula no sentido de contribuir com as discussões. Os docentes elogiaram a iniciativa do D A.. **No dia 15 de maio** os trabalhos foram retomados às 8h30min na sala 218 da Reitoria. O prof. Matheus comunicou que o Centro de Educação Física e Desportos estava completando 33 anos na data de hoje. Participaram das atividades neste dia, turno da manhã os seguintes professores: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Wenceslau Leães Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha, Haury Temp, Matheus Francisco Saldanha Filho e Mauro Cesar Baldicera. À tarde estiveram presentes: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha e Matheus Saldanha Filho. A prof^a Marta apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram amplamente discutidos junto com a Resolução CNE/CP 1, 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. As discussões também perpassaram o atual currículo e a possibilidade do CEFD ofertar os cursos de Licenciatura e Bacharelado, já que as novas DC da área de Educação Física serão específicas. Todos os presentes mostram-se simpáticos a idéia de oferecer os dois cursos. Por outro lado, manifestaram preocupação quanto a infraestrutura e, principalmente quanto ao reduzido corpo docente e técnico-administrativo do CEFD, para implementar dois cursos. **No dia 16 de maio** reuniram-se novamente os membros da Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM e professores do CEFD/UFSM sob a presidência do Prof. Wenceslau Leães Filho. Estiveram presentes, pela manhã, os seguintes professores Marli Hatje,

Matheus Francisco Saldanha Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha, Fernando Copetti, Daniela Lopes dos Santos, Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Maria Cristina Chimelo Paim, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Silvio Rodrigues, Cyro Knackfuss, Haury Temp e Mauro Cesar Baldicera e o acadêmico Vilmar José Both. À tarde estiveram presentes os seguintes professores: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Silvio Rodrigues, Wenceslau Leães Filho, Cyro Knackfuss, Matheus Francisco Saldanha Filho e Mauro Cesar Baldicera e a acadêmica Mara Cristina Schneider. Iniciando a Sessão o Prof^o Wenceslau passa a palavra à Prof^a. Marli, a qual coloca aos presentes, **Item 01: Definição de grupos de estudos para elaborar propostas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física – Licenciatura Plena do CEFD/UFSM.** Os grupos ficaram assim definidos e com as seguintes funções: **GRUPO 1:** elaborar uma proposta de Introdução e Justificativa ao PPP, constituído pelos professores Matheus, Mara Rúbia, Cyro, Haury e Marli. **GRUPO 2:** elaborar uma proposta a respeito de Bases Fundamentais Científicas e Filosóficas da Educação Física, constituído pelos professores Silvino Santin, Wenceslau e Marco Aurélio. **GRUPO 3:** elaborar propostas a respeito da Missão, Valores e Objetivos do Curso, constituído pelos professores Carlos Bolli, Fernando, Luciana, Juliana e Ivon. **GRUPO 4:** elaborar propostas de Eixos Temáticos e o Perfil do Egresso, constituído pelos professores Sílvio, Marta, Angelita, Daniela, Darkson, Mauro e Maria Cristina. Também ficou estabelecido que os três chefes dos Departamentos do CEFD/UFSM seriam responsáveis para reestruturar as Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs); os professores substitutos pelas Atividades Complementares de Graduação (ACGs); a Prof^a. Marli pelo Estágio Profissionalizante; o Prof. Wenceslau pelas Práticas de Ensino e a Prof^a. Marta pelo Trabalho de Conclusão de Curso. Após essas definições, os grupos reuniram-se em diferentes salas do CEFD/UFSM, para dar início as discussões a respeito dos temas propostos aos mesmos, sendo determinado o retorno em duas horas. Ao final das atividades no turno da manhã, cada grupo apresentou seu trabalho, cujo texto ficou de encaminhar à Comissão do PPP para anexar ao documento que está sendo elaborado coletivamente. Antes de concluir o encontro que durou três dias, os presentes discutiram uma proposta que surgiu de sugestões apresentadas pelo prof. Silvino Santin. O documento que resultou desta discussão está em anexo a Ata. Os docentes voltaram a discutir e novamente manifestaram interesse em oferecer os cursos de Licenciatura e Bacharelado no CEFD. A discussão deverá ser retomada tão logo estejam aprovadas as DC da Educação Física aos Cursos de Bacharelado. Para encerrar os trabalhos, dia 16 de maio, às 14h, a Comissão convidou a prof^a Cordélia Freitas, da PROGRAD, para expor e explicar questões referentes ao PPP na Universidade. Destacou questões do Curso de Educação Física, principalmente em relação as dúvidas quanto a formatação da nova proposta; se esta poderia ser feita por temáticas, módulos ou disciplinas. Explicou que como o Curso não vai alterar o título do diploma a ser expedido (Licenciado em Educação Física), o projeto do novo curso poderá ser enviado à PROGRAD no mês de dezembro e não em junho de 2003, tendo em vista que as modificações não interferem no próximo concurso vestibular. Ao final das atividades, a prof^a Marli destacou a necessidade de continuarmos as discussões, mesmo com um período maior para implementar a nova proposta. Ao final foi exposto que os professores Sara Teresinha Corazza, Elizara Carolina Marin, Maria Amélia Roth e Roque Luiz Moro estão afastados para licença maternidade, qualificação e licença médica, respectivamente e que a maioria das reuniões realizadas no CEFD envolvendo a elaboração do PPP e a Reforma Curricular foram gravadas em fitas K-7. Nada mais havendo a tratar, nós prof^a Marli Hatje, coordenadora do Curso e integrante da CEIPPP/RC do CEFD/UFSM e prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão, lavramos a presente Ata que será assinada pela Comunidade Acadêmica do CEFD, através de seus representantes, na Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 02 – 20/08/2003

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e três, às onze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, o Diretor, prof. Carlos Bolli Mota empossou a nova Comissão do Projeto Político Pedagógico do Centro. Justificou a mudança de membros na Comissão na aposentadoria do prof. Roque Luiz Moro, ex-vice-presidente da Comissão e da saída de outros professores por questões acadêmicas. Falou da necessidade do grupo trabalhar em conjunto e concretizar uma proposta ao CEFD com certa urgência.; solicitou que as discussões e os encontros aconteçam de fato, com mais dinamicidade, para avançar e concluir o processo. Na oportunidade foi eleita como presidente da Comissão a prof^a Marli Hatje, coordenadora do Curso de Educação Física: Licenciatura Plena. A Comissão, nomeada através da Portaria nº 529/03, ficou assim constituída: Marli Hatje; Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho; Angelita Alice Jaeger; Darkson Spreckelsen da Cunha; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante discente). Os prof. Matheus e Wenceslau disseram que a prof^a Marli deveria ser a presidente da Comissão, tendo em vista que a mesma acompanha as discussões sobre as Diretrizes Curriculares e por ser a atual coordenadora do Curso. A **prof^a Marli** pediu união do grupo em torno do PPP, pois as discussões estão atrasadas em relação aos prazos definidos pela PROGRAD para encaminhamento do Projeto. Mencionou que depois do encontro de três dias no início deste ano, o CEFD praticamente parou de discutir seu PPP, o que desmotivou e desestimulou a maioria dos envolvidos; que a maioria dos grupos constituídos naquela época não encaminhou os textos à composição do PPP, produzidos durante as atividades em grupo. A **prof^a Marli** informou que junto com a prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão, irá elaborar um cronograma de atividades que será remetido para avaliação e manifestação de todos. Na próxima reunião será aprovado o cronograma de atividades até o final do mês de novembro quando o Projeto deverá estar concluído. Ficou decidido nesta reunião, que a Comissão irá elaborar uma proposta de PPP e que a mesma será encaminhada, para conhecimento, aos Departamentos no mês de outubro quando serão discutidas as novas disciplinas do currículo. A partir da inclusão das disciplinas (final de outubro), os chefes de Departamento receberão a proposta final para ser apreciada e aprovada em nível departamental para depois ser submetida ao Colegiado e ao Conselho de Centro. Nada mais havendo a tratar, eu prof^a Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que será lida, aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 03 – 11/09/2003

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e três, às quatorze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, a prof^a Marli Hatje, presidente da Comissão do Projeto Político Pedagógico do Centro e na presença dos professores Wenceslau Leães Filho, Matheus; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) levou à apreciação o cronograma de atividades da Comissão, enviada a todos os membros anteriormente. Estiveram ausentes: prof. Francisco Saldanha Filho (justificou sua ausência, mas concordou com o cronograma em manifestação anterior); Angelita Alice Jaeger (informou que solicitou substituição de seu nome pelo do prof. Fernando Copetti, para representar o DMTD) e Darkson Spreckelsen da Cunha (justificou estar em aula). A **prof^a Marli** manifestou preocupação quanto à participação dos demais membros da comissão nas discussões e na elaboração da proposta de PPP para ser levada a apreciação do Centro no mês de novembro. Lembrou que ficou decidido que a elaboração do Projeto seria prioridade sobre as demais atividades e que os prof. integrantes da Comissão, em aula no horário das reuniões, devem deixar atividades e acertar com um colega sua substituição. Para evitar muitas ausências do prof. nas aulas, disse que o cronograma foi elaborado considerando quartas, quintas e sextas-feiras à tarde. Ficou definido também que os membros presentes nas datas das reuniões darão seqüência ao projeto e que tudo que for decidido, será dado como matéria vencida até a definição da proposta. Segue o cronograma de atividades aprovado na reunião: 11/09/2003. Nada mais havendo a tratar, eu prof^a Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 04 - 19/09/2003

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e três, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico e os seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Isabel Cristina Baggio, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas e a acadêmica Mara Cristina Schneider. A Prof.ª Marli Hatje, presidente da Comissão, justificou sua ausência por estar avaliando um curso de Educação Física, em São Paulo, por designação do INEP/MEC. O Prof.º Darkson Spreckelsen da Cunha, não se fez presente por estar reunido com os professores do Departamento de Desportos Coletivos. O prof. Matheus Francisco Saldanha Filho (justificou) e Fernando Copetti, do DMTD (esteve afastado em função do nascimento de sua filha). Iniciando a Sessão, o Prof.º Wenceslau coloca aos membros: **Item 01: Definição do Perfil do Egresso, sub-capítulo a constar no texto final do Projeto político Pedagógico do CEFD/UFSM.** A Prof.ª Haydee coloca algumas sugestões, a partir da proposta inicial, alertando para o fato de ser necessário um embasamento teórico, enfocando na pedagogia, sugerindo, assim, a inclusão de linhas de pensamento pedagógicas de autores como, Pedro Demo, Paulo Freire, entre outros, os quais possam servir de alicerce ao Projeto. Os demais presentes na reunião concordam com a Prof.ª Haydee que ficou de elaborar um texto. A acadêmica Mara expôs algumas reflexões a respeito do Perfil do Egresso do Curso, embasadas no texto da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, a respeito das Diretrizes Curriculares aos Cursos de Educação Física. Foram debatidas, as colocações feitas pela Prof.ª Haydee e pela acadêmica Mara. Os membros definiram, como prioridade, a necessidade de ser privilegiado um enfoque pedagógico ao texto do PPP do CEFD/UFSM. Os membros também falaram da importância da coerência do texto, em fase de construção, com a possibilidade de implementá-lo na prática, no sentido de se fazer cumprir todas as questões abordadas pelo PPP, tanto por parte das disciplinas, quanto por parte dos professores responsáveis pelas mesmas. Após várias discussões ficou a seguinte sugestão em relação aos Objetivos e ao Perfil profissional do novo projeto do Curso. **a) Objetivos:** Garantir as ciências, como base da formação dos professores de Educação Física, onde os conhecimentos humanos e sociais da arte, da filosofia, da saúde, da natureza, das ciências exatas contribuem para a formação generalista, humanista e crítica dos professores de Educação Física, implementando uma formação crítico-reflexiva, consciente das diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória, a construção de consciência crítica e da democratização das práticas corporais; **b) Perfil do Egresso:** → A formação deve contemplar a construção social e reflexiva sobre o atuar, consciente da história da área, dos processos didáticos pedagógicos, dos diferentes campos de intervenção, do saber pesquisar em prol do desenvolvimento/transformação social, adequar, sistematizar e socializar a reflexão sobre as práticas; → Ter na docência a base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico com ampla formação cultural; → Levar em consideração o trabalho essencialmente pedagógico, compromisso social da formação, associação do ensino, pesquisa e extensão, indissociabilidade teórico-prática, tratamento coletivo do conhecimento, articulação da formação ampliada, específica e de aprofundamento temático, avaliação permanente, formação continuada, respeito à autonomia institucional, gestão democrática e condições objetivas de trabalho; → Ter sentido amplo de formação humana de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional; → Entender o professor como facilitador do processo ensino/aprendizagem (aprender a aprender), construtor de conhecimento, passível de aprendizado, que compreenda as implicações socioculturais, política, econômica e ambiental de sua intervenção profissional. A Prof.ª Haydee ficou de enviar, por e-mail, outras sugestões a partir daquela encaminhada na reunião anterior. O prof. Wenceslau sugeriu que para o encontro do dia 25/09/2003, a Comissão convide os chefes de Departamento do CEFD/UFSM, para participarem das discussões, principalmente, em função da pauta desse encontro contemplar discussões a cerca do elenco de disciplinas a serem implementadas pelo PPP. Todos os membros, presentes, concordaram com o Prof.º Wenceslau. A Prof.ª Haydee ressaltou a importância de que os professores consigam, através de suas disciplinas no ensino superior, colocar o conhecimento científico a serviço da realidade cotidiana apresentada através do contexto escolar. Nada mais havendo a ser tratado eu, Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes na reunião.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 05 – 25/09/2003

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e três, às dezesseis horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, a prof^ª Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os professores Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência à elaboração do Projeto Político Pedagógico do CEFD. Estiveram ausentes os prof. Fernando Copetti e Darkson Spreckelsen da Cunha. A Comissão encerrou as discussões referentes aos objetivos e o perfil do Curso; elaborou um texto sobre as competências e habilidades do futuro profissional licenciado em Educação Física pela UFSM. **As professoras Isabel Baggio e Haydee de Vargas** ficaram de trabalhar melhor o texto e encaminhar versão à prof^ª Marli no início da próxima semana. Ficou definido também que dia 08 de outubro a Comissão se reunirá novamente para discutir a proposta inicial do Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Profissionalizante, a serem encaminhadas pela **prof^ª Marli**, e a proposta envolvendo a Prática de Ensino será elaborada e enviada pelo **prof. Wenceslau**. Ficou definido que a prof^ª Marli irá convocar todos os professores e chefes de departamento para reunião geral dia 10 de outubro no CEFD. Na oportunidade serão colocadas as diretrizes que deverão nortear a elaboração das disciplinas que comporão o novo currículo do Curso de Educação Física: Licenciatura Plena do CEFD. A **prof^ª Marli** solicitou que a reunião seja conduzida pelos **prof. Wenceslau e Matheus**, pois ela estará em Maringá avaliando curso de Educação Física, pelo INEP, desde o dia 07. Ficou definido também que os Departamentos responsáveis por disciplinas no CEFD, deverão encaminhar as novas disciplinas até o dia 31 de outubro, impreterivelmente, em função do tempo para apresentação do PPP nas diversas instâncias para análise e aprovação. Dia 05 de novembro a Comissão se reunirá para montar a versão final do PPP. Dias 17 e 23 de outubro, a Comissão discutirá questões pedagógicas do PPP. Na reunião também ficou definido o seguinte: a) carga horária mínima a ser vencida no novo curso: 3.080 horas (10% acima do mínimo exigido); b) ACGs: 200 horas; c) tempo de integralização do currículo: mínimo, quatro anos, e máximo, seis anos. Também ficou definido que as atuais modalidades de ACGs permanecerão por estarem em sintonia com a nova proposta em elaboração. As Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs) existentes atualmente serão revisadas pelo **prof. Matheus**. A **prof^ª Marli** vai repassar o polígrafo que organizou no ano passado com todas as disciplinas existentes atualmente (ementa, conteúdo programático, objetivos, bibliografia). A Comissão também analisou e discutiu a carga horária das atuais disciplinas ofertadas por outros Centros e, de forma preliminar, decidiu que: Anatomia – Educação Física passará para 60 horas/aula; Fisiologia e Fisiologia do Exercício poderão ser unificadas com carga horária de 75 horas/aula; Psicologia da Educação Física terá carga horária de 60 horas/aula; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica e Organização Escolar poderão ser unificadas, com carga horária de 75 horas/aula; Didática Geral e Didática Especial poderão ser unificadas com carga horária de 75 horas/aula; Socorros de Urgência e Higiene em Educação Física serão unificadas e denominadas de Saúde Pública, com carga horária de 60 horas/aula. A necessidade das alterações na carga horária deve-se principalmente pela nova proposta de curso, que passará exclusivamente a ser de Licenciatura. Mudaram os objetivos e o perfil em relação ao Currículo atual, que visava uma formação ampliada/generalista, com inserção em todos os campos de trabalho (escolar e não escolar). Os membros da Comissão também mencionaram as constantes críticas dos alunos em relação à qualidade das aulas ministradas nas disciplinas ofertadas por outros cursos e comuns aos cursos de Licenciatura da Universidade. Mencionou-se que falta um caráter mais específico à Educação Física para motivar mais o aluno para uma melhor formação profissional. Outro ponto levantado e que pode reduzir ainda mais a carga horária destas disciplinas para o curso de Licenciatura diz respeito a oferta do Curso de Bacharelado assim que forem aprovadas as Diretrizes Curriculares. Se o CEFD confirmar a oferta do curso de Bacharelado é fundamental pensar em disciplinas comuns aos dois cursos, o que em contrapartida poderia ampliar, em vez de reduzir, a carga horária nas disciplinas ministradas por outros Departamentos/centros da UFSM. Nada mais havendo a tratar, eu prof^ª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 06 - 08/10/2003

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico, a prof^a Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os professores Wenceslau Leães Filho, Darkson da Cunha Spreckelsen e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência à elaboração do PPP do CEFD. Estiveram ausentes os professores Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação). A Comissão discutiu a distribuição da carga horária referente ao elenco de disciplinas do Curso. A **prof^a Marli** apresentou tabelas contendo informações da atual seqüência de disciplinas, aconselhada ao Curso, com suas respectivas cargas horárias, departamentos e semestres. Também foram debatidas questões acerca da carga horária destinada à Prática de Ensino na Educação Física e sua possível implementação; discutida a possível carga horária para cada um dos departamentos do CEFD para a elaboração de propostas de disciplinas ao novo currículo. A carga horária vai depender da estrutura que será dada ao novo currículo. Além dos três Departamentos do CEFD, deverão ser considerados os Departamentos que hoje ministram aulas no Curso, bem como decidir se haverá núcleo comum, caso o CEFD venha a oferecer o curso de Bacharelado. O **prof. Wenceslau** apresentou uma proposta para a distribuição das 400 horas destinadas à disciplina Prática de Ensino da Educação Física, conforme as determinações apresentadas pelo CNE/CP 01 de 18/02/2002. Segundo a proposta, a carga horária poderia ser distribuída da seguinte forma: Prática de Ensino da Educação Física I, ministrada no terceiro semestre do Curso, com carga horária de 75 h/a, abordando as questões de Observação e Análise.; Prática de Ensino da Educação Física II, ministrada no quarto semestre, com carga horária de 75h/a, abordando questões a cerca do Planejamento; Prática de Ensino na Educação Física III, ministrada no quinto semestre, com 90h/a, abordando questões a cerca da Execução/Realização de aulas; Prática de Ensino na Educação Física IV, ministrada no sexto semestre, com carga horária de 90h/a, abordando questões a cerca da Avaliação do Processo e por fim, Prática de Ensino da Educação Física - Seminário, ministrada no sétimo semestre, com carga horária de 70h/a, sendo esta, a última etapa da Prática de Ensino, destinada ao exercício de relato de experiência dos alunos durante as etapas anteriores. O **prof. Wenceslau** também sugeriu que, antecedendo as disciplinas da Prática de Ensino da Educação Física, fosse ministrada a disciplina de Didática, pois dessa forma, segundo ele, estaria garantido o processo ensino-aprendizagem nas 400h destinadas à Prática. Ficou estabelecido que o Professor Wenceslau irá apresentar essa proposta aos professores do CEFD e de outros Centros da UFSM, na reunião geral a ser realizada no dia 10/10/2003, às quatorze horas no Mini-Auditório do CEFD/UFSM, por convocação da Presidente da CEIPPP do CEFD. A **prof^a Marli** apresentou sua proposta ao Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura (TCCL), informando que uma cópia dessa proposta foi enviada aos membros da Comissão, via e-mail, para que os mesmos pudessem manifestar-se a favor ou apresentar sugestões de alterações. O **prof. Wenceslau** achou a proposta interessante. A **prof^a Marli** também informou aos membros da Comissão que o prof. Fernando Copetti será o representante do DMTD, substituindo a prof^a Angelita Alice Jaeger; que o prof. Matheus ficou responsável pela revisão das atuais ACGs ofertadas pelo Curso, no sentido de fazer uma proposta daquelas disciplinas que podem continuar no novo currículo. No encontro foram revisados os textos referentes ao perfil do egresso e ao objetivo do Curso. A **prof. Marli** ainda colocou a dificuldade em dar andamento ao processo de elaboração do PPP, em função da ausência constante de alguns membros da Comissão, bem como a falta de comprometimento de alguns, no sentido de remeter textos e informações, nos períodos definidos, para anexar ao conjunto; isso impede a atualização do documento, entretendo e atrasando o processo. O cronograma de atividades foi revisado, no sentido de constatar dificuldades por parte dos membros da Comissão em relação as datas determinadas às reuniões, podendo o mesmo ser alterado para facilitar a participação de todos. O **prof. Wenceslau** solicitou à professora Marli que comentasse sua participação no III EMIES, Encontro Mercosul de Instituições de Educação Superior, realizado na UNIJUI, Ijuí, de 02 a 05/10/2003. A **prof^a Marli** relatou que novamente foram discutidas as DCs da Educação Física e analisadas as propostas existentes; que o fato novo surgido pouco antes do encontro foi a carta enviada pelo prof. Jorge Steinhilber, presidente do CONFEEF, ao prof. Helder Guerra Rezende, presidente da Comissão da SESU, constituída para elaborar uma proposta de DCs na qual o prof. Jorge faz duras críticas à postura assumida pelo prof. Helder. A questão central do documento e que é o principal objeto da

discórdia, versa sobre as habilidades/competências do futuro egresso dos Curso de Educação Física; a **profª Marli** colocou a carta à disposição da Comissão para xerocar; o documento poderá mudar o rumo das discussões, as quais até o presente momento estavam avançando. O conteúdo da carta, poderá levar as discussões, sobre as DCs, a audiências públicas. O prof. Darkson solicitou a prof. Marli uma cópia dessa carta para fazer a leitura na íntegra. Outra colocação da **profª Marli** foi em relação a duas áudio-conferências realizadas no III EMIES, com o prof. Juan Pablo Greco, presidente do CONDIESEF/BR, e a profª Zenólia, que integra a Comissão da Sesu. Ambos falaram do panorama atual das DCs. A profª Zenólia disse que o momento é difícil porque a Educação Física não tem um objeto de estudo definido e claro; isso tem gerado boa parte das divergências sobre as DCs, inclusive na própria comissão. A **profª Marli** repassou ao prof. Darkson o item “processo de migração dos alunos do atual para o novo currículo”. A Comissão solicitou que o professor busque informações junto a outros cursos e junto a Prograd para elaborar uma proposta, tendo em vista ser de extrema importância explicitar no PPP como será feita a passagem dos alunos do atual para o novo currículo. Nada mais havendo a tratar, eu profª Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 07 - 10/10/2003

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas, no Mini-Auditório do Centro de Educação Física e Desportos, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico, a prof^a Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os seguintes membros da Comissão, professores Wenceslau Leães Filho, Darkson da Cunha Spreckelsen, Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência às discussões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do CEFD, em reunião geral, com os professores e chefes de departamentos do CEFD e de outros Centros de Ensino da UFSM, que possuem envolvimento com o Curso; sendo eles: do DMTD/CEFD prof^a. Angelita Alice Jaeger, prof. Marco Aurélio Acosta, prof. Sara Teresinha Corazza, prof. Juliana Ribeiro; do DDI/CEFD os professores Ivon da Rocha Chagas Júnior; do DDC/CEFD os professores Luiz Osório e José Francisco da Silva Dias – fizeram-se presentes no início mas não participaram da reunião; do ADE/CE a prof^a. Glades Fêlix e do Departamento de Enfermagem/UFSM, as prof^{as}. Gertha Corrêa e Simone Rabelo. As prof^{as}. Isabel Cristina Baggio (representante do Município) e Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) não estavam presentes. Iniciando a reunião a prof^a. Marli entregou aos presentes material com informações a cerca do perfil do egresso, objetivos do Curso, proposta de estrutura curricular (Dimensões) e sugestões a cerca da carga horária definida ao curso, informações em relação as DCGs, ACGs, Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura. Esclareceu que a base das discussões deve ser a Resolução do CNE/CP 01 de 18/02/2002. As informações apresentadas pela **prof^a. Marli** são fruto das discussões realizadas pela CEIPPP do CEFD, sendo posto pela prof^a, que ela acrescentou um item no texto dos objetivos do Curso (o item 04), justificando o acréscimo desse item: contemplar as novas exigências do Curso, contemplando a questão técnica-instrumental. A **prof^a. Marli**, colocou que os objetivos devem contemplar as exigências definidas pela resolução do CNE; pois até o presente momento o Curso possuía um caráter generalista regido pela resolução 003/87, no entanto, a reestruturação curricular agora deve atender as demandas de um Curso de Licenciatura. Após essa explanação, a prof^a. Marli abriu as discussões ao grupo, sendo o Prof. Luiz Osório o primeiro a manifestar-se; expôs sua condição de pouco informado a respeito das discussões até então realizadas pela Comissão e solicitou um esclarecimento à respeito das Diretrizes, procurando saber de onde elas vinham, do MEC ou do CONFEF. A **prof^a. Marli** colocou que ainda não existe a Resolução das Diretrizes Curriculares da Educação Física. As Diretrizes a que se refere são aquelas para os cursos de formação de professores, do CNE. Ainda explicou que a resolução do CNE/CP 01 de 18/02/2003 é a que está dando embasamento ao processo de elaboração do PPP, bem como a reestruturação curricular. Quanto às Diretrizes Curriculares da Educação Física, a prof^a. explicou que ainda estão sendo realizadas várias discussões em nível nacional a cerca das mesmas; que atualmente existem algumas propostas, uma da Comissão designada pela SESU, presidida pelo prof. Helder Guerra Rezende, uma pelo CONFEF (Parecer 138), presidido pelo prof. Jorge Steinhilber e uma do Ministério dos Esportes. Que a ADIESEF/RS encaminhou uma proposta à Sesu em maio, a partir de um encontro realizado em Santa Maria. Que o CONDIESEF/BR encaminhou uma outra proposta à Sesu, em setembro, a partir de um encontro realizado em São Lourenço, Minas Gerais, onde foram unificadas propostas do RS, MG, SC e da Federal do PR. As propostas oficiais atuais que circulam divergem basicamente em um aspecto principal: a inclusão ou não das habilidades e competências do Profissional da Educação Física na Resolução das DCs para os cursos de Bacharelado, tendo em vista a área em que está sendo inserida a Ed. Física. O **prof. Fernando** explicou que o processo pelo qual o CEFD está passando é apenas para atender às exigências feita pela UFSM, quanto a elaboração de um Projeto Político Pedagógico ao Curso, e pelo CNE, quanto ao processo de formação de professores. O prof. ainda colocou que quanto à reestruturação curricular, caso os membros da Comissão decidissem, em comum acordo, permanecer com o atual currículo, as únicas alterações seriam referentes ao TCCL e à Prática de Ensino, no que diz respeito à carga horária desses dois itens - exigida pela nova resolução - e a forma de integralização, pois até o momento elas aconteciam em períodos determinados e em única edição, segundo a nova resolução, a Prática de Ensino deve possuir 400h/a e ser diluída durante o Curso. Novamente atendendo à solicitação do prof. Luiz Osório, a **prof^a. Marli** informou que as discussões acerca das diretrizes estão acontecendo há muito tempo no Brasil e no CEFD e que na reunião de hoje é inviável voltar a essa discussão, tendo em vista que precisam ser discutidos aspectos referentes ao PPP do CEFD, objetivo dessa reunião. O **prof. Wenceslau** coloca que o CONFEF acredita que se esses dois itens

(habilidades/competências) não forem listados, a Educação Física corre o risco de perder seu espaço na área da Saúde, enfatizando a cunho político da preocupação desse órgão. O **prof. Darkson** coloca que a própria carta do prof. Jorge Steinhilber, do CONFEF ao prof. Helder, ressalta bem a questão política desse impasse. A **profª. Marli** expõe sua insatisfação em ter que retornar a essa etapa de “explicação/esclarecimento” a respeito das DCs, pelo fato de que todas as informações, por ela obtidas, sempre foram repassadas aos chefes de Departamento para que os mesmos repassassem aos professores mantendo-os a par da situação junto ao CEFD. Disse que hoje o CEFD está na fase de tomar as decisões e não iniciar as discussões. A **profª.** coloca que o processo de elaboração do PPP está atrasado e que é preciso avançar. Critica o fato de as discussões terem parado desde o encontro realizado no início do ano. O **prof. Luiz Osório** nesse momento retirou-se da reunião. A **profª. Marli** solicitou aos professores que retomassem o material entregue no início da reunião; iniciam as discussões sobre a carga horária do Curso e suas respectivas disciplinas. A **Profª. Marli** coloca que a grande dificuldade está em definir como serão distribuídas as 2.800 horas e como serão implementadas as disciplinas. O **prof. Matheus** coloca que a possibilidade de se estruturar um currículo com base em temáticas ou eixos temáticos, além de ser um desafio, possui a possibilidade de integrar disciplinas e garantir o desenvolvimento harmônico das mesmas. O **prof. Wenceslau** coloca, a exemplo do que o **prof. Matheus** falou, que um trabalho realizado sob forma de temáticas, seria: unir biologia, anatomia, fisiologia geral e fisiologia do exercício numa temática; prática de ensino e didática noutra. O **prof. Darkson** expõe sua preocupação quanto à implementação dessa proposta, pois o prof. lembrou aos presentes que o atual currículo possuía essa proposta, porém não se conseguiu colocá-la em prática. O **prof. Wenceslau** explicou que a implementação dessa forma de trabalho poderá ser complicada, não pela estruturação das disciplinas, mas por exigir a mudanças na mentalidade dos professores, os quais deverão estar dispostos a trabalhar de forma integrada e não mais departamentalizada. A **profª. Gertha** questiona quanto a maneira como as disciplinas seriam trabalhadas em caso de um currículo a partir de eixos temáticos. A **profª. Glades** coloca que no CE, o Curso de Pedagogia está trabalhando dessa forma. As disciplinas compõem uma área temática, cada prof. possui sua carga horária e seus conteúdos, o que diferencia essa prática é o fato de haver um prof. responsável pela área/temática, o qual se fica incumbido de dar orientações aos professores no sentido de não deixa-los desviarem-se dos objetivos da área/temática. Assim os conteúdos são trabalhos de forma que o “todo”, no processo ensino-aprendizagem, seja contemplado. Segundo a **profª. Glades** a experiência está sendo proveitosa e vem dando certo até o momento. O **prof. Wenceslau** coloca que essa é apenas uma proposta a ser estudada e amadurecida pela Comissão, bem como pelos professores envolvidos com o Curso do CEFD. O **prof. Marco** colocou que recentemente conversou com o Prof. Marcos Cabrero, médico e prof. na Universidade Estadual de Londrina (PR), o qual lhe relatou a experiência com um trabalho semelhante realizado na UEL. Segundo o prof. Marcos, o curso trabalha com base em temas, geralmente propostos pelos alunos, a partir de situações problemas identificadas no cotidiano. O aluno relata a situação problema e os professores articulam formas e conteúdos para a construção de possíveis soluções. A **profª. Marli** coloca que uma idéia poderia ser a de transformar as duas dimensões propostas pela resolução do CNE, a da formação ampliada e da formação específica, em dois grandes eixos temáticos e em cada um deles seriam criadas formas e estratégias nas abordagens de conteúdos e disciplinas, os quais contemplassem os objetivos de cada eixo. As **profª. Angelita e Sara** expuseram suas preocupações quanto ao andamento do trabalho, pois há professores de outros centros da UFSM envolvidos e o contato com esses não é tão acessível quanto com aqueles que são do CEFD. O **prof. Matheus** colocou que, se fosse feito como a **profª. Glades** colocou, com um prof. responsável pelo eixo e/ou temáticas, realizando encontros frequentes, o trabalho seria possível de ser realizado, além de salientar a aproximação entre os profissionais, pois os eixos teriam suas disciplinas, mas as mesmas não poderiam deixar de contemplar os objetivos do eixo, assim os encontros seriam de fundamental importância. A **profª. Marli** colocou que atualmente, pelo cálculo feito pela Comissão, seriam 2280 horas a serem distribuídas entre os eixos, caso essa modalidade fosse incorporada pelo Curso. A **profª. Angelita** colocou que atualmente o currículo do Curso possui 60% de sua carga horária na formação ampliada e 40% na formação específica. Então, discutiu-se qual das duas dimensões deveria possuir maior carga horária. O **prof. Copetti** sugeriu que antes de decidir o quanto será destinado a cada eixo, em termos de carga horária, os departamentos deveriam reunir-se e discutir a respeito dos objetivos do Curso, apresentados pela Comissão, e com base nessa discussão elaborar algumas propostas quanto às disciplinas, para posteriormente, ao defenderem suas propostas, decidirem qual eixo terá “X” carga horária. Ficou, então, definido que os departamentos se reuniram para realizar discussões acerca dessas questões, e os mesmos terão até o dia 17/10/2003 para encaminhar suas propostas para apreciação da Comissão. Passou-se então para a discussão da proposta para a Prática de Ensino apresentada pelo **prof. Wenceslau**. Após ter sido apresentada a proposta, os professores sugeriram que a Prática de Ensino deve ser realizada de maneira a contemplar todos os níveis do ensino escolar: infantil, fundamental, médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). O **prof. Marco** questionou a proposta do **prof. Wenceslau** quanto a sua forma de integralização, sendo dividida em etapas onde os alunos teriam contato e

ações práticas na escola, dessa forma a Prática poderia ser encarada como uma espécie de estágio ou mini-estágio, sendo assim, poderia perder sua característica. A **profª. Glades** explicou que a Prática de Ensino refere-se a toda e qualquer atividade que o aluno desenvolva na escola, desde a observação de uma aula, o contato com o prof. responsável pela turma observada, até mesmo o contato com escola para ter a permissão de assistir às aulas. Já o Estágio diz respeito à docência, do acadêmico, frente ao aluno. Decidiu-se alterar a carga horária, apresentada pela proposta do **prof. Wenceslau** à Prática de Ensino, nas Prática I e II, de 75h/a para 90h/a cada, e o Seminário ficará com 40 h/a, sendo que todas contemplarão os níveis de ensino anteriormente mencionados. Passou-se a discutir o estágio. Decidiu-se que o mesmo deverá ser realizado nos 04 níveis apontados pela Prática de Ensino, podendo ser realizado em instituições públicas e/ou privadas. A **profª. Marli** passou então para o próximo assunto: o TCCL. Antecipando a discussão, a **profª.** informou que a proposta do TCCL, por ela elaborada, havia sido enviada para apreciação dos professores, via e-mail; porém em função de um problema técnico no servidor as mensagens acabaram retornando ao remetente. Em função disso, o material foi novamente enviado, via e-mail. Ficou definido que em caso de não recebimento de algum material referente ao PPP, todos poderão solicita-lo diretamente a **profª. Scheila** – bolsista do PPP. Quanto ao tema do TCCL, a **profª Angelita** sugeriu que, semestralmente, o Colegiado do Curso definir alguns. Essa proposta foi bem aceita, pois possibilita que o Curso proponha temas contemporâneos a serem pesquisados, atendendo assim mais e melhor as demandas das escolas. A **profª Marli** informou que o Departamento de Fisiologia justificou a ausência por fax, e que os **prof. Hugo Krug e Getúlio Lemos** informaram que há haviam assumido outro compromisso, estando por isso ausentes da reunião de hoje. Ficou definido que a **profª Marli** atualizará o PPP até segunda-feira, considerando as discussões de hoje, e encaminhará uma cópia às Direções de Centros envolvidos com o CEFD para conhecimento e distribuição aos respectivos departamentos. Todos deverão encaminhar o resultado das discussões até 17/10. Nada mais havendo a tratar, eu **profª Scheila Espíndola Antunes**, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 08 - 17/10/2003

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e três às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM com a presença dos seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Isabel Cristina Baggio, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas, prof.ª Marli Hatje, Prof. Darkson S. da Cunha o Prof. Matheus Saldanha Filho, Prof. Fernando Copetti e a acadêmica Mara Cristina Schneider. A **Prof.ª Marli**, abriu a reunião e leu o memorando nº 16/2003, da Prograd, onde esta informa os prazos finais ao encaminhamento dos PPP.; em seguida informou que na segunda-feira pela manhã repassou o PPP, em disquete e partes impressas às Direções dos três Centros de Ensino da UFSM envolvidos com o Curso (CCS, CE e o próprio CEFD), sendo que o único que não repassou o material aos Departamentos Didáticos, conforme solicitação da Comissão, para as discussões da semana foi o CEFD, o maior interessado no assunto. Disse que isso prejudicou as discussões tendo em vista que os Departamentos não receberam o material atualizado depois da reunião geral, realizada dia 10 de outubro. O **prof. Darkson** disse que no seu Departamento todos os professores receberam cópia do material porque ele procurou a Direção na quarta-feira antes da reunião do DDC. A **prof.ª Marli** solicitou novamente à prof.ª Haydee o texto que ficou de encaminhar há mais de mês sobre o perfil profissional. O **prof. Everton**, que ministra a disciplina de Psicologia da Educação participou da reunião no início, apresentando a proposta para esta disciplina no novo currículo. Sugeriu que permaneça a carga horária de 90h, com uma parte prática. Deixou sugestão por escrito à comissão; destacou a importância de ser incluída no currículo uma disciplina para portadores de necessidades especiais. A **prof.ª Marli** mencionou que os três Departamentos do CEFD encaminharam sugestões para o PPP, inclusive, já sugerindo disciplinas. A acad. Mara e a prof.ª Isabel também enviaram, por e-mail sugestões. O **prof. Wenceslau** destacou que é preciso primeiro concluir o PPP para depois pensar na estrutura e na grade curricular. **Prof.ª Marli** disse estar preocupada com o tempo que ainda resta para encaminhar o documento definitivo. O **prof. Matheus** sugeriu que se faça mais reuniões a partir da semana que vem. Ficou definido que o próximo encontro será na terça-feira, dia 21, às 17h e a próxima na quinta-feira, às 14h. **Prof. Matheus** perguntou sobre a estrutura do PPP. **Prof.ª Marli** disse que a estrutura já está pronta e que a Comissão precisa revisar, completar e incluir as informações. **Prof. Wenceslau** sugeriu que a partir de agora em cada reunião seja concluído um item do PPP. Na próxima, será discutido e finalizado o capítulo Apresentação. **Prof.ª Marli** solicitou ao prof. Darkson a sugestão sobre como será feita a migração dos alunos de um currículo para outro. **Prof. Darkson** questionou sobre o porque ele ter que fazer isso. **Prof. Wenceslau** esclareceu que todos os membros da comissão receberam tarefas para serem realizadas e trazidas para discussão; que ele ficou com a Prática Curricular, a prof.ª Marli com o TCCL e o Estágio Supervisionado; o prof. Matheus com as ACGs. **Prof. Matheus** disse que é importante discutir a questão das temáticas ao novo currículo; que no seu Departamento não sentiu muita convicção sobre a possibilidade de ofertar Bacharelado. **Prof. Wenceslau** disse que o Bacharelado é algo necessário, até para a sobrevivência do próprio Centro; que a interpretação à execução da Prática Curricular (400 horas) deve ser diferente daquela adotada em sua proposta; que as 400 horas devem estar diluídas nas disciplinas do currículo. **Prof.ª Marli** disse que recebeu sugestões dos professores que ministram a Prática de Ensino e que estas serão repassadas à Comissão na próxima reunião, que o prof. Cláudio Dutra também enviou sugestões; que atualizará o PPP e repassará uma versão por e-mail. Mencionou que os e-mails estão retornando e que o servidor da UFSM tem estado em manutenção no final de semana. A **acad. Mara** informou que na próxima quarta-feira o DA fará reunião com os alunos para, entre outros temas discutir o PPP. **Prof.ª Marli** e **prof. Matheus** mencionaram a necessidade de todos virem às reuniões com o PPP atualizado para avançar nas discussões. Nada mais havendo a tratar, eu, prof.ª Marli Hatje, presidente da Comissão, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos demais membros.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 09 - 21/10/2003

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), prof.ª Marli Hatje, a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) e Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os prof.º Darkson Spreckelsen da Cunha, Matheus Francisco Saldanha Filho, Fernando Copetti e Isabel Cristina Baggio (representante do Município) não estavam presentes na reunião. A **Prof.ª Marli**, abriu a reunião definindo como e quando seriam aprovadas e assinadas as atas referentes às reuniões da CEIPPP. Ficou definido que as atas serão enviadas, por e-mail, aos membros da Comissão para que façam a leitura até o próximo encontro - Quinta-feira (23/10/2003), onde as mesmas apenas serão assinadas ou alteradas/corrigidas, quando necessário. A reunião do dia 23/10/2003, foi confirmada, tendo apenas o horário alterado das 14h para as 16h30min. A seguir, a **prof.ª Marli** entregou aos membros um material referente à Estrutura Curricular do Novo Curso, contento as sugestões de disciplinas aos eixos temáticos, enviadas pelos professores do CEFD e por professores de outros Centros da UFSM os quais ministram disciplinas em nosso Curso. Esse material foi entregue, com antecedência, para que os membros da Comissão tenham condições de fazer uma análise prévia das sugestões de disciplinas, enviadas até o momento. Pois essa será a pauta das reuniões, na próxima semana. Também foi dito que os formulários referentes às disciplinas, serão entregues aos chefes de Departamento em disquete, para que a sugestão de disciplina venha formatada, contendo ementa, objetivos, conteúdo programático e bibliografia. Passou-se, então a analisar o primeiro capítulo do PPP, intitulado “Apresentação”. A princípio os membros concordaram com as colocações fundamentativas, iniciais. Os objetivos foram, mais uma vez, analisados e para os mesmos, foi lida a sugestão enviada pela **Prof.ª Angelita Alice Jaeger**, em nome do Departamento de Métodos e Técnicas Desportivas, do CEFD/UFSM. Ficou então definido, após algumas reflexões, que os objetivos seriam: **A)** Desenvolver ações teórico-práticas em que os conhecimentos e saberes acadêmicos contribuam na formação do ser humano em sua totalidade; **B)** Possibilitar uma formação político-social, dentro de uma abordagem histórico-crítica, em diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória; **C)** Possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional. Algumas alterações foram feitas no texto dos objetivos, no sentido de garantir a coerência do mesmo, respeitando a matriz teórica escolhida para fundamentar o PPP, pois entende-se que a matriz deve perpassar todo o projeto. A **acad. Mara** expôs sua preocupação em relação aos objetivos do PPP terem sido elaborados a partir de algumas sugestões, por ela retiradas, um documento da Comitativa Nacional dos Estudantes. Sendo que a linha de pensamento da Comitativa é diferenciada da linha de pensamento dos autores escolhidos para fundamentar o PPP. O **Prof. Wenceslau** manifestou a possibilidade de ser, então, construída uma nova propostas, ou seja, o membro da Comissão que não estiver de acordo com o que fora escrito até o momento, tem total liberdade para apresentar novas propostas; desde que as mesmas não sejam “remendos” da já existente, e sim um novo texto, uma nova argumentação e fundamentação. Também, fez-se questão de deixar clara a intenção da fundamentação teórica, utilizada no PPP, pois esta servirá para, além de sustentar teoricamente a proposta, nortear a mesma. Isso não significa que os professores do Curso serão obrigados a utilizar os mesmos autores, ou a mesma linha de pensamento, em sua prática pedagógica. Os professores deverão atender aos objetivos do Curso, contemplando toda sua proposta, porém a forma e os recursos dos quais se utilizarão para tal atitude, será de escolha própria. O importante é que haja coerência entre o PPP e a atuação do Docente do CEFD. Então, foi questionada a forma de avaliação a ser utilizada para constatar a coerência entre o texto do PPP e a atuação dos docentes do Curso. Desse questionamento surgiu a proposta de criar-se, no Curso, o cargo de Coordenador Pedagógico, aquele que irá se envolver com as questões metodológicas dos professores, ou seja, “analisar o grau de sintonia” entre o PPP e a atuação do docente. Também foi sugerida a criação do cargo de Ouvidor, o qual ficaria encarregado de receber informações e/ou reclamações dos alunos do Curso, tornando-se uma espécie de mediador entre docentes e administração e discentes. Entendeu-se que tanto o Coordenador Pedagógico, quanto o Ouvidor, são formas de avaliação, buscando garantir os próprios objetivos do Curso. Quanto ao perfil do Egresso, após analisar os textos enviados pelas **Prof.ª Haydee e Isabel, e o da acad. Mara**, optou-se por inserir o texto enviado pela Prof.ª Haydee,

pela similaridade entre as propostas enviadas. Todo o texto referente ao capítulo 1 do PPP, foi revisado, tendo a professora Marli reestruturado o texto, mantendo as decisões tomadas pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 10 - 24/10/2003

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Estiveram presentes, ainda, as Prof.^a Mara Rúbia Antunes, do DDI, e a Angelita Alice Jaeger, do DMTD. Também participaram dessa reunião, professores de outros Centros da UFSM; sendo eles; Prof.^a Luciana Silveira Flores Schoenau do Deptº de Morfologia; Prof.^a Liliane de Freitas Bauermann do Deptº de Fisiologia; Prof.º Júlio Medeiros do Deptº Saúde da Comunidade; os Prof.º Getúlio Lemos e Hugo Norberto Krug do Deptº de Metodologia do Ensino e o Prof. Cláudio Dutra do Deptº de Administração Escolar. A acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não pôde participar da reunião por estar envolvida em atividades do DA, porém entregou à Prof.^a Marli uma cópia da estrutura curricular do Curso de Educação Física da UFRJ, para apreciação da Comissão. O prof. Fernando Copetti, não participou da reunião. A **Prof.^a Marli**, iniciou a reunião entregando aos professores uma cópia do material entregue à Comissão na reunião do dia 21/10/2003, referente a proposta de estrutura curricular do Curso de Educação Física do CEFD, contendo inclusive as sugestões de disciplinas encaminhadas pelos professores envolvidos com o Curso. Junto a esse material foi entregue uma cópia dos objetivos do curso e do perfil do egresso, conforme consta, atualmente, no texto do PPP elaborado pela Comissão. Passou-se a discutir a forma de integralização curricular, onde segundo a proposta de um trabalho realizado através de eixos temáticos, algumas disciplinas seriam unificadas passando a ter um programa único e contextualizado com as características e demandas do Curso. A exemplo disso, a **Prof. Marli** expõe a idéia de unificação das disciplinas “Socorros de Urgência” e “Higiene”, ressaltando que essa idéia foi apresentada à Prof.^a Gertha que simpatizou com a mesma. O **Prof.º Júlio** discorda dessa unificação, por entender que Socorros e Higiene não contemplam os mesmos conteúdos. Ainda manifestou sua preocupação em relação a forma de trabalho através dos eixos. O **Prof. Wenceslau** explicou que essa forma de trabalho é apenas uma proposta, ainda em fase de avaliação pela CEIPPP, e que a mesma possui benefícios de aplicabilidade, algumas deficiências, porém é uma forma de integralização curricular totalmente legal e permitida, segundo a Prof. Cordélia da Prograd. O **prof. Cláudio** diz acreditar nessa possibilidade de trabalho unificado entre os docentes, ressaltando em sua fala a importância de tal trabalho, tanto para o corpo discente quanto para o docente. Todos os presentes concordam que há possibilidade em realizar um trabalho nessa perspectiva, porém acreditam que a maior dificuldade em implementar essa proposta está justamente em conseguir efetivar os encontros e acordos entre os docentes do Curso, uma vez que professores de outros Centros da UFSM, estão envolvidos. O **Prof. Hugo**, analisando o material entregue pela Prof. Marli, questiona o perfil desse Curso de Licenciatura objetiva pelo CEFD, pois a proposta de estrutura curricular está muito voltada ao conhecimento técnico, o que caracteriza um curso de Bacharelado. O **Prof. Matheus** explicou que a estrutura apresentada é apenas uma proposta ainda em fase de estudo e amadurecimento. Por esse motivo a Comissão estava buscando compartilhar suas discussões com os Deptºs do CEFD e de outros Centros da UFSM. O **prof. Matheus** afirmou o desejo do CEFD pela Licenciatura e colocou, ainda, que a questão do Bacharelado para o CEFD, trata-se mais de uma questão política. A **prof.^a Marli** esclarece aos professores de outros Centros que a linha do PPP, no que diz respeito às dimensões (formação ampliada e formação específica), seguiu as propostas apresentadas, em âmbito nacional, acerca das Diretrizes Curriculares da Educação Física, pelo fato das propostas não divergirem, pelo menos nesse aspecto. Com base nessa linha o projeto está sendo elaborado, assim como a reestruturação curricular, e no que diz respeito às disciplinas listadas no material entregue aos professores no início da reunião, ainda não há garantia de que elas permanecerão ou não. A ementa, os objetivos e o conteúdo programático de cada uma delas auxiliará a Comissão a definir quais serão pertinentes e relevantes ao Novo Curso. As **prof.^a Liliane e Luciana**, além de tomarem conhecimento dos objetivos e perfil do egresso definidas ao Novo Curso de Educação Física do CEFD, e frente as colocações da Prof. Marli e do prof. Matheus, confirmaram a necessidade de uma cuidadosa revisão e reestruturação dos conteúdos programáticos das disciplinas Anatomia e Biologia, pois os atuais programas não contemplam as necessidades do Novo Curso. Para essa primeira etapa da reunião ficou, então definido que os professores, responsáveis por algumas disciplinas, reunir-se-ão para discutir o

programa das mesmas e adequa-lo às demandas do Novo Curso e suas características. A sugestão lançada foi a de unificar: Biologia, Fisiologia Geral e Fisiologia do Exercício; Organização e Estrutura e Funcionamento dos Ensinos Fundamental e Médio; Socorros de Urgência e Higiene. Os chefes de Deptº de outros Centros, presentes na reunião, se responsabilizaram por informar os professores e conduzi-los a buscar contato com os professores do CEFD para que sejam discutidas questões pertinentes à unificação das disciplinas supracitadas, sendo as propostas elaboradas nesses encontros, encaminhados à CEIPPP do CEFD. Após essa definição, permaneceram em reunião, somente os membros da Comissão. Dando seguimento ao encontro, a **Prof. Marli** leu um documento enviado à ela pelo Prof. Darkson, informando seu afastamento das atividades do PPP. Os professores discutiram a respeito da necessidade em se estabelecer uma forma de migração do atual para o novo currículo, porém faltam algumas informações sobre a legalidade de um processo migratório e como ele deve e/ou poderia ser estruturado. A prof. Marli acredita que deva existir um processo de transferência de um currículo para o outro, do contrário, talvez o Curso não consiga manter suas atividades. Pois no caso de não optar-se por um processo migratório, terão alunos no atual currículo até o ano de 2008. Ao final da reunião a profª Marli apresentou sugestão de algumas disciplinas ao novo currículo: 1) Seminário em Educação Física (1º semestre), que poderia ser ministrada à Licenciatura e ao Bacharelado (substituiria Fundamentos da Ed. Física I); 2) Laboratório de Introdução aos Desportos (1º semestre), também para os dois cursos. Explicou que esta disciplina seria cursada pelos alunos do primeiro semestre, mas ministrada por alunos do 8º, matriculados em 3) Docência Orientada em Desportos (75h/a). Essa carga horária seria parte da Prática Curricular (400h/a). Explicou que para o primeiro semestre seria um contato inicial com os esportes, “ uma atividade prática; 4) Educação Física e Mídia (1º semestre) e 5) Educação Física e Processos Comunicacionais (2º semestre), também para dos dois cursos; 6) Educação Alimentar I (3º semestre) e 7) Educação Alimentar II (4º semestre). Os alunos da licenciatura cursariam a primeira e os do bacharelado ambas. Os membros acharam a idéia muito interessante e será levada à discussão na próxima reunião com os chefes de departamento do CEFD. A profª Marli disse que parte dessas sugestões são fruto da demanda verificada no curso hoje. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CEFD**

ATA 11 – 29/10/2003

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação), prof^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Estiveram presentes, ainda, as Prof^a Mara Rúbia Antunes, do DDI, e a Angelita Alice Jaeger, do DMTD. O Chefe do DDC, prof. Darkson Cunha, também foi convidado à reunião, mas não compareceu. A prof^a Marli apresentou os primeiros programas de disciplinas encaminhados por alguns professores. A Comissão junto com as duas professoras do CEFD analisou as primeiras sugestões à composição da grade curricular do novo curso de Licenciatura. Todas elas foram analisadas a partir do PPP, ainda em construção. O prof. Wenceslau destacou a importância desse trabalho, tendo em vista que deve haver uma construção linear e coerente. A prof^a Angelita avalia a proposta do PPP como muito interessante, mas alerta para a necessidade dos professores e alunos do CEFD assumirem a nova proposta. A prof^a Haydee afirma que sem a participação e a colaboração de todos, o projeto corre o risco de não dar certo. A prof^a Marli encerra a reunião dizendo que qualquer projeto, por melhor que seja, somente dará certo se todos colaborarem. Num processo de mudança é preciso mudança de atitude e de comportamento. Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 12 - 31/10/2003

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e três, às dez horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFMS, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação), Prof. Ivon Chagas da Rocha Júnior, representando o DDI, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os Professores Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.^o Fernando Copetti não compareceram ao encontro. As Prof.^a Angelita Alice Jaeger do DMTD e Isabel Cristina Baggio (representante do município) não compareceram justificando sua ausência. Também não compareceu à reunião a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico). Iniciando a reunião, a prof. Marli fala da Prática de Ensino. Ela coloca que são 1880 horas destinadas às disciplinas obrigatórias, mais 400h de prática de ensino (1800+400=2000h). A prática deve ser pensada de maneira a contemplar um Curso de Licenciatura, por isso sugeriu-se que ela não fosse fragmentada em forma de disciplinas, mas diluída em todas ou em parte das disciplinas obrigatórias, contemplando os conteúdos ministrados na disciplina. A citar exemplo: o professor de Basquetebol, teria uma carga horária determinada para abordar seus conteúdos e o restante estaria sendo trabalhado de forma a contemplar a prática de ensino. Essa foi uma das sugestões apresentadas, porém a implementação da prática de ensino será feita por decisão da comissão. A professora Marli coloca que, atualmente, o Curso possui enquanto prática de ensino o Estágio Profissionalizante e as disciplinas: Didática I e Didática Especial e Prática de Ensino. O prof. Wenceslau concorda com a proposta da Prática ser pensada dentro das próprias disciplinas (sendo as 400h somadas as práticas dentro das disciplinas). Foi esclarecido que os chefes de Departamento do CEFD devem começar um processo de tomada de decisões, participando e atuando mais no processo de reestruturação curricular para haja um trabalho integrado. O prof. Matheus coloca sua preocupação quanto ao contato com as escolas e ressalta a importância de um trabalho integrado com o Centro de Educação, pois eles estarão na escola, e tem respaldo para auxiliar a atuação da Educação Física na escola. A prof.^a Marli explicou que a Universidade está fazendo um Convênio com a 8^a Coordenadoria Regional de Educação, com o Município, com a Escola Pão dos Pobres e com a Cidade dos Meninos, tudo para possibilitar o contato dos acadêmicos com o público escolar. Quanto ao Bacharelado, os professores concordaram que no momento é preciso unificar esforços para elaborar o projeto da Licenciatura, pois o Bacharelado será pensado depois. Uma sugestão feita foi a exemplo do que ocorre na UFRGS, onde o aluno faz todas as disciplinas obrigatórias em todos os esportes e são ofertadas outras opções em formas de ACGs para que o aluno tenha possibilidade de aprofundar conhecimentos a seu gosto, essa poderia ser atitude adotada pelo CEFD, o que poderia, futuramente, facilitar o processo de criação do Bacharelado. Outra sugestão, quanto aos esportes no Curso, foi a da criação de uma disciplina de esportes alternativos, com um conteúdo programático diversificado e mutável, conforme as demandas contemporâneas. Ao Curso de Licenciatura, pensou-se na possibilidade de nos 02(dois) primeiros anos do curso serem ofertadas disciplinas básicas, bases fundamentais e aos demais anos, atividades/disciplinas diversas onde o aluno possa escolher as cadeiras a serem cursadas. A prof.^a Haydee alerta que a proposta não pode deixar de contemplar as exigências dos PCNs e as demandas da própria Educação em nível escolar. Ainda ressalta a importância do aluno aprender, por exemplo, os conteúdos da natação de maneira que ele consiga adequar esses conhecimentos aos mais variados contextos, sempre pensando o cotidiano, as vivências do professor, dos alunos, o contexto escolar. A prof.^a Marli coloca que nesse encontro deve ser definida uma proposta da Comissão para o currículo e essa deve ser repassada aos chefes de Departamentos, para que eles tenham condições de elaborar propostas a serem apresentadas à Comissão. A Comissão deve elaborar uma diretriz e encaminhar aos departamentos. Ficou definido que para o próximo encontro, a ser realizado em 07/11/2003, serão convocados os Chefes de Departamento do CEFD, o Diretor e o Vice-diretor da Graduação e os coordenadores da Pós-Graduação, esses no sentido de contribuir para que haja uma integração e possibilidade de articulação pedagógica entre graduação e pós-graduação. A Direção do CEFD deveria estar auxiliando o trabalho da Comissão norteando a mesma em todo o processo, pois existem problemas a serem resolvidos, tais como, a falta de integração entre graduação e pós-graduação, a falta de ética entre os professores. Esses problemas também são da Direção e, essa, deve tomar a frente na resolução de problemas, amenizando obstáculos para o bom andamento do Curso. A Comissão necessita de uma postura que parta da Direção do Curso, porém não há participação, nem mesmo do Prof.^o

Fernando, que além de membro da Comissão é vice-diretor do Centro. A Prof. Haydee colocou que as reuniões realizadas com a participação de profissionais de outros Centros são mais eficientes do que as realizadas somente com a Comissão, pois foram poucos os encontros onde a Comissão estava toda reunida, porém em outros encontros todos os convocados se fazem presentes, enquanto os próprios membros da Comissão não estão. A Prof.^a Marli expôs, frente a essa colocação, mais uma vez sua preocupação quanto ao andamento do PPP, pois a PROGRAD está cobrando o trabalho, há um prazo cada vez mais curto e ainda há uma grande resistência, por parte dos professores do CEFD, à mudança. Os professores não querem mudanças, por esse motivo eles não apoiam o projeto, não participam, não contribuem. O fato de existir uma Comissão não exime a Direção do Centro da responsabilidade nesse processo, muito menos dos demais professores. Pois, a Direção deverá assinar as propostas contidas no texto do PPP e se responsabilizar pelas mesmas, assim como os professores também terão de se responsabilizar pelas mesmas, principalmente, no momento da implementação de cada disciplina. O Professor Ivon expõe sua preocupação quanto ao fato de exigir-se de cada departamento uma proposta de disciplinas, pois deve-se pensar que serão três propostas a serem unificadas, com suas especificidades, suas prioridades suas necessidades e isso exige um momento intenso de reflexão e discussão. Caso esse momento não ocorra a formação continuará desconexa, fragmentada, generalista e não contemplará os objetivos do novo Curso. O Prof. Wenceslau acredita que deve ser apresentado, de maneira clara, no texto do PPP, que há uma defasagem na formação dos professores, pois, atualmente, há muitos profissionais com formação mais voltada ao bacharelado do que a licenciatura. Provavelmente, por esse motivo haja tanta resistência a um curso de licenciatura. Em muitos casos acontece do conteúdo programático ser bom, mas a metodologia empregada não é a mais adequada e assim o trabalho acaba não funcionando bem. Por essa situação acredita-se na necessidade e importância de um Coordenador Pedagógico que tenha condições de realizar com os professores discussões sobre as metodologias e realizar alguns seminários prestando serviços aos colegas, ampliando e qualificando a atitude pedagógica de seus colegas, na busca por contemplar os objetivos do Curso. Na visão da prof.^a Marli o diretor do CEFD deveria, além de administrar o Centro, divulgar-lo fazendo a articulação externa; o prof. Fernando deveria se responsabilizar pelas estratégias pedagógicas do curso quanto a atuações, produções científicas, ou seja, seria o responsável pela articulação interna do Curso. Ainda há que o problema da existência de interesses grupais, e assim o trabalho realizado, em muitas vezes, acaba sendo individualizado não contemplando os interesse do Todo. A professora Haydee expôs sua frustração em sair da Coordenadoria para participar da Comissão e perceber que os próprios professores do CEFD não estão comprometido com o trabalho que ora está sendo realizado, isso prejudica em muito o seu trabalho dentro das escolas. Pois enquanto ela não mede esforços para tentar mudar a mentalidade e a atuação dos professores nas escolas, os próprios formadores de futuros professores nada fazem e possibilitam a defasagem, cada vez maior, na educação física escolar. Esse processo acaba sendo, além de desconexo, sem utilidade, pois na escola quer-se uma realidade que a Instituição formadora não contempla. Ainda, a professora reforçou o que fora dito anteriormente, reuniões com outros professores, e até mesmo em outros Centros da UFSM são mais proveitosas e contam com uma participação muito maior de professores do que da própria Comissão. Um exemplo disso foi a reunião realizada na quarta feira, 29/10/2003, onde os membros da Comissão foram ao Centro de Educação para reunirem-se com a Comissão do CE, nesse encontro fizeram-se presentes apenas três membros da Comissão do CEFD, sendo que esse encontro foi solicitado pela Comissão do CEFD para obter maiores informações e para solicitar auxílio do CE ao PPP. Nesse encontro estiveram presentes apenas os Professores Wenceslau, Haydee e Isabel, enquanto os membros da Comissão do CE estavam todos presentes e dispostos a contribuir com nosso trabalho. Definiu-se o próximo encontro para sexta-feira, 07/10/2003, às 14h no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, sala 1005. A prof. Marli explicou ao prof. Ivon sua proposta da disciplina de vivência em esporte pelos alunos do primeiro semestre do Curso, (esta proposta está descrita na ata 10). Nada mais havendo a tratar, eu, prof.^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 13 - 07/11/2003

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação), Prof.^o Fernando Copetti, a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico), eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Também estiveram presentes os professores convocados: Prof.^a Mara Rúbia Antunes, chefe do DDI; Prof.^a Angelita Alice Jaeger, chefe do DMTD; o Prof.^o Matheus representando do DDC e o Prof.^o Carlos Bolli Mota, diretor do CEFD. A Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município) não compareceu, justificando previamente sua ausência. O prof. Wenceslau inicia a reunião explicando o motivo da convocação dos Chefes de Departamento e da Direção do CEFD: definir especificamente o rumo do PPP, centrando algumas questões para nortear o trabalho para que o mesmo possa ter seguimento, de forma coesa e integrada, contando com a participação de todos os professores do CEFD. O prof. Wenceslau também expôs algumas questões abordadas na reunião do dia 29/10/2003, realizada no Centro de Educação com sua respectiva Comissão. Nesse encontro a Comissão do CE colocou que conforme a resolução do CNE/CP01 o Curso de Licenciatura não pode estar ligado ao de Bacharelado. Porém, a UFSM está permitindo que aconteça o ingresso dos alunos num dos cursos, onde é ofertado um núcleo comum, podendo o aluno cursar a Licenciatura, por exemplo, e com mais uma ano de permanência na faculdade, cursando cadeiras específicas do Bacharelado, sair formado nas duas habilitações. O CE esclarece que contrariando as instruções da UFSM, a lei não permite que isso aconteça/ não deve existir módulo/núcleo comum. A prof.^a Marli coloca que a maioria dos cursos no Estado estão trabalhando nessa perspectiva de núcleo comum, tendo em média três anos de núcleo comum e, o último ano é destinado ao aprofundamento específico – Bacharelado ou Licenciatura, seguindo as instruções da resolução 003/87. A professora coloca que o mais importante e urgente no momento não é a discussão sobre o bacharelado e sim a estruturação do PPP para a licenciatura. Muitas questões ainda devem ser discutidas, num período muito curto, pois a PROGRAD está cobrando a todo momento o PPP do CEFD. Entre as muitas questões preocupastes, a Prof.^a Marli insiste na relativa ao processo de migração e/ou integralização curricular dos alunos do atual currículo para o novo. Questiona os demais presentes: Como será feita a migração? Será feita ou não? Como serão administrados os dois currículos no caso de não existir uma proposta de integralização/ migração curricular? Definiu-se então que para o próximo encontro, dia 12/11/2003 – quarta-feira – será discutida a proposta da Prof.^a Marli em relação a esse assunto. Será enviada, com antecedência, por e-mail, uma cópia dessa proposta aos chefes de Departamento do CEFD e aos Membros da Comissão, para posterior discussão. O prof. Wenceslau coloca que alguns cursos da UFSM estão tão preocupados quanto a Educação Física em relação ao prazo de entrega do PPP, exigido pela Prograd, inclusive cogitando a possibilidade de solicitar prorrogação de prazo para o término do trabalho. O prof. Wenceslau pede aos membros e aos demais presentes a colaboração de todos não apenas em participar do processo de elaboração do PPP e reestruturação curricular, mas também no ato de sensibilizar os demais colegas que não estão participando desse processo. É preciso que decisões sejam tomadas para que o projeto tenha andamento, porém a Comissão não pode ficar sozinha nessa caminhada. Muitas decisões ainda devem ser tomadas, em especial, quanto a forma de estruturação curricular do Novo Curso. Serão criados ou não os eixos temáticos? O texto do PPP está coeso e condizente com o que se deseja de um novo curso de Licenciatura para o CEFD? Pois o referencial teórico, a base da reestruturação curricular é o PPP. Pois o que há até o momento é uma sugestão de que existam eixos, mas é preciso que sejam definidos quais e como acontecerão durante o Curso. O prof. Wenceslau leu os princípios listados pela proposta do CE/UFSM. O professor acredita que o PPP deve ser regido por esses princípios, em especial, as disciplinas. É preciso uma sintonia no PPP, principalmente, com o CE e com suas propostas, pois a aproximação inevitável do CEFD com o CE se efetivará na escola e essa aproximação requer um trabalho integrado e não mais fragmentado, como vem acontecendo. O prof. Matheus solicita que a direção do CEFD atue de forma firme e eficaz, pois ela estará responsabilizada por articular interesses das licenciaturas para que as mesmas ganhem força na UFSM, e essa articulação deve começar pelo CE, acrescentando que há uma boa base para o PPP do CEFD na proposta do CE. A Prof.^a Angelita acredita que essa articulação deve acontecer nas próprias disciplinas, inclusive citou algumas disciplinas que teriam sido sugeridas pelo Prof.^o Marco Aurélio Acosta do

DMTD, sendo elas: Sociologia e Filosofia da Educação e História da Educação. Essas disciplinas poderiam ser solicitadas ao CE para o Curso de Licenciatura do CEFD. E dessa forma o curso deve proceder com os demais centros da UFSM envolvidos, ou seja, enviar diretrizes aos demais departamentos, tais como, o departamento de Biologia, o de Anatomia e o de Fisiologia, para nortear suas ações pedagógicas contemplando os objetivos do nosso Curso. A prof.^a ainda coloca que cabe aos Departamentos começarem a trabalhar na elaboração das disciplinas, a pensar como os esportes serão implementados, quais serão as ementas, os objetivos, sempre pensando nos objetivos do Novo Curso. Também é preciso pensar em como será rompida a imagem de um curso basicamente prático. Mas para isso, a professora acredita que os eixos devem ser estruturados, e cada um deles, deve conter um breve esclarecido, no sentido de deixar registrado no texto do PPP o que os professores entendem, por exemplo, por Culturais do Movimento Humano, e assim para todos os demais eixos. Isso facilitará muito o próprio processo de elaboração das disciplinas em todos os departamentos. O prof. Carlos, diretor do CEFD, foi informado da criação dos cargos de Ouvidor e Coordenador Pedagógico, tendo recebido do professor Wenceslau explicações de como esses cargos funcionaram e o porque da criação deles. O prof. Fernando coloca que a reestruturação curricular pode acabar sendo uma segunda proposta muito bem elaborada no papel, porém não implementada, como aconteceu com a reforma de 1990. O prof. Matheus também pensa que isso pode acontecer, até porque o CEFD, atualmente, não possui professor de futebol, nem de voleibol, no handebol - somente o Prof.^o Luiz Osório, e no basquete o Prof.^o Roberto. Esses são os professores que atualmente fazem parte do DDC. Há poucos efetivos e muitos professores substitutos, e será difícil controlar o trabalho de maneira a contemplar o PPP, quando os substitutos estão apenas de passagem pela instituição. A Prof.^a Angelita acredita que os chefes de Departamentos devem se responsabilizar pelos prof. substitutos, entregando-lhes a ementa da disciplina, procurando controlar o processo de avaliação, o seguimento da ementa e dos objetivos. O substituto deve ter o mesmo acompanhamento que um professor em estágio probatório. O maior problema do CEFD, segundo o Prof.^o Matheus é a dependência em um conhecimento específico. A maioria dos professores acabam trabalhando/dedicando-se muito à uma área, não conseguindo trabalhar em outras. Por isso é preciso um professor para cada disciplina, enquanto seria muito mais simples se cada uma desses trabalhasse em pelo menos duas áreas. Assim temos no CEFD um professor por disciplina e não professores para disciplinas. O CEFD necessita de professores que tenham condições de trabalhar de forma unificada e trabalhar com o todo. O professor quando vai atuar na escola não deve ser muito menos agir como especialista, ele deve ser um professor competente a ponto de saber trabalhar conteúdos de forma integrada, privilegiando a interdisciplinaridade. É preciso que se quebre o conceito de que o professor para trabalhar com ginástica deve ter um ginasta; para ser professor de voleibol deve ter sido atleta. A Prof.^a Marli resgata a discussão sobre a integralização das 400h da Prática de Ensino. Ela coloca que, a partir da proposta do prof. Wenceslau, pensou-se em diluir essas 400 horas em várias disciplinas durante o Curso. As disciplinas teriam uma parte de sua carga horária para expor o conteúdo programático e o restante para trabalhar a Prática de Ensino. Definiu-se que os Departamentos do CEFD deverão discutir essa proposta de diluição da Prática e retornar à Comissão, o mais breve possível, pois a Comissão terá que discutir as sugestões dos Departamentos. A professora Marli informou que vai relembrar sua proposta referente às disciplinas de Docência sugeridas ao oitavo semestre e às de Vivência ao primeiro semestre. Essa proposta será enviada aos Chefes de Departamento para apreciação discussão com os demais professores. Decidiu-se também: manter os eixos temáticos, porém deverão ser elaborados conceitos aos mesmos para especificar o que se entende por esses eixos. A tarefa ficou distribuída entre os professores presentes: o prof. Matheus ficou responsável pelo Eixo Técnico-Instrumental; a Prof.^a Marli com o Eixo Produção do Conhecimento; as Prof.^{as} Haydee e Mara Rúbia com o Eixo Relação do Ser Humano e Sociedade; os Prof.^{os} Fernando e Carlos com o Eixo Biológica do Corpo Humano, e o Prof. Wenceslau e Angelita com o Eixo Culturais do Movimento Humano. O prazo estabelecido para entrega desse material: quarta-feira (12/11/2003) até as 14h30, na reunião da Comissão. Também ficou definido que os professores receberão, via e-mail, um formulário para as disciplinas, juntamente com o formulário para solicitação de aquisição de livros pela biblioteca setorial. Prazo para a entrega das disciplinas à Comissão: 18/11/2003(terça-feira), em disquete, ou via e-mail, padronizado conforme o formulário que será entregue aos professores. Nada mais havendo a tratar, eu, prof.^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 14 - 13/11/2003

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje (presidente), Prof.^o Wenceslau Leães Filho, Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Professores Fernando Copetti, Isabel Cristina Baggio (representante do Município), Haydee Maria da Silveira de França Vargas (representante da 8ª Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não estavam presentes. A convite da Prof. Marli estiveram presentes os Professores Roque Luiz Moro e Elizara Carolina Martins. A Professora Marli relatou rapidamente a atual situação do PPP aos professores convidados e solicitou-lhes algumas sugestões quanto disciplinas ao Novo Currículo, com base no perfil desenhado pelo PPP. A Prof. Elizara sugeriu a criação de uma disciplina que contemplasse o lazer. O prof. Roque também concordou que seria interessante que o Novo Currículo disponibilizasse uma disciplina desse caráter no rol das disciplinas obrigatórias e não em forma de Atividade Complementar de Graduação (ACG). A Prof. Marli apresentou sua proposta de integralização curricular dos alunos do Atual Currículo para o Novo Currículo, sendo ela assim estruturada. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 15 - 20/11/2003

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e três, às oito horas e trinta, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje, Prof.^o Wenceslau, Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Também estiveram presentes o Prof.^o Carlos Bolli Mota (diretor do CEFD), Prof.^a Elizara Carolina (professora do CEFD/afastada para doutoramento, porém interessada nas discussões do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho e a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro, justificando previamente a ausência. Iniciando a reunião, a Prof. Marli apresentou as disciplinas que foram enviadas, à Comissão, pelos departamentos. Ao Prof. Carlos, foi apresentada a atual condição do PPP, manifestando a insatisfação, por parte da Comissão, quanto a pouca participação de alguns de seus membros. A Comissão também relatou ao diretor a falta de colaboração dos professores do CEFD com o PPP, principalmente, no que diz respeito a reestruturação curricular. Pois, segundo decisões do encontro do dia 07/11/2003, todas as disciplinas deveriam ser encaminhadas à Comissão até 18/11/2003. Para que essas fossem analisadas no encontro do dia 20/11/2003. Algumas disciplinas foram enviadas, mas no caso do DDC, somente uma sugestão foi encaminhada. A Comissão exigiu do Prof. Bolli uma atuação mais enérgica no que diz respeito à cobrança aos Chefes de Departamentos e, conseqüentemente, aos professores. A Comissão entende que se o trabalho não ocorrer de forma integrada, os prazos não serão vencidos e, tanto o PPP quanto a reestruturação curricular do Curso estarão comprometidos. A Comissão elaborou um documento à Direção, solicitando dos Departamentos o envio de suas disciplinas até o dia 26/11/2003, conforme o formulário específico (enviado em anexo), sendo uma cópia impressa e outra em disquete. As disciplinas também deverão vir acompanhadas de classificação específica, quanto a seu enquadramento (dimensão e eixo). Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 16 - 24/11/2003

Aos vinte quatro dias do mês de novembro de dois mil e três, às catorze horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje, Prof.^o Wenceslau, Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os membros da Comissão revisaram o PPP elaborado e iniciaram as discussões das disciplinas, já encaminhadas pelos professores, bem como sobre as dimensões que comporão a estrutura e organização do novo currículo. Houve análise do conteúdo das disciplinas para verificar se elas estavam coerentes com a fundamentação teórica do PPP. A Comissão acredita que o projeto terá algumas incoerências acadêmicas, e entende isso como normal. Conquistar unidade num processo complexo como a elaboração de um PPP e de um novo curso é muito difícil se não impossível. Mas a Comissão decidiu esforçar-se no sentido de elaborar uma proposta dentro da coerência possível, considerando as especificidades (características e deficiências) do CEFD. Não vamos atingir cem por cento de coerência, destacou a prof^a Isabel, mas é preciso que todos os professores envolvidos com o Curso estejam cientes de que é preciso uma unidade mínima. É esta unidade mínima que a Comissão pretende preservar e garantir na proposta final. Assim, será necessário excluir e incluir disciplinas ou ainda alterar a carga horária das disciplinas encaminhadas. A prof^a Marli destaca que não podemos esquecer o curso de Graduação a ser elaborado depois do curso de licenciatura; que este projeto é parcial para o CEFD. Quando o Centro estiver com os dois cursos novos prontos é que poderemos ter uma dimensão exata de todo o processo. A prof^a Marli também trouxe à Comissão as últimas informações sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Física, que devem ser aprovadas em março/abril de 2004. O prof. Wenceslau destacou a importância e a necessidade dos professores do CEFD se engajarem na implantação do novo currículo. Nada mais havendo a tratar, eu Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada pelos membros presentes à reunião.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 17 - 26/11/2003

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e três, às onze horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje, Prof.^o Wenceslau Leães Filho, Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho; Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu **Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP)**. A prof.^a Marli questionou a constante ausência dos representantes do Diretório Acadêmico, sem justificativa. A Comissão lamentou que os discentes estão à margem das discussões do PPP, pois são os maiores interessados no assunto. Os membros da Comissão continuaram as discussões iniciadas na última reunião e refletiram sobre a realidade do CEFD, principalmente em relação ao novo contexto frente as Diretrizes Curriculares. Questionou-se sobre a possibilidade do Centro manter em funcionamento três cursos de graduação até 2009 (o atual, a licenciatura e a graduação). Comentaram a falta de professores e de funcionários. Nada mais havendo a tratar, eu Scheila Espíndola Antunes lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 18 - 05/12/2003

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje (presidente), Prof.^o Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do Município), Prof.^o Matheus Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação), e a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro, justificando previamente a ausência. A Comissão iniciou a reunião revisando e organizando, por departamento, as propostas de disciplinas ao Novo Currículo do Curso, enviadas pelos Departamentos do CEFD, da Anatomia, da Fisiologia, da Enfermagem e do Centro de Educação. Não foram recebidas propostas do Departamento de Higiene e de Biologia. Após a organização das disciplinas conforme respectivos departamentos, as mesmas foram analisadas quanto a carga horária e o semestre a ser ministrada. Também foram debatidas questões quanto a unificação das disciplinas: Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; Higiene e Socorros de Urgência; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I, Biomecânica dos Exercícios Físicos e Cinesiologia. A Comissão decidiu solicitar aos respectivos departamentos a elaboração de uma proposta de disciplinas que contemplem essas unificações, tendo os departamentos até o dia até o dia 11(onze) de dezembro para o envio desse material. Nada mais havendo a tratar, eu, prof.^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 19 - 11/12/2003

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e três, 14 horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.^a Marli Hatje (presidente), Prof.^o Wenceslau Leães Filho, Prof.^a Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.^o Matheus Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os prof. Fernando Copetti, Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8^a Coordenadoria da Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro. A Comissão deu continuidade ao processo de avaliação das propostas encaminhadas pelos departamentos, dando início a estruturação da Grade Curricular ao Novo Curso. A Comissão não recebeu resposta à solicitação de unificação das disciplinas: Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; Higiene e Socorros de Urgência; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I, Biomecânica dos Exercícios Físicos e Cinesiologia. Apenas a Prof.^a Luciana Flores Bauermann, chefe do Departamento de Fisiologia, informou, por telefone, a inviabilidade da unificação e Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; informando que uma possibilidade poderia ser a unificação de Fisiologia Geral e Fisiologia do Esporte. Frente a falta de dados dos demais departamentos a resposta da Prof.^a Luciana, a Comissão deu continuidade a elaboração da Grade Curricular. Nada mais havendo a tratar, eu, prof.^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 20 - 18/12/2003

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e três, às dezesseis horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com os membros Prof.^a Marli Hatje (presidente), Prof.^o Wenceslau, Prof.^o Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Isabel Cristina Baggio (representante do Município) e a acadêmica Mara Cristina Schneider não estavam presentes. Os membros dedicaram-se a revisão das disciplinas, uma a uma, conforme programas enviados pelos departamentos do CEFD e de outros Centros da UFSM. Foram revisadas as cargas horárias e feita a semestralização dessas disciplinas. Ficando a grade curricular assim estruturada: **PRIMEIRO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte I (individuais) com 30horas; Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação com 60horas; Seminário em Educação Física com 45horas; Estudos do Lazer com 60horas, Anatomia e Biologia com 75horas; Currículo em Educação Física com 60horas; e uma DCG do DDC com 45horas. **SEGUNDO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte II (coletivos) com 30horas; Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano com 90horas, Laboratório de Produção de Textos com 30horas, Ginástica com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Fisiologia do Exercício com 75horas; Lutas I com 60horas e Atividades Aquáticas I com 60horas, sendo 45horas destinadas à teoria e 15hgras à prática. **TERCEIRO SEMESTRE:** Didática da Educação Física com 90horas; História e Filosofia da Ciência com 60horas, Antropologia e História do Corpo com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Futebol com 60horas com 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Metodologia da Pesquisa com 75horas; Atividades Aquáticas II com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Atividades Rítmicas com 75horas sendo 60horas destinadas a teoria e 15 à prática. **QUARTO SEMESTRE:** Educação Física e Necessidades Educativas Especiais com 60horas sendo 40 destinadas à teoria e 20 à prática; Estágio Supervisionado I com 120horas realizado no Ensino Médio; Basquete com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação com 45horas; História da Educação Física, do Esporte e do Lazer com 45horas sendo 25horas destinadas à teoria e 20horas à prática; Atletismo I com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Saúde Pública com 60horas. **QUINTO SEMESTRE:** Sociologia do Esporte com 45horas; Estágio Supervisionado II realizado no Ensino Fundamental com 120horas; Handebol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Lúdico e Infância com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Biomecânica e Cinesiologia com 75horas; Atletismo II com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica com 75horas. **SEXTO SEMESTRE:** Gestão de Eventos Esportivos e Culturais com 45horas; Estágio Supervisionado III realizado no Ensino Infantil com 120horas; Voleibol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Esportes e atividades Alternativas com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Seminário em Natureza e Atividade Física com 45horas e uma DCG do DDI com 30horas. **SÉTIMO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte I (Individuais) com 60horas; Prática Educativa I com 30horas; Seminário em Estágio Supervisionado com 45horas; Pesquisa em Ciências Humanas com 45horas e uma DCG do DMTD com 45horas. **OITAVO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte II (coletivos) com 60horas; Seminário em Trabalho de Conclusão de Curso com 60horas; Prática Educativa II com 30horas; uma DCG do DDC com 45horas e uma DCG do DDI com 45horas. Totalizando 375horas no primeiro semestre, 395horas no segundo semestre, 480 horas no terceiro semestre; 450horas no quarto semestre, 495horas no quinto semestre, 345horas no sexto semestre, 225horas no sétimo semestre e 240horas no oitavo semestre. Considerando esta Grade Curricular, ficou definido que as 400horas de Prática de Ensino, exigidas por lei, ficarão distribuídas da seguinte forma: 180horas nas disciplinas de Docência Orientada em Esporte I (60horas), Docência Orientada em Esporte II (60horas), Prática Educativa para Populações Especiais (60horas). As demais 220horas serão distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15horas: Ginástica, Atividades Aquáticas I, Antropologia e História do Corpo, Futebol, Atividades Aquáticas II, Atividades Rítmicas, Basquete, Atletismo I, Handebol, Lúdica e Infância, Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e História da Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20horas de prática curricular. No entanto, a Comissão entende que, embora tenha-se optado pela

diluição das 400 horas de Prática Curricular desta forma, as demais disciplinas também devem contemplar em seus conteúdos a prática curricular. Será elaborado, pela professora Marli, um ofício solicitando o envio de uma proposta de unificação das disciplinas: Anatomia e Biologia; Fisiologia do Exercício e Fisiologia Geral; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I; Biomecânica e Cinesiologia; Socorros de Urgência e Higiene. O ofício será entregue, pessoalmente, pela bolsista do PPP aos professores responsáveis pelas disciplinas ou ao Chefe do respectivo Departamento no dia 22 (vinte e dois) de dezembro, perante assinatura dos mesmos no livro de protocolo de correspondências do CEFD/UFSM. Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

GRADE CURRICULAR 2004 – NOVO CURRÍCULO – Total de horas: 3005 – 1ª PROPOSTA

Sem.	Disciplinas							Total horas
1º	Laboratório de Esporte I (Individuais) (30h)	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (60h)	Seminário em Educação Física (45h)	Estudos do Lazer (60h)	Anatomia e Biologia (75h)	Currículo em Educação Física (60h)	“DCG” (45h) DDC	375
2º	Laboratório de Esporte II (Coletivos) (30h)	Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano (90h)	Laboratório de Produção de Textos (30h)	Ginástica (60h) (45+15)	Fisiologia do Exercício (75h)	Lutas I (60h)	Atividades Aquáticas I (60h) (45+15)	395
3º	Didática da Educação Física (90h)	História e Filosofia da Ciência (60h)	Antropologia e História do Corpo (60h) (45 + 15)	Futebol (60h) (45 + 15)	Metodologia da Pesquisa (75h)	Atividades Aquáticas II (60h) 45+15	Atividades Rítmicas (75h) (60+15)	480
4º	Educação Física e Necessidades Educativas Especiais (60h) (40 + 20)	Estágio Supervisionado I (120h) (Ensino Médio)	Basquete (60h) (45+15)	Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (45h)	História da Educação Física, do Esporte e do Lazer (45h) 25+20	Atletismo I (60h) (45+15)	Saúde Pública (60h)	450
5º	Sociologia do Esporte (45h)	Estágio Supervisionado II (Ensino fundamental) (120h)	Handebol (60h) (45+15)	Lúdico e Infância (60h) (45+15)	Biomecânica e Cinesiologia (75h)	Atletismo II (60h) (45+15)	Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica (75h)	495
6º	Gestão de Eventos Esportivos e Culturais (45h)	Estágio Supervisionado III (120h) (Ensino Infantil)	Voleibol (60h) (45+15)	Esportes e Atividades Alternativas (45h)	Seminário em Natureza e Atividade Física (45h)	“DCG” (30h) DDI		345
7º	Docência Orientada em Esporte I (Individuais) (60h)	Prática Educativa I (30h)	Seminário em Estágio Supervisionado (45h)	Pesquisa em Ciências Humanas (45h)	“DCG” (45h) DMTD			225
8º	Docência Orientada em Esporte II (Coletivos) (60h)	Seminário em TCCL (60h)	Prática Educativa II (30h)	“DCG” (45h) DDC	“DCG” (45h) DDI			240

Comentando e esclarecendo aspectos da Proposta Curricular

Considerando a Grade Curricular proposta, as **400 horas de Prática Curricular**, exigidas por Lei, estão assim distribuídas: 180 horas nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I (60h); Docência Orientada em Esporte II (60h), Prática Educativa Para Populações Especiais (60h). As demais 220 horas foram distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15h: Ginástica; Atividades Aquáticas I; Antropologia e História do Corpo; Futebol; Atividades Aquáticas II; Atividades Rítmicas; Basquete; Atletismo I; Handebol; Lúdico e Infância; Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20 horas de prática curricular, cada uma (para ajuste da carga horária). **Total: 400 horas.** Embora o Curso tenha decidido realizar a diluição desta forma e nessas disciplinas, para atender e visualizar na prática as exigências legais, recomenda-se que todas as disciplinas contemplem em seu conteúdo a prática curricular.

Nas 15 e 20 horas/aula definidas para a Prática Curricular, em diferentes disciplinas da Grade, o aluno dá ênfase à **observação e participação** nas aulas de Educação Física em que irá realizar as atividades.

A **regência** propriamente dita ele fará nas disciplinas de Prática Educativa I e Prática Educativa II (sétimo e oitavo semestres). Na disciplina de Prática Educativa I, o aluno ministrará aulas ao ensino Médio, Fundamental e Infantil. Na disciplina de Prática Educativa II estará voltado para Populações Especiais e as aulas serão desenvolvidas junto aos Cursos Supletivos; Educação de Jovens e Adultos (EJA), Grupos de Idosos e outras instituições e/ou órgãos já constituídos formalmente ou que venham a ser instituídos no decorrer dos próximos anos. O processo por ser dinâmico, e com temáticas emergentes em todos os momentos, requer essa possibilidade.

As disciplinas de Laboratório de Esporte I (Esportes Individuais), de 30 horas/aula e Laboratório de Esportes II (Esportes Coletivos), 30 horas/aula, com ofertas no primeiro e segundo semestres do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão ministradas por acadêmicos matriculados nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I e Docência Orientada em Esporte II (sétimo e oitavo semestres), sob orientação de um professor do Curso. Ao ministrar aulas para o primeiro e segundo semestres da graduação, o aluno, em fase final de Curso, cumpre as últimas 120 horas de Prática Curricular exigidas por Lei, mas voltadas ao ensino superior. A proposta é possibilitar ao aluno a vivência de todas as modalidades esportivas quando ingressa no Curso, valorizando e aperfeiçoando a cultura corporal de cada um.

As **400 horas de Estágio Supervisionado**, exigidas por Lei, serão cumpridas em quatro momentos distintos: 1º Estágio Supervisionado I (120 horas – Ensino Médio); 2º Estágio Supervisionado II (120 horas – Ensino Fundamental); 3º Estágio Supervisionado III (120 horas – Ensino Infantil); 4º Seminário em Estágio Supervisionado (45 horas – Ensinos Médio/Fundamental/Infantil); **Total: 405 horas**

Em relação as **200 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs)**, exigidas por Lei, foram propostas na grade curricular cinco (5) Disciplinas Complementares de Graduação, que serão ofertadas pelos Departamentos nos seguintes semestres: 1º semestre (DDC); 6º semestre (DDI); 7º semestre (DMTD); 8º semestre (DDI e DDC). As disciplinas a serem ofertadas podem mudar de um semestre para outro, mas devem constar no rol de DCGs do Curso. A disciplina a ser ofertada vai depender da disponibilidade de docente no respectivo departamento. Todos os alunos do semestre em que ocorre a disciplina interessados terão vaga garantida. **Total: 210 horas**

O acadêmico não é obrigado a matricular-se nas disciplinas ofertadas, porque além das DCGs oferecidas no CEFD, ele pode optar em cumprir as 200 horas com disciplinas de outros Cursos/Centros (a serem analisadas pelo Colegiado) ou ainda cumprir a carga horária mínima com as 12 modalidades de ACGs definidas e normatizadas pelo Colegiado do Curso no CEFD, em vigor (anexo???)

As demais horas/aula do Currículo contemplam as 1.800 horas exigidas pela Resolução 01 e 02. **Total: 1990 horas.**

Carga horária do novo curso: 3005 horas/aula - (400 horas Prática Curricular + 405 horas Estágio Supervisionado + 210 horas ACGs + 1990 horas conteúdos técnico-científicos)

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Curso de Educação Física: Licenciatura Plena
Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político
Pedagógico e da Reestruturação Curricular**

Santa Maria, 19 de dezembro de 2003.

De: CEPPP-RE/CEFD/UFSM

Para: Professores das disciplinas

Prezados colegas!

A CEPPP-RE/CEFD/UFSM solicita que seja encaminhado até o dia 5 de janeiro de 2004 (segunda-feira), programa para a disciplina “Fisiologia do Exercício” (75 horas/aula) a ser ofertada no segundo semestre do curso de Educação Física: Licenciatura.

De acordo com a proposta de PPP elaborada pela Comissão (exclusivamente para licenciatura), entende-se que os conteúdos a serem desenvolvidos nas duas disciplinas podem ser contemplados em disciplina única de 75 horas.

Solicitamos que a nova proposta seja encaminhada, impreterivelmente, até cinco de janeiro, tendo em vista que a última reunião das comissões do CEPE será em 16 de janeiro. Antes de ser remetido ao CEPE (última reunião em 23/01/04), o processo deverá tramitar no CEFD em todas as instâncias. Isso deverá acontecer no período de 09 a 14 de janeiro.

Assim, já agendamos para os dias 09 de janeiro a reunião do Colegiado do Curso de Graduação (14h – sala de reuniões) e para o dia 13 de janeiro (às 14h) a reunião do Conselho de Centro.

Solicitamos a observância destes prazos.

Pedimos a gentileza de encaminhar a proposta para:
marlih@smail.ufsm.br ou entregar na Coordenação do
Curso, uma via impressa e outra em disquete.

Atenciosamente

Marli Hatje
Presidente da CEPPP/CEFD/UFSM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR**

ATA Nº 21 - 06/01/2004

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e quatro, às nove horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP), Prof.^a Marli Hatje (presidente da Comissão), Prof.^o Wenceslau, Prof.^o Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.^o Fernando Copetti. As Prof.^a Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), Isabel Cristina Baggio (representante do município) e a acadêmica Mara Cristina Schneider não estavam presentes. Iniciando o encontro, a Prof. Marli sugere que algumas decisões sejam tomadas em relação as disciplinas de Biologia, Anatomia, Fisiologia Geral, Fisiologia do Esporte, Socorros de Urgência, Higiene, Desenvolvimento Humano, Psicologia, Biomecânica do Exercício Físico e Cinesiologia, quanto a unificação das disciplinas afins. A prof. apresenta aos membros as respostas, enviadas pelos departamentos de Fisiologia e de Biologia, às propostas encaminhadas aos respectivos departamentos, sendo as mesmas contrárias à sugestão de unificação de disciplinas. A prof. Marli sugere que a Biologia seja excluída do currículo e que os professores Luiz Osório e Daniela elaborem uma disciplina que contemple os conteúdos gerais referentes à fisiologia do exercício e treinamento desportivo. Com base nas discussões do encontro definiu-se a seguinte grade curricular ao Novo Currículo do Curso: : **PRIMEIRO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte I (individuais) com 30horas; Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação com 60horas; Seminário em Educação Física com 45horas; Estudos do Lazer com 60horas, Anatomia com 60horas; Currículo em Educação Física com 60horas; e uma DCG do DDC com 45horas. **SEGUNDO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte II (coletivos) com 30horas; Psicologia da Educação com 60horas, Laboratório de Produção de Textos com 30horas, Ginástica com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Fisiologia do Exercício I com 75horas; Lutas I com 60horas e Atividades Aquáticas I com 45horas, sendo 30horas destinadas à teoria e 15hgras à prática. **TERCEIRO SEMESTRE:** Didática da Educação Física com 90horas; História e Filosofia da Ciência com 60horas, Antropologia e História do Corpo com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Futebol com 60horas com 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Metodologia da Pesquisa com 75horas; Atividades Aquáticas II com 45 horas sendo 30horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Atividades Rítmicas com 75horas sendo 60horas destinadas a teoria e 15 à prática. **QUARTO SEMESTRE:** Educação Física e Necessidades Educativas Especiais com 60horas sendo 40 destinadas à teoria e 20 à prática; Estágio Supervisionado I com 120horas realizado no Ensino Médio; Basquete com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação com 45horas; História da Educação Física, do Esporte e do Lazer com 45horas sendo 25horas destinadas à teoria e 20horas à prática; Atletismo I com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Saúde Pública com 60horas. **QUINTO SEMESTRE:** Sociologia do Esporte com 45horas; Estágio Supervisionado II realizado no Ensino Fundamental com 120horas; Handebol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Lúdico e Infância com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Cinesiologia com 45horas; Atletismo II com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica com 75horas. **SEXTO SEMESTRE:** Gestão de Eventos Esportivos e Culturais na Escola com 45horas; Estágio Supervisionado III realizado no Ensino Infantil com 120horas; Voleibol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Laboratório de Esportes e atividades Alternativas com 60horas; Crescimento e Desenvolvimento Motor com 45horas, uma DCG do DDI com 30horas e Aprofundamento I ofertada pelo DMTD. **SÉTIMO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte I (Individuais) com 60horas; Prática Educativa I com 30horas; Seminário em Estágio Supervisionado com 45horas; uma DCG do DMTD com 45horas, uma DCG do DDC com 45horas, uma DCG do DDI com 45horas e Aprofundamento II ofertada pelo DMTD. **OITAVO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte II (coletivos) com 60horas; Seminário em Trabalho de Conclusão de Curso com 60horas; Prática Educativa II com 30horas; Aprofundamento III ofertada pelo DDC, Aprofundamento IV ofertada pelo DDI e Aprofundamento V ofertada pelo DDI. Totalizando 345horas no primeiro semestre, 360horas no segundo semestre, 475 horas no terceiro semestre; 435horas no quarto semestre, 465horas no quinto semestre, 360horas no sexto semestre, 270horas no sétimo semestre e 120horas no oitavo semestre. Esta Segunda propostas de Grade Curricular será enviada aos Prof. do CEFD e dos demais Centros

da UFSM envolvidos com o PPP do CEFD juntamente com uma convocação para reunião geral, a realizar-se no dia 09/01/2004 às 14horas no Mini-Auditório do CEFD. Segue em anexo, a esta ata, as respostas enviadas à Comissão, pelos Departamentos de outros Centros da UFSM, em relação ao ofício encaminhado em 22/12/2003. Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

GRADE CURRICULAR 2004 – NOVO CURRÍCULO – Total de horas: 2830 – 2ª PROPOSTA

Sem.	Disciplinas							Total horas
1º	Laboratório de Esporte I (Individuais) (30h)	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (60h)	Seminário em Educação Física (45h)	Estudos do Lazer (60h)	Anatomia (60h)	Currículo em Educação Física (45h)	“DCG” (45h) DDC	345
2º	Laboratório de Esporte II (Coletivos) (30h)	Psicologia da Educação (60h)	Laboratório de Produção de Textos (30h)	Ginástica (60h) (45+15)	Fisiologia do Exercício I (75h)	Lutas I (60h)	Atividades Aquáticas I (45h) (30+15)	360
3º	Didática da Educação Física (90h)	História e Filosofia da Ciência (60h)	Antropologia e História do Corpo (60h) (45 + 15)	Futebol (60h) (45 + 15)	Metodologia da Pesquisa (75h)	Atividades Aquáticas II (45h) 30+15	Atividades Rítmicas (75h) (60+15)	475
4º	Educação Física e Necessidades Educativas Especiais (60h) (40 + 20)	Estágio Supervisionado I (120h) (Ensino Médio)	Basquete (60h) (45+15)	Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (45h)	História da Educação Física, do Esporte e do Lazer (45h) 25+20	Atletismo I (60h) (45+15)	Saúde Pública (45h)	435
5º	Sociologia do Esporte (45h)	Estágio Supervisionado II (Ensino fundamental I) (120h)	Handebol (60h) (45+15)	Lúdico e Infância (60h) (45+15)	Cinesiologia (45h)	Atletismo II (60h) (45+15)	Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica (75h)	465
6º	Gestão de Eventos Esportivos e Culturais na Escola (45h)	Estágio Supervisionado III (120h) (Ensino Infantil)	Voleibol (60h) (45+15)	Laboratório de Esportes e Atividades Alternativas (60h)	Crescimento e Desenvolvimento Motor (45h)	“DCG” (30h) DDI	Aprofundamento I DMTD	360
7º	Docência Orientada em Esporte I (Individuais) (60h)	Prática Educativa I (30h)	Seminário em Estágio Supervisionado (45h)	“DCG” (45h) DMTD	“DCG” (45h) DDC	“DCG” (45h) DDI	Aprofundamento II DMTD	270
8º	Docência Orientada em Esporte II (Coletivos) (60h)	Seminário em TCCL (60h)	Prática Educativa II (30h)	Aprofundamento III DDC	Aprofundamento IV DDI	Aprofundamento V DDI		120

Comentando e esclarecendo aspectos da Proposta Curricular...

Considerando a Grade Curricular proposta, as **400 horas de Prática Curricular**, exigidas por Lei, estão assim distribuídas: 180 horas nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I (60h); Docência Orientada em Esporte II (60h), Prática Educativa Para Populações Especiais (60h). As demais 220 horas foram distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15h: Ginástica; Atividades Aquáticas I; Antropologia e História do Corpo; Futebol; Atividades Aquáticas II; Atividades Rítmicas; Basquete; Atletismo I; Handebol; Lúdico e Infância; Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20 horas de prática curricular, cada uma (para ajuste da carga horária). **Total: 400 horas.** Embora o Curso tenha decidido realizar a diluição desta forma e nessas disciplinas, para atender e visualizar na prática as exigências legais, recomenda-se que todas as disciplinas contemplem em seu conteúdo a prática curricular.

Nas 15 e 20 horas/aula definidas para a Prática Curricular, em diferentes disciplinas da Grade, o aluno dá ênfase à **observação e participação** nas aulas de Educação Física em que irá realizar as atividades.

A **regência** propriamente dita ele fará nas disciplinas de Prática Educativa I e Prática Educativa II (sétimo e oitavo semestres). Na disciplina de Prática Educativa I, o aluno ministrará aulas ao ensino Médio, Fundamental e Infantil. Na disciplina de Prática Educativa II estará voltado para Populações Especiais e as aulas serão desenvolvidas junto aos Cursos Supletivos; Educação de Jovens e Adultos (EJA), Grupos de Idosos e outras instituições e/ou órgãos já constituídos formalmente ou que venham a ser constituídos no decorrer dos próximos anos. O processo por ser dinâmico, e com temáticas emergentes em todos os momentos, requer essa possibilidade.

As disciplinas de Laboratório de Esporte I (Esportes Individuais), de 30 horas/aula e Laboratório de Esportes II (Esportes Coletivos), 30 horas/aula, com ofertas no primeiro e segundo semestres do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão ministradas por acadêmicos matriculados nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I e Docência Orientada em Esporte II (sétimo e oitavo semestres), sob orientação de um professor do Curso. Ao ministrar aulas para o primeiro e segundo semestres da graduação, o aluno, em fase final de Curso, cumpre as últimas 120 horas de Prática Curricular exigidas por Lei, mas voltadas ao ensino superior. A proposta é possibilitar ao aluno a vivência de todas as modalidades esportivas quando ingressa no Curso, valorizando e aperfeiçoando a cultura corporal de cada um.

As **400 horas de Estágio Supervisionado**, exigidas por Lei, serão cumpridas em quatro momentos distintos: 1º Estágio Supervisionado I (120 horas – Ensino Médio); 2º Estágio Supervisionado II (120 horas – Ensino Fundamental); 3º Estágio Supervisionado III (120 horas – Ensino Infantil); 4º Seminário em Estágio Supervisionado (45 horas – Ensinos Médio/Fundamental/Infantil); **Total: 405 horas**

Em relação as **200 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs)**, exigidas por Lei, foram propostas na grade curricular cinco (5) Disciplinas Complementares de Graduação, que serão ofertadas pelos Departamentos nos seguintes semestres: 1º semestre (DDC); 6º semestre (DDI); 7º semestre (DMTD); 8º semestre (DDI e DDC). As disciplinas a serem ofertadas podem mudar de um semestre para outro, mas devem constar no rol de DCGs do Curso. A disciplina a ser ofertada vai depender da disponibilidade de docente no respectivo departamento. Todos os alunos do semestre em que ocorre a disciplina interessados terão vaga garantida. **Total: 210 horas**

O acadêmico não é obrigado a matricular-se nas disciplinas ofertadas, porque além das DCGs oferecidas no CEFD, ele pode optar em cumprir as 200 horas com disciplinas de outros Cursos/Centros (a serem analisadas pelo Colegiado) ou ainda cumprir a carga horária mínima com as 12 modalidades de ACGs definidas e normatizadas pelo Colegiado do Curso no CEFD, em vigor (anexo???)

Os cinco **Aprofundamentos** são oferecidos pelos Departamentos de acordo com a disponibilidade de docente. Eles não são obrigatórios no curso de Licenciatura. As disciplinas que compõem os aprofundamentos poderão integrar o currículo obrigatório do Curso de Bacharelado que deverá ser criado tão logo estejam aprovadas as Diretrizes Curriculares.

As demais horas/aula do Currículo contemplam as 1.800 horas exigidas pela Resolução 01 e 02. **Total: 1.815 horas.**

Carga horária do novo curso: 2830 horas/aula - (400 horas Prática Curricular + 405 horas Estágio Supervisionado + 210 horas ACGs + 1.815 horas conteúdos técnico-científicos)

**1) Disciplinas Complementares de Graduação (para atender as 200h/a das Resoluções 01 e 02.)
Outras disciplinas podem ser criadas na medida em que se fizerem necessárias.**

1.1) Pesquisa em Ciências Humanas – 45h/a – DDI

1.2)

1.3)

1.4)

1.5)

2) Aprofundamentos – disciplinas podem ser criadas na medida em que se fizerem necessárias.

2.1) Biomecânica do Movimento – h/a - DMTD

2.2) Aprendizagem Motora – h/a - DMTD

2.3) Biologia – h/a – Departamento de Biologia

2.4) Fisiologia do Exercício II – h/a – DMTD/DDC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 22 - 09/01/2004

Aos nove dias do mês de janeiro de 2003, às catorze horas, no Mini-Auditório do CEFD, reuniram-se os professores Wenceslau Leães Filho, Angelita Alice Jaeger, Wilton Orlando Trapp (prof. aposentado), Ane Carine Meurer (FUE/CE), Haury Temp, Sílvio Rodrigues, Mara Rúbia Antunes, Marco Aurélio Acosta, Ivana Miotti, Sara T. Corazza, Luciana Schoenau (MFG), Ivon da Rocha Júnior, João Ribas, Luiz Osório Cruz Portella, Simone Rabelo (MEN/CE), Hugo Norberto Krug (MEN/CE), Marli Hatje e Fernando Copetti para dar seqüência às discussões do PPP e da reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. A prof^a Marli, presidente da Comissão do PPP/RC no CEFD, expôs a situação atual das Diretrizes Curriculares e apresentou a proposta da grade curricular do novo Curso (anexo Proposta 2), elaborada pela Comissão, bem como os aspectos à integralização curricular. A proposta possui carga horária de 2.830 horas/aula, contemplando conteúdos científicos culturais, Prática Curricular, Estágio Supervisionado e atividades acadêmico-científico-culturais. Duração do Curso de 4-6 anos, a ser oferecido no período diurno, com 110 vagas anuais (55 a cada semestre). Explicou que as 400 horas de Prática Curricular foram diluídas da seguinte forma: três disciplinas específicas (180h/a) e as outras 220 h/a foram distribuídas em diferentes disciplinas. Explicou que buscou-se trabalhar em módulos, mas que isso na prática ficou inviável porque os professores encaminharam as disciplinas fragmentadas. O prof. Wenceslau colocou que as reformas no CEFD sempre foram apenas em cima da grade curricular e que agora há um PPP que deve servir de parâmetro. Destacou que estamos no meio do caminho e que agora o processo exige o coletivo, tendo em vista que a Comissão elaborou uma proposta inicial. Expôs a linha teórica que sustenta o PPP e destacou algumas incoerências nas disciplinas encaminhadas. A questão central da proposta vê o movimento humano como algo além do paradigma mecanicista. Sustentou-se a proposta em autores que ultrapassam essa visão. Exemplificou com a disciplina de Aprendizagem Motora, não contemplada na proposta final. Disse que há certa incoerência, tendo em vista que aprendizagem motora deve abordar a questão da construção e não da transmissão da aprendizagem. A prof^a Sara apresentou os argumentos mostrando a importância da disciplina no contexto da educação física escolar. Os professores do CE questionaram a carga horária da disciplina de Didática, de 90h/a, bem como a nomenclatura de algumas disciplinas, Laboratório de Esporte, por exemplo. Optou-se em utilizar Laboratório de Educação Física, Docência Orientada em Educação Física. Também foi questionado a ordem das disciplinas de Estágio Supervisionado (Ensino Médio, Fundamental e Infantil). A Comissão expôs que o Infantil foi colocado como última fase do estágio porque é a fase do ser humano que mais exige conhecimento do profissional. Foi questionada a importância da disciplina de Laboratório de produção de texto como obrigatória. A maioria dos professores entendeu que ela contribuirá às demais disciplinas, pois vai tratar de como elaborar artigos, resumo, resenha e crítica. Não será considerada a expressão Aprofundamento constante na grade, pois isso pode gerar confusão, tendo em vista o próximo passo do CEFD, que é a elaboração do Curso de Bacharelado. Optou-se em utilizar apenas DCG. A prof^a Luciana colocou-se à disposição para alterar o conteúdo da disciplina de Anatomia, mas disse que para isso precisa que o CEFD diga o que de fato quer. A Comissão fará contato com os professores de Fisiologia geral, do Exercício e Biologia para tentar unificar as disciplinas em uma só. A carga horária pode ser alterada se necessário. Saúde Pública ficou prejudicada porque o Dept^o de Saúde da Comunidade não enviou proposta em relação a Higiene. Ficou decidido na reunião que Higiene e Socorros devem elaborar uma proposta única, integrada. Alertou-se que não deve haver uma simples colagem de conteúdos em todas as disciplinas a serem unificadas. A discussão na reunião centrou-se na necessidade de que é preciso sistematizar o conhecimento e que deve haver o engajamento dos professores permanentemente. A Comissão destacou a importância do coordenador pedagógico que deve garantir a articulação e a dinamicidade de todo processo. Devem ocorrer reuniões sistemáticas para avaliar e reavaliar o processo. Questionou-se a importância de duas disciplinas de Atividades Aquáticas num curso de Licenciatura. Como nenhum dos professores que ministram as disciplinas estava presente para discutir a proposta encaminhada à Comissão, após várias discussões ficou decidido que a carga horária será reduzida para 75h/a e caso o Dept^o entenda a necessidade de outra disciplina, que ofereça outra como DCG. Nova proposta deverá ser encaminhada pelo Dept^o. Foi dito que Lúdico e Infância não é nome de disciplina. Que a mesma deveria se chamar Ludicidade ou Educação Física Infantil. As disciplinas que abarcam os Esportes (Futebol, Handebol, Voleibol e Basquetebol) devem ser repensadas, pois estão fragmentadas. A Comissão esclareceu que foi o Dept^o que enviou dessa forma e que se

permaneceram assim, não haverá mudanças em relação ao currículo atual. Continuarão sendo trabalhadas de forma fragmentada. Sugeriu-se que a disciplina de Crescimento e Desenvolvimento Motor deve passar para o início do Curso. Prof^a Angelita questionou quem dará as disciplinas de Laboratório (1º e 2º semestres) até termos 7º e 8º semestres. A Comissão pensou em alunos matriculados em Estágio Profissionalizante. A disciplina de Currículo em Educação Física foi questionada por estar no primeiro semestre. Após discussão, ficou decidido que permanecerá como está, apenas com carga horária reduzida. O prof. proponente deverá ajustar o conteúdo. Discutiu-se também a idéia de dois/três professores ministrarem a mesma disciplina, em unidades. Chamou-se a atenção que esta é uma sistemática que vai caracterizar, em parte, o novo curso e que todas as questões acadêmicas devem ser muito bem amarradas. Deve haver vontade do corpo docente em mudar suas atitudes frente aos alunos, caso contrário a proposta não dará certa. Comentou-se a importância do papel dos Chefes dos Departamentos nesse sentido. Nova reunião ficou agendada para segunda-feira, dia 13, entre os membros da Comissão para ajustar a proposta a partir das sugestões de hoje. Durante a semana serão chamados todos os professores envolvidos em disciplinas que precisam ser ajustadas ou nas quais busca-se maior integração, através de unidades. Nada mais havendo a tratar, eu prof^a Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 23 - 14/01/2004

Aos catorze dias do mês de janeiro de 2003, às catorze horas, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, reuniram-se os seguintes professores Mara Rúbia Antunes e Ivon da Rocha Júnior (DDI); João Ribas (DDC), além dos professores Wenceslau Leães Filho, Marli Hatje, Matheus Saldanha Filho e Fernando Copetti para dar seqüência ao PPP e a reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. A prof^a Marli expôs algumas questões da reunião geral acontecida em 9 de janeiro, dizendo que a Comissão deveria primeiro tomar a decisão quanto a implantação do currículo. O tempo está praticamente esgotado para iniciar em 2004/1, e que muitas coisas ainda precisam ser discutidas quanto a implementação da nova proposta, que requer um envolvimento de todos os professores, de forma integrada e interdisciplinar. Disse que fez contato com a Prograd, que acenou com a possibilidade da nova grade ser implantada em 2004/2. Disse que a Resolução fala que os novos currículos devem ser implantados em 2004, mas que não deixa claro se em março ou julho. Após discussões onde foram avaliados os prós e os contras, quanto ao semestre de implantação, a Comissão, decidiu por unanimidade que o novo curso do CEFD iniciará em julho de 2004. A decisão está respaldada nos ajustes ainda necessários bem como na apresentação do projeto em todas as instâncias para aprovação no CEFD e na UFSM. É preciso oficializar a proposta de forma clara e objetiva para que todos assimilem a nova proposta, muito diferente da atual. Após várias discussões envolvendo a dinâmica do currículo, os conteúdos mínimos a serem garantidos e as propostas de disciplinas que chegaram à comissão, ficou decidido que os professores Matheus e João, do DDC, farão uma nova proposta envolvendo as disciplinas dos Esportes Coletivos, Atividades aquáticas, Docência Orientada em Educação Física I – Coletivos (7º semestre) e Laboratório em Educação Física I – Coletivos (1º semestre) e os professores Mara, Ivon e Wenceslau, do DDI, trabalharão Docência Orientada em Educação Física II – Individuais (8º semestre) e Laboratório em Educação Física II – Individuais (2º semestre). O prof. Marco terá que reorganizar a disciplina de Currículo em Educação Física já que esta passou para o primeiro semestre com carga horária menor. Ela dará a base inicial do processo curricular de uma escola. A prof^a Angelita fará os ajustes à disciplina de Antropologia do Movimento. Após concluída a grade e todo processo envolvendo as disciplinas, a Comissão enviará para cada Departamento uma cópia para aprovação. Depois irá ao Colegiado da Graduação e ao Conselho de Centro. A prof^a Marli informou que até final de abril deve estar concluído o processo. Os presentes chamaram atenção em relação a unificação de disciplinas, que é preciso muito cuidado para não ser apenas uma colagem de conteúdos. O prof. João mostrou-se preocupado com a fragmentação das disciplinas, destacando que todos os professores precisam estar bem preparados. Prof Ivon mencionou a importância de considerarmos a heterogeneidade das turmas. Prof^a Marli destacou algumas reuniões necessárias antes de implementar o projeto na prática: a) entre todos os professores que trabalharão Prática Curricular. Devemos pensar como isso vai funcionar na prática. Talvez fosse oportuno definir algumas normas e regras; b) entre os professores de Estágio Supervisionado e Didática para definir a dinâmica, além de decidir se estas disciplinas ficarão no CE ou no CEFD; c) Entre os professores de Docência Orientada e Laboratório em Educação Física; d) elaborar uma proposta com as normas do TCCL e aprová-la no Colegiado do Curso. Disse ainda ser conveniente definir dois/três professores para cada disciplina do currículo de forma que esses possam se preparar desde agora, assegurando a dinâmica e qualidade ao novo Curso. Nada mais havendo a tratar, eu, prof^a Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 24 - 15/01/2004

Aos quinze dias do mês de janeiro de 2003, às nove horas, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, reuniram-se os seguintes professores Wenceslau Leães Filho, Marli Hatje, Fernando Copetti, da Comissão do PPP/RC, para dar seqüência ao PPP e a reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. Estiveram presentes à convite da Comissão os professores Ivon da Rocha Júnior, Angelita Alice Jaeger, Daniela Lopes dos Santos, Liliane Bauermann (chefe do Deptº de Fisiologia). O prof. Elgion Loretto (Biologia) não compareceu. O prof. Ivon disse que discutiu a unificação das disciplinas de Biomecânica e Cinesiologia com o prof. Bolli e que existe a possibilidade de unificá-las. Que até a próxima semana encaminharão uma proposta definitiva de 75 horas/aula, distribuída em unidades. As professoras Daniela e Liliane farão a proposta da disciplina Bases Biofisiológicas do Movimento Humano, dividida em três unidades: Biologia (30h/a) Fisiologia (45h/a) e Fisiologia Aplicada (45h/a). Profª Marli comunicará o prof. Elgion (Biologia) sobre essa questão. A proposta foi considerada viável e interessante, mas destacaram a necessidade dos professores envolvidos terem muita afinidade. A profª Marli fez contato pessoalmente com o prof. Júlio Medeiros e a Chefe do Deptº de Saúde da Comunidade. Expôs a proposta do novo currículo e solicitou que encaminhassem uma proposta de disciplina junto com o Departamento de Enfermagem, denominada Saúde Pública, de 45 horas/aula, até 22 de janeiro. Prof. Júlio disse que já conversou com o Deptº de Enfermagem e que até amanhã (16) encaminharão uma proposta unificando as duas disciplinas. Profª Marli disse aos dois professores que a Comissão pensou numa disciplina que privilegia a integração de conteúdos e não apenas na colagem de conteúdo de duas disciplinas. A profª Marli também fez contato pessoalmente com a chefe do Deptº de Metodologia de Ensino, solicitando à profª uma reunião com os professores Getúlio, Hugo e Valmir para discutir as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado. O encontro deve acontecer na próxima semana, segunda (19) ou terça-feira (20) pela manhã. Nos dois Deptº a profª Marli deixou a proposta da nova grade curricular (proposta nº 5). Com o Deptº de Enfermagem foi feito contato por telefone na data de hoje. Foi exposto, pela profª Marli, à profª Carmem, Chefe do Deptº, o que havia sido decidido em nível de reunião geral. A profª mostrou-se aberta à elaboração de uma proposta unificada e disse que a profª Gertha faria contato no início da próxima semana. Foi solicitado que ela fizesse contato com a chefe do Deptº de Saúde da Comunidade para elaborar a proposta definitiva, observando para que os conteúdos realmente fossem integrados em unidades. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 25 - 19/01/2004

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Hugo Norberto Krug e Getúlio Lemos da Silva para tratar das disciplinas de Estágio Supervisionado e Didática do novo currículo. Os professores do CE reduziram a carga horária de Didática da Educação Física, de 135 h/a para 90 h/a, conforme sugerido pela CEIPPP, embora tenham sustentado a proposta original. As alterações foram realizadas na própria proposta e efetuadas pela prof^a Marli, em disquete. Questionaram a forma como estão estruturadas as disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e II e a disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado. Disseram que a Comissão não aceitou nenhuma das sugestões encaminhadas através do CE. Prof^a Marli explicou que a Comissão realizou um estudo, a partir do PPP elaborado, e que várias disciplinas tiveram a carga horária reduzida, em outras ela foi ampliada de modo a atender todos os aspectos legais á elaboração do novo currículo, e que muitos ajustes ainda serão necessários. Foi necessário uma seleção coerente com a proposta, inclusive em nível do CEFD. Os professores do CE não acataram a idéia de a disciplina de Seminário de Estágio Supervisionado ser assumida pelo CEFD. Disseram tratar-se de um controle que o CEFD quer manter sobre a qualidade das três disciplinas. Sugeriram que a carga horária da disciplina de Seminário fosse realocada para o quarto semestre, baixando as disciplinas do Estágio em um semestre, sendo, portanto, oferecidas no 5º, 6º e 7º semestres. Também entendem não ser viável, a partir da prática que eles possuem em escolas, os Estágios iniciarem com o Ensino Médio, depois o Fundamental e por fim o Infantil. Prof. Hugo disse que é preciso evoluir de série em série e que da forma como está colocado, vai reforçar os clubes e o jogo nas escolas; que a literatura atual dá conta de que precisa haver uma evolução, no sentido de começar com o infantil passar pelo fundamental e concluir no médio. Disseram que vão assumir as disciplinas de Estágio da forma que constarem no currículo, mas deixaram claro que não concordam com atual proposta. O prof. Hugo acrescentou que não aceitará participar da disciplina de Seminário de Estágio Supervisionado. Prof^a Marli explicou a proposta da Comissão em relação a estas disciplinas.; sugeriu que o conteúdo de Didática que não poderá ser trabalhado na disciplina em função da redução das h/a, seja diluído nas três disciplinas de Estágio a serem assumidas pelo CE, que isso aliás já havia ficado definido na última reunião geral (9/1); que Seminário em Estágio Supervisionado será assumida pelo CEFD e que ela consistirá em reunir os três estágios realizados, discutindo todo processo, que culminará na apresentação de um relatório final envolvendo os três níveis de ensino. Esclareceu que em nenhum momento a Comissão entendeu se tratar de fiscalização, até porque não discute a qualidade profissional dos professores envolvidos. Disse que a idéia de passar a disciplina de Seminário para o 4º semestre não faz sentido porque seria direcionado aos conteúdos específicos de didática, além de ampliar a carga horária do CE, que em seu entendimento é o que os professores também estão defendendo nesta reunião. O prof. Wenceslau defendeu a ordem dos Estágios Supervisionados, conforme a 5ª proposta. Disse que não é a ordem que vai mudar a Educação Física no ensino médio, mas que deva haver uma preocupação pedagógica em formar professores mais qualificados para atuar em escola. Afirmou também que as disciplinas de Didática, Estágios Supervisionados e Seminário em Estágio Supervisionado são a linha mestre do currículo e que o CEFD quer e precisa intervir em algum momento e que este momento é no 7º semestre na disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado, quando haverá um coroamento final, até mesmo do currículo. Foi dito que como se trata de um projeto, este pode ser modificado tão logo se perceba falhas. Prof. Hugo disse que o currículo não pode ter uma perspectiva tecnicista. Os prof. Hugo e Getúlio irão elaborar as normas de Estágio Supervisionado, que deverão ser apresentadas em nível de Colegiado para aprovação. Nada mais havendo a tratar, eu prof^a Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 26 -21 /04/2004

Aos vinte um dias do mês de abril de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho, Isabel Cristina Baggio e Fernando Copetti para tratar da finalização do PPP e do novo Curso de Educação Física. A profª Haydee Maria França de Vargas justificou sua ausência. A profª Marli havia repassado a estrutura do novo currículo aos membros da Comissão do PPP para que fizessem a leitura do documento e sugerissem as alterações necessárias, bem como acrescentassem as informações que ainda faltam. Os professores trataram e ajustaram os seguintes aspectos: a) pré-requisitos da nova grade curricular; b) classificação das disciplinas nas seis dimensões do conhecimento que dão a estrutura curricular ao projeto do novo curso; c) resemestralização de algumas disciplinas. Além disso foi feita uma revisão das disciplinas quanto ao conteúdo, bibliografia, ementas e objetivos. Alguns professores ainda não encaminharam todas as informações. Por decisão da comissão, a profª Marli enviará aos chefes dos Departamentos documento solicitando as questões ainda pendentes. Todas deverão ser entregues até dia 27. O prof. Wenceslau argumentou que o conteúdo das disciplinas de Metodologia da Pesquisa e de Aprendizagem Motora deve ser ajustado ao PPP e às novas discussões e bibliografias da comunidade acadêmica. Vários aspectos sugeridos nos dois conteúdos já estão superados nas discussões acadêmicas. argumentou. Propôs-se a elaborar uma nova proposta para Metodologia da Pesquisa e conversar com a profª Sara Corazza sobre o conteúdo de Aprendizagem Motora. A disciplina de Educação Física Infantil será modificada para atender, além do ensino infantil, a fase adolescente, adulta e idosa. Serão quatro unidades. A modificação será solicitada à profª Elizara Marin. A profª Isabel comentou da necessidade e importância dos professores do Centro se engajarem na nova proposta. Assim que o PPP estiver concluído, os três chefes de Departamento receberão o documento para revisão, conforme acertado entre os três professores, a Direção do Centro e a profª Marli. Após essa análise, o documento será enviado para aprovação nos três Departamentos, no Colegiado e no Conselho de Centro. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será lida e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 27 -27 /05/2004

Aos vinte sete dias do mês de maio de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje e Wenceslau Leães Filho para providenciar os ajustes do PPP e do novo Curso de Educação propostos pela Pró-Reitoria de Graduação. Os dois membros da Comissão estiveram reunidos com o prof. Silsomar Flores Adaime na última terça-feira, dia 25, quando trataram do PPP do CEFD. A profª Cordélia Freitas fez algumas anotações no projeto original que foram comentadas pelo prof. Silsomar, pois a mesma não esteve presente. A profª Marli elaborou documento preliminar sobre a equivalência das disciplinas, bem como sobre os conteúdos das Diretrizes Curriculares e Disciplinas na UFSM. Todas as informações constam no PPP, mas devem ser registradas em tabelas específicas. Os dois documentos serão encaminhados aos chefes dos Departamentos para revisão final. A profª Marli encaminhou documento aos Departamentos de Saúde da Comunidade e Enfermagem solicitando que seja revisado o conteúdo da disciplina Saúde Pública, tendo em vista que o programa da disciplina foi questionado durante a reunião na Prograd. O prof. Júlio Medeiros encaminhou resposta via e-mail (anexa a ata). A Prograd solicitou que fosse revisada a estrutura do projeto, a partir do modelo da UFSM. O prof. Silsomar orientou sobre as Atividades Complementares. O assunto deve ser revisto no PPP tendo em vista que o mesmo não está contemplando totalmente a proposta atual da UFSM. Os pré-requisitos não precisam constar no PPP. O assunto deve ser discutido e decidido pelo Colegiado do Curso. A Comissão também foi orientada no sentido de definir melhor a adaptação curricular e como vai acontecer, na prática, a integralização curricular dos atuais alunos. Foi questionada também a Lei nº 9696 que trata da Regulamentação do Exercício Profissional. Ela não separa as atividades específicas relativas aos cursos de licenciatura e de graduação. Foi sugerido que a Comissão entre em contato com o Conselho Federal de Educação Física para buscar orientações. Outra questão abordada durante a reunião refere-se a lotação das disciplinas. O Curso pode optar em distribuir as disciplinas por Departamentos ou então deixá-las lotadas no Curso. Algumas disciplinas, como envolvem mais de um Departamento, serão registradas com o Código (CEF – Curso de Educação Física), mas a carga horária será creditada para os departamentos envolvidos. O prof. Silsomar disse que o projeto de forma geral está muito bom, que não apresenta problemas em seu conteúdo; que ele contém as informações, sendo necessário porém, registrá-las de forma mais objetiva em tabelas. Sugeriu uma revisão nos programas das disciplinas. Em relação a disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado, do oitavo semestre, o prof. Wenceslau ratificou a posição da comissão que elaborou a proposta. A disciplina deverá permanecer no CEFD tendo em vista que a coluna mestra do Curso são as disciplinas de Didática e os Estágios Supervisionados. Essa disciplina é a oportunidade do Curso ter informações das atividades desenvolvidas nos três estágios. A sistemática quanto ao seu desenvolvimento é similar a atual disciplina de Estágio Profissionalizante de Educação Física (210h), em que o aluno realiza as atividades durante o semestre letivo e, ao final, apresenta seu relatório a uma banca examinadora, pública, no CEFD. O prof. Wenceslau disse que o Seminário em Estágio Supervisionado tem a característica de informação e não de avaliação. Comentou-se também que ao concluir o projeto do Curso de Licenciatura, o CEFD deverá decidir se ofertará um curso de Graduação *independente* ou se adotará o sistema de apostilamento. Entende-se oportuno consultar a Prograd e o Conselho Federal de Educação Física sobre essa questão. É necessário questionar se a carga horária definida em Resolução aos dois cursos deverá ser uma soma (no caso de apostilamento) ou se é apenas complementar ao curso já existente, no caso o de Licenciatura. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será assinada pelos membros da Comissão do CEFD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 28 -03 /06/2004

Aos três dias do mês de junho de dois mil quatro, às 11h, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Matheus Saldanha Filho, Haydee Maria França de Vargas, Isabel Cristina Baggio e Fernando Copetti para revisar a versão final do Projeto Político Pedagógico do CEFD e o novo curso de Educação Física: Licenciatura Plena. Os alunos não se fizeram presentes, pois o DA que normalmente indica representantes está fechado. Após uma revisão geral e algumas discussões referente a implementação e a criação do Curso de Graduação, os membros da Comissão finalizaram a proposta, aprovando-a em nível de Comissão. A prof^a Marli, presidente da Comissão, encaminhará a versão final ao Colegiado do Curso e, posteriormente, ao Conselho de Centro para aprovação. Após será enviado ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSM. Pela forma coletiva como foi elaborada a proposta, a prof^a lamentou a ausência dos alunos no decorrer de boa parte do processo de elaboração do PPP e do novo Curso. Disse que no Colegiado e no Conselho de Centro há alunos representando o corpo discente, desde semana passada, e que estes terão acesso a versão final antes das reuniões para aprovação em nível de CEFD. O fechamento do DA, mesmo que momentâneo, é muito ruim para os alunos e para o Centro comentou. A prof^a Marli também informou à Comissão que o Curso de Educação Física, versão 1990, será avaliado por uma Comissão externa do INEP/MEC, entre 13 de junho e 10 de julho. Ao encerrar a vigésima oitava reunião, a presidente agradeceu a participação de todos os membros durante todo o processo de elaboração do PPP e do novo Curso. Lembrou que foi positiva a apresentação da nova proposta do PPP e do Curso durante o Seminário Municipal de Esporte, Lazer e Educação Física, no mês de maio. Muitas dúvidas dos alunos foram esclarecidas durante o evento. As perguntas dos acadêmicos contribuíram, inclusive, para os ajustes finais do projeto depois da avaliação realizada pela Prograd. Agradeceu ao secretário da coordenação, Alexandre Javorsky, pelos ajustes finais na formatação do projeto, bem como na revisão de alguns documentos e à prof^a Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão até dezembro passado. Nada mais havendo a tratar, eu prof^a Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será assinada pelos membros da Comissão do CEFD.